



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

A. C. XIX — Nº 23

CAPITAL FEDERAL

SEMANA 22, 19 DE MARÇO DE 1965

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

Sessão Conjunta

Em 26 de março de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial:

- 1º — do Projeto de Lei nº 2.263-E-64 na Câmara e nº 202-64 no Senado, que fixa novos valores para os símbolos dos cargos e funções gratificadas do Quadro do Pessoal de Secretaria e Serviços Auxiliares do Ministério do Trabalho do Distrito Federal, e das outras providências (veto total);
- 2º — do Projeto de Lei nº 2.162-A-64 na Câmara e nº 219-64 no Senado, que fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, e das outras providências (veto total);
- 3º — do Projeto de Lei nº 2.241-A-64 na Câmara e nº 237-64 no Senado, que fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, e das outras providências (veto total);
- 4º — do Projeto de Lei nº 2.295-E-64 na Câmara e nº 192-64 no Senado, que dispõe sobre a uniformização de frequência da corrente elétrica no País (veto parcial);
- 5º — do Projeto de Lei nº 12-64 (C.N.), que reorganiza o Departamento Federal de Segurança Pública, e das outras providências (veto parcial);
- 6º — do Projeto de Lei nº 2-64 (C.N.), que altera dispositivos da Lei nº 1.121 de 27 de agosto de 1952, que constitui a Siderúrgica do Estado da Bahia S. A., e das outras providências (veto parcial).

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Nº	Antecedente a que se refere
1º	1	1º Voto
2º	2	Totalidade do Projeto
3º	3	Totalidade do Projeto
4º	4	Totalidade do Projeto
5º	5	Parágrafo único do art. 2º
6º	6	Art. 23
7º	7	Art. 6º

Sessão Conjunta

Em 30 de março de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 15-63 na Câmara e nº 207-63 no Senado, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias com o Conselho Monetário Nacional, e das outras providências.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº	Disposição a que se refere
1	Do art. 4º, ns. I e II, as palavras: "e moeda metálica"

- 2 Do art. 4º, n. IV, as palavras: "e técnica"
- 3 Do art. 4º, n. V, as palavras: "da política comercial externa e"
- Do art. 4º, as palavras: "instituída pelo Conselho Monetário Nacional"
- 4 Do art. 4º, n. VII, as palavras: "estabelecimento temporário"
- 5 Alínea "b" do n. XIV do art. 4º (totalidade)
- 6 Do art. 4º, n. XVI, as palavras: "que permanenciam independentes, excluída a destinação legal"
- 7 Do § 3º do art. 4º, as palavras: "e monetário"
- 8 Do § 2º do art. 6º, as palavras: "de acordo com o presente anexo, em anexo, mas sem efeito de voto"
- 9 Do art. 6º, inciso IV (totalidade)

Sessão Conjunta

Em 31 de março de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 15-63 na Câmara e nº 207-63 no Senado, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias com o Conselho Monetário Nacional, e das outras providências.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

- | Cédula nº | Disposição a que se refere |
|-----------|---|
| 1 | Do art. 10, n. I, as palavras: "nos termos dos incisos I, II e III do art. 4º e do art. 49 desta lei" |
| 2 | Do § 1º do art. 10 as palavras: "nos e último caso" |
| 3 | Do § 2º do art. 10, as palavras: "instalar ou transferir depósitos, no território nacional, alterar estatutos, modificar o capital" |
| 4 | Do § 2º do art. 18, as palavras: "de multa" |
| 5 | Do n. VIII do art. 19, as palavras: "segundo as diretrizes e normas que forem fixadas pelo Conselho Monetário Nacional" |
| 6 | §§ 3º e 4º do art. 21 (totalidade) |
| 7 | Parágrafo único do art. 30 (totalidade) |
| 8 | Do art. 46, as palavras: "as normativas e executivas" |
| 9 | Do art. 52, § 5º, alínea "b", as palavras: "na Superintendência da Moeda e do Crédito" |

COMISSÃO MISTA

Incumbida de apreciar o Veto total do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei nº 109, de 1963 (Projeto de Lei nº 617-B-63 na Câmara) que concede isenção de imposto à Companhia Siderúrgica Nacional, e dá outras providências.

1ª REUNIAO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 1965

As 14 horas do dia 16 de março de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Sigefredo Pacheco, Eurico Rezende e Aloysio de Carvalho e os Senhores Deputados Celestino Filho, Afonso Celso, Ario Theodoro, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto total do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei número 109, de 1963 (Projeto de Lei número 617-B-63 na Câmara) que concede isenção de imposto à Companhia Siderúrgica Nacional, e dá outras providências.

Em obediência ao preceito Regimental assume a Presidência o Sr. Senador Sigefredo Pacheco que, declarando instalada a Comissão Mista, determina seja procedida eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através escrutínio secreto, por cédulas uninominais, previsto no artigo 81 do Regimento Interno, para tanto designando Escrutinador o Senhor Deputado Ario Theodoro.

Concluída a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente: Votos

Senador Sigefredo Pacheco ... 5
Deputado Ario Theodoro ... 1

Para Vice-Presidente:

Deputado Afonso Celso ... 5
Deputado Celestino Filho ... 1

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa o Sr. Senador Eurico Rezende, Relator da matéria precípua à Comissão Mista.

E nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, lavrando eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

2ª REUNIAO, REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 1965

As 17.30 horas do dia 16 de março de 1965, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Sr. Senador Sigefredo Pacheco, Presidente, presentes os Srs. Senadores Sigefredo Pacheco, Eurico Rezende e Aloysio de Carvalho e os Srs. Deputados Celestino Filho, Afonso Celso e Ario Theodoro, reúne-se a Comissão Mista, incumbida de apreciar o Veto total do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei nº 109, de 1963 (Projeto de Lei nº 617-B-63 na Câmara) que concede isenção de imposto à Companhia Siderúrgica Nacional, e dá outras providências.

Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Eurico Rezende que, na qualidade de Relator, tece considerações consubstanciadas em Relatório circunstanciando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões nas quais se fundamentou o Senhor Presidente da República para, no uso de suas atribuições constitucionais, após seu Veto ao processado em tela.

Em discussão, não havendo quem mais deseje fazer uso da palavra, o Sr. Presidente determina seja assinado o Relatório.

E nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00

Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 39,00

Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

RELATÓRIO Nº 15, DE 1965

Da Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto total do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara número 617-B de 1963 (nº 109 de 1963 no Senado) que concede isenção de imposto de renda à Companhia Siderúrgica Nacional, e dá outras providências.

Relator: Sr. Eurico Rezende.

O Presidente da República, no exercício da atribuição que lhe é conferida pelos artigos 70, § 1º, e 87, II, da Constituição Federal, vetou totalmente o Projeto de Lei da Câmara nº 617-B-63 (nº 109-63 no Senado), sob o fundamento de que o mesmo é contrário aos interesses nacionais.

O PROJETO, SUA ORIGEM E JUSTIFICAÇÃO

O Projeto vetado, que foi apresentado à Câmara dos Deputados pelo Sr. Deputado Saldanha Derzi em 27 de junho de 1963, concede à Companhia Siderúrgica Nacional isenção de imposto de renda, determinando ainda que os tributos não recolhidos em virtude do mesmo, sejam periodicamente canalizados para a União mediante a emissão de ações.

Em sua justificação, o Sr. Deputado alinha argumentos os mais diversos, desde a concessão, já feita, de benefício fiscal ainda mais amplo à Petrobrás, até a necessidade de ampliação da indústria siderúrgica, que é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento econômico do País, e a necessidade de capital por parte da mesma Companhia para promover o plano de expansão que irá elevar sua capacidade de produção para até 3,5 milhões de toneladas de aço em lingotes por ano.

TRAMITAÇÃO

O Projeto vetado recebeu, na Câmara dos Deputados, pareceres favoráveis das Comissões de Constituição

e Justiça e de Economia, tendo sido apresentada, na Comissão de Finanças, emenda substitutiva que afinal veio a ser aprovada em Plenário.

No Senado, o Projeto recebeu duas emendas: nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, destinada a sintetizar o Projeto com o disposto no artigo 15, XV e § 4º da Constituição Federal, com a alteração constante da Emenda Constitucional nº 5, de 1º de novembro de 1961, que assegura aos Municípios 15% do total que a União arrecadar do imposto de renda; nº 2, de Plenário, estendendo à Companhia Vale do Rio Doce a isenção de que trata o Projeto, tendo sido aprovadas em Plenário o Projeto e as duas emendas, as quais foram posteriormente aceitas também pela Câmara dos Deputados.

TEMPESTIVIDADE DO VETO

O ato presidencial vetando totalmente o Projeto, obedeceu ao decênio estabelecido pelo artigo 70 § 1º da Constituição Federal.

JUSTIFICAÇÃO DO VETO

Negando sanção ao Projeto por considerá-lo contrário aos interesses nacionais, o Sr. Presidente da República esclarece que, "sendo a Companhia Siderúrgica Nacional um dos maiores contribuintes do imposto de renda, a isenção pretendida viria agravar ainda mais o desequilíbrio orçamentário da União, mostrando ainda que a isenção desestimularia os novos investimentos da iniciativa privada em tal setor o que não ocorre em relação à indústria de petróleo por ser a mesma monopólio estatal.

A indústria siderúrgica, aberta à iniciativa privada, não oferece qualquer analogia com o ramo de exploração do petróleo, não se justificando, por isso, apelo à igualdade de tratamento. Além disso, a isenção assegurada à Petrobrás só vigorou até o ano de 1962, e sob condições especiais, não havendo até esta data Lei que estenda a isenção a partir de 1963, ou

amplie os benefícios anteriormente concedidos."

Diante do exposto, cremos estar o Congresso Nacional habilitado a manifestar-se sobre o veto presidencial, na forma do dispositivo constitucional atinente à matéria.

Sala das Comissões, 16 de março de 1965. — Sigefredo Pacheco, Presidente — Eurico Rezende, Relator — Aloysio de Carvalho — Ario Theodoro — Afonso Celso — Celestino Filho

COMISSÃO MISTA

Comissão Mista, incumbida de apreciar o Veto Total do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 192, de 1964 (Projeto de Lei nº 2.661-B-61 — Câmara) que federaliza o Instituto Borges da Costa, ex-Instituto de Radium do Estado de Minas Gerais.

1ª REUNIAO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 1965

As 10 horas, do dia 18 de março de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Bezerra Neto, Heribaldo Vieira e Pedro Ludovico e os Senhores Deputados Celestino Filho, Oceano Arleial e Argilano Dario, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Total do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 192, de 1964 (Projeto de Lei número 2.661-B-61 — Câmara) que federaliza o Instituto Borges da Costa, ex-Instituto de Radium do Estado de Minas Gerais.

Em obediência ao preceito Regimental assume a Presidência o Sr. Senador Pedro Ludovico que, declarando instalada a Comissão Mista, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através escrutínio secreto, por cédulas uninominais, previsto no artigo 81 do Regimento Interno, para tanto designando Escrutinador o Sr. Deputado Argilano Dario.

Concluída a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Pedro Ludovico ... 5 votos
Deputado Celestino Filho ... 1 voto.

Para Vice-Presidente:

Deputado Oceano Arleial ... 5 votos
Deputado Argilano Dario ... 1 voto.

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa o Sr. Senador Bezerra Neto Relator da matéria precípua à Comissão Mista.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a Reunião, lavrando eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

2ª REUNIAO, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 1965

As 18 horas, do dia 18 de março de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Sr. Senador Pedro Ludovico, Presidente, presentes os Senhores Senadores Pedro Ludovico, Bezerra Neto e Heribaldo Vieira e os Senhores Deputados Celestino Filho, Oceano Arleial e Argilano Dario, reúne-se a Comissão Mista, incumbida de apreciar o Veto Total do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 192, de 1964 (Projeto de Lei nº 2.661-B-61 — Câmara) que federaliza o Instituto Borges da Costa, ex-Instituto de Radium do Estado de Minas Gerais.

Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Bezerra Neto que, na qualidade de Relator, tece considerações consubstanciadas em Relatório circunstanciando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões nas quais se fundamentou o Senhor Presidente da República para, no uso de suas atribuições constitucionais, após seu Veto ao processado em tela.

anunciando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões que se fundamentou o Senhor Presidente da República para, no uso de suas atribuições Constitucionais, vetar seu Veto ao processo em tela. Em discussão, não havendo quem se deesse fazer uso da palavra, o Presidente determina seja assinado o Relatório.

Nada mais havendo a tratar, entra-se a reunião, lavrando eu, José de Oliveira Filho, Secretário, presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

RELATÓRIO Nº 17, DE 1965

Da Comissão Mista, incumbida de apreciar o veto presidencial ao Projeto de Lei da Câmara número 2.661-B-6, (nº 192-64 no Senado), que federaliza o Instituto Borges da Costa, ex-Instituto de Radium, do Estado de Minas Gerais.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

Os termos do disposto no artigo 1º, e 37, inciso II, da Constituição, o Sr. Presidente da República houve por bem vetar, totalmente o Projeto de Lei da Câmara número 2.661-B, de 1961 (nº 192-64 no Senado), que federaliza o Instituto de Radium do Estado de Minas Gerais.

IMPETIVIDADE

Obedecendo, para a apresentação do veto presidencial, o decêndio inscrito pelo artigo 70, § 2º, da Constituição.

RAZÃO DO PROJETO

O projeto é originário do Poder Executivo, o qual, com a Mensagem nº 554, de 1930, encaminhou a matéria à apreciação do Congresso Nacional, acompanhada de Exposição de motivos do Ministro da Educação e Cultura (nº 1.053-60) solicitando a realização do referido Instituto.

Justificando o pedido, o Sr. Ministro da Educação, em sua Exposição de motivos, esclarece tratar-se de uma instituição que, pela valiosa assistência que há muitos anos vem prestando a cancerosos, mereceu, do Congresso Federal, a sua incorporação à Companhia Nacional contra o Câncer. Diante do Decreto-lei nº 6.829, de 27 de agosto de 1944. Segundo afirma ainda aquele Ministério, o Instituto Borges da Costa defronta-se com sérias dificuldades, em razão da escassez de recursos com que conta para atender às suas nobres finalidades, parecendo àquela Secretaria de Estado "de interesse público a promoção pretendida, posto que a sua realização possibilitaria a efetiva atuação, na Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais, de onde que constitui conceituado centro de pesquisas de importante especialidade médica, como é a Cancerologia".

TRAMITAÇÃO DO PROJETO

A Câmara dos Deputados o projeto submeteu de estudos por parte das Comissões de Constituição e Justiça, Educação e Cultura e de Finanças, o qual, tendo sido finalmente aprovado com pequena alteração proposta pela Comissão de Educação e Cultura, foi encaminhado ao Senado, a matéria obteve parecer favorável das Comissões Técnicas e de Estudos e foi encaminhada à sanção presidencial.

O VETO E SUAS RAZÕES

O Sr. Presidente da República, no uso de suas atribuições, resolveu vetar a proposição, por considerá-la contrária aos interesses nacionais, com base nas razões constantes da Mensagem

Presidencial nº 732, de 1964, a seguir transcritas:

"O Projeto contraria os interesses nacionais porque a federalização em causa acarreta pesado ônus para a União, resultante do aproveitamento de pessoal e compromissos de despesas não avaliadas para custeio do órgão. Por outro lado, não se enquadra a federalização proposta na atual política do Governo no campo da pesquisa médica de ação supletiva e normativa sendo

inconveniente a criação de novos órgãos de ação executiva."

CONCLUSÃO

Diante do exposto, julgamos encontrar-se o Congresso Nacional habilitado a apreciar devidamente o veto presidencial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.661-B, de 1961 (nº 192, de 1964, no Senado).

Sala das Comissões, 18 de março de 1965. — Pedro Ludovico, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Heribaldo Vieira. — Celestino Filho. — Oceano Carlos. — Argilano Dario.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do nº VII, do art. 66 da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 1965

Concede autorização ao Presidente da República para se ausentar do Território Nacional, a fim de atender ao convite do Governo da República do Paraguai.

Art. 1º É concedida autorização ao Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, para se ausentar do Território Nacional durante o mês de março corrente, a fim de atender ao convite do Governo da República do Paraguai, para a inauguração da ponte internacional entre o Brasil e aquele país.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de março de 1965.

Camillo Nogueira da Gama

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

ATA DA 10ª SESSÃO, EM 18 DE MARÇO DE 1965

3ª Sessão Legislativa da 5ª Legislatura

PRESIDENCIA DO SR. NOGUEIRA DA GAMA

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena.
Oscar Passos.
Vivaldo Lima.
Eugênio Barros.
Joaquim Parente.
Sigefredo Pacheco.
Menezes Pimentel.
Dix-Huit Rosado.
Dinarte Mariz.
Walfredo Gurgel.
Argemiro de Figueiredo.
João Agripino.
Pessoa de Queiroz.
Ernirio de Moraes.
Rui Palmeira.
José Leite.
Aloysio de Carvalho.
Josaphat Marinho.
Eurico Rezende.
Raul Gluberti.
Gilberto Marinho.
Faria Tavares.
Benedicto Valladares.
Nogueira da Gama.
Pedro Ludovico.
Lopes da Costa.
Bezerra Neto.
Nelson Maculan.
Adolpho Franco.
Mello Braga.
Atílio Fontana.
Guido Mondim.
Daniel Krieger — (33).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 33 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

Ofício nº 289, de 17 do mês em curso, do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado, a seguinte proposição:

Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1965

(Nº 212-A, DE 1965, NA ORIGEM)

Autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida autorização ao Presidente da República, Senhor Humberto de Alencar Castello Branco, para ausentar-se do território nacional, no decorrer do corrente mês de março, a fim de atender ao convite do Governo da República do Paraguai, para a inauguração da ponte internacional entre os dois países.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça

PARECERES

nºs 121 e 122, de 1965

Da Comissão de Educação e Cultura ao Projeto de Lei número 303, de 1964, que dispõe sobre as comemorações do centenário de Epitácio Pessoa.

Relator: Sr. Josaphat Marinho.

O presente projeto, oriundo da Câmara dos Deputados e de iniciativa do nobre deputado Ernani Sátiro, re-

comenda e disciplina as comemorações que devem ser celebradas pelo centenário de nascimento de Epitácio Pessoa a 23 de maio de 1965.

Antes do Ministério da Educação a orientação das comemorações cabem ao chefe também coordenar palestras e conferências, "destinadas a exaltar a figura do insigne brasileiro". E a honra do Poder Executivo a mandar imprimir o comemorativo do centenário.

Se os próprios termos do projeto não bastassem para fixar a lista das comemorações em honra do grande filho da Paraíba, a justificativa que o acompanha, ampla e edificadora, posto em relevo a oportunidade e a importância das medidas sugeridas.

Pouco importa indagar, agora, das vergências que foram suscitadas por tais atos de política, de chefe de Estado ou de Juiz. Só as personalidades marcantes suscitam grandes controvérsias. Quando essas personalidades se azeitam na memória coletiva por serviços relevantes prestados a seu país, como Epitácio Pessoa, mesmo a restrição nova, ou renovada, e sobretudo, num instante de consagração e testemunho da eminência a que se elevaram. Nêle, o político, o parlamentar, o homem de governo e o juiz, se erraram, o erro decorreu da afirmação da inteligência, firme, vigorosa, culta. E os erros eventuais dos espíritos lúcidos e criadores são compensados pelo volume das decisões corretas, dos atos geradores de bem público.

O Senado fará justiça se, como fez a Câmara dos Deputados, aprovar o projeto.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de fevereiro de 1965. — Menezes Pimentel, Presidente. — Josaphat Marinho, Relator. — Walfredo Gurgel. — Antônio Jucá.

Nº 122, DE 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 303, de 1964.

Relator: Sr. Argemiro de Figueiredo.

Pelo presente projeto (art. 1º), a União fará comemorar festivamente, em todo o território nacional, o centenário do nascimento de Epitácio Pessoa, a transcorrer no dia 23 de maio de 1965.

As comemorações (art. 2º) serão orientadas pelo Ministério da Educação e Cultura, que coordenará as solenidades, palestras e conferências, destinadas a exaltar a figura do grande brasileiro.

Fica, também, o Poder Executivo (art. 3º) autorizado a mandar imprimir o selo comemorativo do centenário em apreço.

II — O projeto, de autoria do eminente deputado Ernani Sátiro, está brilhante e convincentemente justificado.

Em um longo e expressivo arrazoado, o autor da Proposição faz um documentado panegírico de Epitácio Pessoa, demonstrando, plenamente, a justiça de sua iniciativa.

A figura do notável brasileiro, como estadista, jurista, parlamentar cida, ressaltada, em toda sua grandeza, das palavras daquele ilustre deputado paribano, cujo projeto, assim, se revela da maior oportunidade, pois o elogio dos grandes homens é necessário, para exemplo dos jovens, sobre cujos ombros pesará, no futuro, as responsabilidades da direção do país.

III — A douta Comissão de Educação e Cultura, examinando o mérito do assunto, manifestou-se favoravelmente às medidas consubstanciadas na proposição, salientando o Relato da matéria, naquele órgão técnico, que

certas personalidades, quando "se alicerçam na memória coltiva, por serviços prestados a seu país, como Eutácio Pessoa, mesmo a restrição, nova, ou renovada, e sobretudo, num instante de consagração é testemunho da emicência a que se elevaram".

IV — Do ponto de vista financeiro, nenhuma objeção há a fazer ao projeto, por cuja aprovação, em consequência, nos pronunciaremos.

Sala das Comissões, em 17 de março de 1965. — Pessoa de Queiroz, Presidente. — Argemiro de Figueiredo, Relator. — Faria Tavares — José Ermirio — Aurélio Vianna — Walfrido Gurgel — Eugênio Barros — Lobão da Silveira.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O Projeto de Decreto Legislativo, lido no expediente, vai a Comissão de Constituição e Justiça. Nos termos do Regulamento, esse Projeto de Decreto Legislativo tem processo especial de tramitação que será observado.

A Presidência deferiu, hoje, os seguintes requerimentos de informações do Sr. Senador Vasconcelos Torres, apresentados na sessão de ontem: ns. 44, 45 e 48, ao Ministério da Viação e Obras Públicas; 47, dirigido ao Instituto Brasileiro do Café, e 48, dirigido ao Ministério da Educação e Cultura.

Há oradores inscritos. Dou a palavra ao primeiro deles, o nobre senador Argemiro de Figueiredo.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, antes de entrar propriamente na matéria objeto do meu discurso, quero congratular-me com o Senado Federal pelo brilhante discurso, não apenas pela matéria nele versada, exatamente comentários sobre a política econômico-financeira do atual Governo como principalmente, pela orientação que S. Exa. imprimiu à sua argumentação, o que fez com tranquilidade, sem afetar as autoridades constituídas, num falar de altitude, que honra as tradições de seriedade do Senado da República.

Sr. Presidente, esse discurso impressionou a todos nós, também, pelos dados que ilustraram a argumentação produzida. Poderemos discordar de alguns pontos firmados por S. Exa. mas, na verdade, há uma coisa a respeitar em toda a sua oração — exatamente a sinceridade com que defende os seus pontos de vista e com que industrial brasileiro está, em econômico-financeiros, sobretudo econômicos deste País.

Realça-se, assim, no Senado Federal, a Bancada de Pernambuco: o Senador Barros Carvalho, Líder de uma bancada numerosa; o Senador Pessoa de Queiroz, elaborando pareceres que têm sido divulgados intensamente na alta imprensa do Nordeste, e o nobre Senador José Ermirio focalizando constantemente, assuntos econômicos-financeiros, sempre com a segurança dos dados que ilustram as suas palavras.

Salientou o nobre Senador José Ermirio a circunstância de que o parque industrial brasileiro está, em cerca de 60%, em mãos de estrangeiros. É uma advertência que S. Exa. faz ao Governo e aos nacionalistas deste País, circunstâncias, Sr. Presidente, que deve ser examinada pelos técnicos pelos patriotas, pelos nacionalistas porque, se por um lado ela pode tornar-se grave para uma Nação que aspira à sua emancipação econômica, por outro há — de se compreender que uma Nação subdesenvolvida jamais poderá emancipar-se sem a cooperação de capitais estrangeiros.

Analisou S. Exa. também o decréscimo da produção. Esse é um problema que vem sendo ventilado, no Senado Federal, por quase todos os Senhores Senadores. Aqui, cada dia, se adverte o atual Governo, tal como se fazia com os anteriores, sobre a necessidade de se desenvolver neste País, uma política de produção intensiva, porquanto da agricultura, da produção depende, sem dúvida, a salvação do Brasil.

Não é possível, Sr. Presidente, reduzir custo de vida, sem produção. Não é possível um país expandir-se e desenvolver-se sem a riqueza dos agricultores. Não é possível, em gabinetes, estabelecer leis, ou decretos, modificando preços, alterando-os ou diminuindo-os, quando se sabe que essa alteração, para mais ou para menos, está sempre conforme as leis econômicas, em função da oferta e da procura. Não é possível reduzir preços quando os mercados estão escassos de mercadorias, vazios de mercadorias para o consumo, não têm abastecimento.

Sr. Presidente, ditas estas palavras de louvor ao orador que ontem ouvimos, com toda a atenção, passo à matéria objeto do meu modesto discurso.

(Lendo:)

Sr. Presidente, em obediência aos ditames de minha consciência de brasileiro e de parlamentar, retorno hoje à linha de minhas considerações, abordando problemas da ordem social, política e econômica deste País. E o faço em termos de coerência e de autenticidade. Sem paixão e sem ódio. A paixão não é própria dos homens do meu temperamento e de minha idade. O ódio é sentimento que jamais se aninhou em meu coração, nem mesmo na floração impetuosa da mocidade que se foi.

A Revolução que se implantou neste País, Sr. Presidente, não é um fenômeno que se possa apreciar em função do ódio ou da paixão.

É errado conceitua-la no ângulo estreito dos interesses pessoais. Dos interesses feridos. Das preleções destruídas. Das esperanças mutiladas ou desfeitas. Das posições que se perderam. Das restrições que se impuseram. Das violências que se cometeram. Das injustiças praticadas. A Revolução é um fenômeno social emergindo de causas próximas e remotas, que se deve julgar em termos de coletividade. Em termos de acontecimento nacional. Não nos é dado determo-nos para escutar as lamentações dos que sofrem. Mas, é preciso parar para conhecer e sentir os efeitos da violência na vida da comunidade.

Nem mesmo os princípios da organização, dos programas, estatutos, e disciplina dos partidos, podem impedir a voz da consciência, num exame dessa responsabilidade.

É bem velha a concepção de que os interesses comuns se sobrepõem aos interesses individuais. Conceito tantas vezes proclamado, como bastar de espírito público dos nossos homens; e poucas vezes, sentida com lealdade e praticada em linhas de correção.

No âmbito de uma democracia consciente e honesta, um partido político não pode ser um aglomerado de seres humanos vinculados pelo ideal mesquinho da ambição pela simples conquista do poder. Um partido que se atira à luta em plano sistemático de aplausos ou de censuras. Apoiando erros evidentes ou combatendo verdades irrefragáveis. Uma conduta assim, mas, de irracionais. Não é de mens, mas, de irracionais. Não é de seres politizados; mas é de radicalismos alucinados que eliminam o respeito público e o senso das responsabilidades.

Não há como se poder conciliar as posições sistemáticas com a dignidade da vida pública. Não o apoio incondicional com os imperativos do dever cívico.

Não iremos negar que a sobrevivência das agremiações partidárias repousa na fidelidade aos ideais comuns e no espírito da disciplina.

Negar também não é possível, que todos os partidos lutam, pela conquista do poder, como meio de executar a ideologia que defendem. Combatem-se, conflitam-se, chocam-se entre si, na disputa da preferência popular. Entre eles, porém, há um estuário comum onde todos vão desaguar o ímpeto das correntes tempestuosas. — É o bem geral; é a felicidade do povo.

Recusar esses princípios na vida dos partidos políticos é negar o império do cívico, como força tutelar das grandes democracias.

Combater as iniciativas de bem-estar comum, porque elas, emergem de outros partidos; porque elas nascem de agremiações a que combatemos; porque elas vêm do governo, se somos oposicionistas ou vem da oposição, se governistas somos, não é fazer política, mas, é fazer politicagem superada e louca. Não é impor-se ao respeito do povo, mas é desprestigiar-se na consciência das massas. Não é afirmar linhas honestas de conduta, mas é praticar o golpeismo dos interesses inconfessáveis. Não é lutar pelo bem do povo, mas é estorvar a felicidade dos núcleos humanos.

Nesta hora, Sr. Presidente, quando a nação ainda se debate, sofrida, mas, resistente, com os mais graves problemas, mais de que nunca, se impõe, a todos os partidos políticos, uma atitude de altruísmo patriótico, com a serenidade, energia e disciplina, que presidem a conduta das coletividades organizadas, em momentos históricos.

A Revolução não se deflagrou neste País para destruir a democracia. Os que a fizeram proclamam, a cada instante, que a sua meta é a salvação comum; é a restauração da ordem social, econômica e financeira da comunidade; é a reconstrução da Pátria. Ela não se fez para forcejar prestígio ou desprestígio, de homens ou de partidos. Fez-se para fortalecer a nação.

Se é a fomentir a essas promessas; se é a esses compromissos de honra assumidos para com o povo, não tenhamos dúvidas da precariedade de sua substância. Valerá, quero repetir o que avancei em outro discurso, esta Casa, enquanto houver nas ruas tafiques e balonetes em riste, mas, será varrida das praças quando o povo, reconquistar, com plenitude, a liberdade dos seus pronunciamentos soberanos.

Não sou dos que recusam a priori a legitimidade das intenções e altos desígnios dos revolucionários. Poderia contraditá-los, arrolando violências e injustiças praticadas. Mas, as revoluções subvertem a ordem jurídica, sobrepõem-se à normalidade constitucional, e nem sempre é possível, no determinismo de sua marcha, processar um aferimento, rigoroso de idoneidade e de méritos pessoais. Uma garantia absoluta às liberdades e direitos individuais.

Perfeneço, Sr. Presidente, ao partido político martirizado pela Revolução. E dele não me afastarei, dentro da linha autêntica de suas promessas ao povo. Mas, sinto o dever de reconhecer que os nossos métodos e procedimentos políticos, sem exceção, partidos, estavam incompatíveis com os interesses nacionais. Fizemos esta afirmativa em pleno regime constitucional, no velho Senado da República. E o fizemos quando ainda figurávamos nos quadros da União Democrática Nacional.

Nunca valeram as advertências isoladas. Nunca frutificaram os conselhos e as advertências individuais. E continuamos, loucamente, arruinando as energias desta nação.

Nós a conduzimos à desordem financeira. Todos os anos aumentávamos o volume do seu martírio. Todos os anos impúnhamos ao governo e ao povo um peso maior de encargos e de sofrimentos.

O Sr. José Ermirio — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. José Ermirio — De fato, o que V. Ex. está trazendo ao Senado tem base absolutamente sólida. Agora mesmo a Fundação Getúlio Vargas acaba de publicar a situação do primeiro balanço da economia brasileira, em 1964. Não é das melhores. Segundo as estimativas dessa Fundação, a taxa de crescimento foi negativa — queda de 3%, contra o aumento de 2% em 1963, 3,7%, em 1962 — e 7,7% em 1961. Se considerarmos os termos per capita, a queda foi relativamente de 6%, contra 1% em 1963. Assim, um País que tem seu crescimento de cerca de 3 milhões de habitantes por ano não poderá viver nem sobreviver, de forma alguma, com os princípios que estamos adotando.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, nobre Senador José Ermirio, que traz dados confirmadores do meu ponto de vista.

Continuando, Sr. Presidente, (Lê:)

Vamos ter a coragem de fazer desta tribuna, essa dolorosa confissão. Desvalorizamos a nossa moeda. E esse aviltamento, processado pelas emissões imoderadas, desencadeou a inflação e a subida incontida do custo de vida.

Primamos na conduta criminosa de elaborar orçamentos deficitários e arruinamos o nosso crédito perante as nações estrangeiras.

A nossa prerrogativa constitucional de criar e aumentar as despesas públicas, nunca a utilizamos em regras de comendito. Abusamos dela, em função de conveniências políticas e de interesses locais ou regionais.

E o povo sofria. Sofria e gritava. Gritávamos nós próprios, com os orçamentos minguidos, nós, os componentes de um dos Poderes da República, que não podíamos viver com estômagos vazios, comprometendo a constantemente atmentados, giravam em círculo vicioso — quanto mais subiam mais aceleravam a ascensão desesperadora do custo de vida. Gritava o povo, a pobreza, a massa proletária das cidades e dos campos; gritavam famílias humildes; todos sentindo, a cada dia, reduzir-se o pão às suas mesas; todos sofrendo as consequências de um país em desordem, sem rumos, sem moeda, sem produção e sem estímulos.

Arruinamos a ordem econômica. Tornamos marginal a política de produção. As nossas inensas riquezas naturais dormindo no solo e no subsolo. A agricultura abandonada pela desassistência aos próprios agricultores. Os mercados vazios ou quase vazios das utilidades essenciais à subsistência humana. A fome alcançando o colo. Nós criamos essa situação indesejável, Sr. Presidente. Desencadeamos esse clima hostil à felicidade do povo e propício à proliferação dos agentes da subversão. Propício ao fortalecimento das ideologias exóticas, que se nutrem sempre do suor, do sangue, da miséria e da fome das massas desesperadas.

Não me lango, nessa análise fria, em censuras claras ou veladas ao go-

vêrno depósito. Ao governo do meu jovem desafortunado Presidente João Goulart, em cujas mãos explodiu a grande crise se vinha carregando desde os começos da República. Basta o que ele sofre. Basta o exílio, sem culpa maior. O exílio de um homem de grandes virtudes que expia hoje os seus pecados veniais e recebe a maldição dos inimigos. Maldição dos inimigos e mais a dolorosa censura de quantos se beneficiaram de sua bondade, de sua tolerância e da generosidade de suas mãos prodigas. Mas, quero afirmar, Sr. Presidente, que essa Revolução exprime a consciência dos nossos próprios erros. Ela significou um processo inevitável. Uma fatalidade histórica. Nenhum de nós; nenhum homem, nenhum partido, tinha nas mãos o poder de controle para rumos seguros desta Pátria.

Vamos ter serenidade e compreensão. Vamos ter, sobretudo a paciência e a resignação necessárias aos que explam os seus próprios pecados mortais.

Não fuçamos ao dever de honra de manter fidelidade às nossas agradações partidárias. Mas, não alienemos o nosso dever cívico de acompanhar os novos rumos em tudo quanto signifique a recuperação de um povo quase perdido.

A salvação de um país está nas mãos dos seus próprios filhos do que na ajuda das nações estrangeiras. *(Muito bem.)* Não há ajuda que basta para redenção de um povo desajustado nos caminhos da perdão.

Façamos a nossa própria correção, ajudando aos que desejam, sinceramente, a reconstrução da Pátria.

E tudo com elevação e dignidade. Sem adesismo e sem temor. Com a coragem de impugnar as iniciativas impopulares e antidemocráticas. As iniciativas que contrariam os interesses da nação.

Nós não precisamos, nesta Casa, de grupos; parlamentares revolucionários. O nosso Grupo já vem constituído pela consciência dos nossos deveres cívicos.

Preservem, porém, a nossa liberdade de pensamento. A crítica aos erros do governo não é apenas um dever das oposições, na sua missão fiscalizadora. É dever dos próprios partidos que ajulem o Poder, na sua função de leal colaboração. E a liberdade que desejamos. É a liberdade dentro e fora do Congresso que a Revolução não pode matar. A liberdade de pensar e de agir. A liberdade disciplinada pela ordem jurídica. A liberdade sem histrionismo demagógico. A liberdade nas escolas, nas faculdades e nas praças. A liberdade para todos as correntes honestas da opinião nacional. A liberdade para arremimentação dos partidos. A liberdade dos processos eleitorais. A liberdade para o exercício das iniciativas individuais. A liberdade que assegure a tranquilidade da família brasileira. E ninguém se atemorize. Só as ditaduras emim a liberdade. Nós jamais comecemos a liberdade que se volte à loucura de um passado funesto de erros que sobrepõem as melhores energias desta nação. Nação que desejamos ver feliz e próspera, nas mãos de quem possa torná-la próspera e feliz.

Sr. Presidente, quem vem acompanhando a condução do Senado, antes e depois desta Revolução, há de fazer-lhe justiça.

Nunca o poder do governo ou a disciplina dos partidos nos conduziu à prática de atos condenáveis.

Eu tenho orgulho disso, Sr. Presidente. E chego às vezes, a pensar que nesta Casa encostou-se o coração da República e amanhonou-se o espírito vigoroso desta Pátria.

Uta o que tinha a dizer. *(Muito bem; muito bem. Prolongado. O orador é aplaudido.)*

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador João Agripino, por permissão, na ordem de inscrição, com o nobre Senador Vasconcelos Torres.

O SR. JOÃO AGRIPINO:

(Não foi reconhecido pelo orador.) — Sr. Presidente e Sr. Senador, o Senado, através da palavra do nobre Senador João Agripino e do nobre Senador Vasconcelos Torres, vai ao encontro da situação de crise da PANAIR do Brasil. Os nobres oradores preocuparam-se a fundo com a situação das empresas da empresa e fizeram apelos dramáticos e vementes do Governo para que desse uma solução à situação, através de uma lei por que passa a crise.

Pedi-me o Sr. Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Eduardo Gomes, que oferecesse ao Senado as explicações do Governo e os motivos que o levaram a declarar cassada a concessão dada à PANAIR para operar em voos, no País e no exterior.

A imprensa tem e preocupado com o assunto, Sr. Presidente, e era propósito do Ministro da Aeronáutica não dar a público as determinantes da providência governamental, porque envolviam a honrabilidade de nomes e não interessava ao Governo expô-los ao julgamento popular.

Agora, porém, que o assunto é repetidamente ventilado, no Senado e na Câmara, além de na imprensa, já não pode o Ministério da Aeronáutica furtar-se ao dever de dar ao Senado e à Nação as razões do seu procedimento.

A Panair do Brasil, Sr. Presidente, era uma sociedade que tinha como capital social a importância de Cr\$ 38.000.000, dividido em ações do valor nominal de Cr\$ 200. As ações da Panair do Brasil, em 1960, tinham uma cotação baixa, porque a empresa, há muitos anos, vinha atravessando repetidas crises econômicas e financeiras.

A Panair do Brasil como se sabe constituía-se de capital majoritário nacional e a uma parcela de capital que pertencia à Pan American.

Em maio de 1931 as ações da Panair eram cotadas na Bolsa de Valores no Rio de Janeiro, a um cruzado metade do seu valor nominal. Em junho do mesmo ano o Grupo Celso Rocha Miranda e Mário Simonsen adquiriu o controle da empresa, comprando 64% das ações pelo preço aproximado de duzentos mil cruzeiros. Portanto pagando por ação de uma empresa já àquela época praticamente insolvente mais de cinco vezes o seu valor nominal e mais de dez vezes o seu valor de bolsa.

Poder-se-ia admitir Sr. Presidente que esse grupo houvesse adquirido o controle da Panair do Brasil numa tentativa de recuperação, o que seria deveras louvável. Outros grupos detentores do controle da empresa anteriormente não haviam conseguido o menor resultado na tentativa de sua recuperação. Era, portanto, possível que o grupo que pagava por ação do valor nominal de duzentos cruzeiros — ações de empresa com repetidos débitos e déficits e já em desequilíbrio — grupo que pagava, repito mais de mil cruzeiros por ação cotada na Bolsa de Valores a um cruzado, tivesse o intuito da recuperação da Panair.

É certo, Sr. Presidente que o grupo Celso Rocha Miranda e Mário Simonsen jamais havia operado em empresas de navegação aérea. A sua especialização era outra. Ou melhor as firmas, das quais detinha capital majoritário tinham por finalidade a operação em seguros. Disse, na sua suspeita geral do que o grupo Celso Rocha Miranda — Mário Simonsen adquirira a empresa — não para recuperá-la mas para se recuperar.

Logo depois começaram a comprar ações suspeitas. Em 1939 — ano anterior à sua aquisição pelo grupo a que me refiro — a Panair apresentava um déficit de 748 milhões de cruzeiros. Havia tido uma receita de 3 bilhões e 354 milhões e uma despesa de 1 bilhão e 132 milhões. Em 1961 — ano da aquisição — e correndo um tempo de por conta da nova administração — a Panair apresentava um déficit de 1 bilhão e 131 milhões, quase dois bilhões de cruzeiros!

Em 1962 o déficit foi de 3 bilhões e em 1963, foi de 6 bilhões de cruzeiros.

Ocorre que quando uma empresa de navegação aérea apresenta déficit é evidente que as subvenções federais, e portanto quem a paga é o brasileiro, estão a pagar. Logo depois porque todos contribuem nos impostos. As subvenções calculadas na base de quilômetro voado de modo geral para todas as empresas poderiam propiciar as bases a cobertura do déficit, mas já não mais à PANAIR. O déficit deveria ser coberto com recursos especiais a ela destinados como exceção à administração premiada.

Até aí eríamos apenas a ação de má administração que tendo adquirido a ações da PANAIR por um preço excessivo, em vez de recuperá-la agravou a situação financeira da empresa. Mas o Governo fez um levantamento da situação do mesmo grupo nas empresas que atuavam em seguros. E chegou a esse doloroso constatação: o custo dos seguros feitos pela PANAIR aumentou extraordinariamente depois que o citado grupo passou a controlá-la.

As taxas de seguro do "DC-7" passaram de 46% para 61% e do "Constellation" de 75% para 88%. O seguro de aviação já — "Catalina" e "DC-8" — foram feitos em 1962 respectivamente em 19 de julho à taxa de 5,28% e em 30 de setembro à taxa de 7,04%. Taxas essas muito superiores às pagas por outras empresas de aviação por equipamente semelhante. E ainda mais: as taxas de seguro do "DC-7" aumentaram de 16% em 1961 para 61% em 1962 e 6,2% em 1963. As taxas do "Constellation" aumentaram de 75% em 1961, para 8,37% em 1962 e 7,7% em 1963.

O Sr. José Ernânio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOÃO AGRIPINO — Com prazer.

O Sr. José Ernânio — Governo de saber quem era o distribuidor de seguros.

O SR. JOÃO AGRIPINO — V. Exa. terá a sua curiosidade satisfeita dentro de poucos segundos.

Depois da revolução de 31 de março a taxa de "DC-7", que era de 6,2%, baixou para 3%; e a do "Constellation" que era de 7,7%, para 3%; e do "Catalina" que era de 4,6%, para 2,85%; do "DC-3", que era de 6%, para 3,75%; e do "DC-8" de 6,92% para 4,35% — ou seja que a taxa baixou.

Todos os seguros — e aqui vem a resposta ao nobre Senador José Ernânio — quer no estrangeiro quer no País, foram feitos por intermédio da AJAX, Corretoras de Seguros S.A. pertencente ao Sr. Celso Rocha Miranda.

O Sr. José Ernânio — Mormente dos seguros do Sul, e até, os do Banco do Brasil.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Que ganhou a respectiva comissão sobre os prêmios pagos.

Verifica o Senado que o mesmo grupo que adquiriu a PANAIR também pagava as taxas de seguro para ganhar comissão sobre taxas mais altas, e pagava seguros duas vezes mais que as outras empresas porque tinha co-

missão sobre as taxas comprovadamente. O montante dos prêmios de seguro, só em 1962, apenas do Sul, já atingiu, importou em um milhão e novecentos mil dólares, ou seja pouco de quatro bilhões de cruzeiros de câmbio atual.

Da mesma forma, Sr. Presidente, o Governo verificou ainda: a PANAIR comprou dólares ao Banco do Brasil, para pagamento em prestações no prazo de cinco anos, a partir da data da remessa, utilizando esse dinheiro para pagar o preço do arrendamento de um avião à "Pan American". Em outras palavras, a PANAIR arrendou um avião à "Pan American" e contratou empréstimo no Banco do Brasil, comprando os dólares que recebeu de uma vez para pagar em cinco anos.

Este mesmo avião, arrendado à "Pan American", a PANAIR alugou ao governo português para fazer a linha Lisboa-Luanda, recebendo o preço de locação em dólares, à vista.

A PANAIR dava preferência, para a compra de dólares, ao pagamento da dívida de 7 milhões de dólares a favor da "Pan American", dívida esta garantida pelos Srs. Mário Simonsen e Celso Rocha Miranda, em cumprimento da compra de peças e sobressalentes para seus próprios aviões. Em outras palavras: os recursos de que dispunha a PANAIR, em empréstimo, e que poderia utilizar na compra de dólares, para aquisição de peças e sobressalentes para seus aviões em atividade no Brasil, ela os empregava na compra de dólares para pagamento de sua dívida com a "Pan American", que era, por sua vez, garantida por seus proprietários Mário Simonsen e Celso Rocha Miranda.

Em face dessa orientação, por falta de peças, das dez "Constellations" pertencentes à Panair, oito estavam parados; dos cinco "Catalinas", permaneciam paralisados quatro e dos três "Cruzeiros", dois não vinham voando.

As amortizações da dívida de 7 milhões de dólares, a favor da "Pan American", foram remediadas para o exterior, ficando o valor, em cruzados, dos dólares remetidos, para ser pago em cinco anos e em prestações, em virtude de uma resolução da SUVIC de 11 de dezembro de 1962, a qual foi dado efetivo retroativo para ser aplicado às prestações vencidas, até 15 de outubro de 1961.

Vê-se, portanto, que a Panair, para pagar sua dívida à "Pan American", recebeu dólares do Banco do Brasil, pois, para isso também em cinco anos, a mesma operação que já tinha feito com o mesmo Banco do Brasil, no caso do arrendamento desses aviões.

A Panair, para obter dinheiro (cruzado), vendia passagens para voos que não efetuava e, assim, seu débito com as outras empresas decorrentes dos custos dessas passagens àquela companhia, era constante e cada vez mais crescente.

Em janeiro de 1963 esse débito total de dez milhões de cruzeiros — janeiro de 1963, repito. Em dezembro de 1964, o débito passou a ser de cinquenta e um milhões de cruzeiros!

A Panair pagava à Wasin S. A. — empresa pertencente ao mesmo grupo que controlava seu capital — uma comissão de dois por cento ao ano, ou sejam cento e quarenta mil dólares anuais, sobre a quantia de sete milhões de dólares devida à Pan American, sob o fundamento de a Wasin ter avalizado as notas promissórias referentes à mencionada dívida.

A Panair pagava a Mário Wallace Simonsen & Sons Trust Corporation a comissão, de 4%, também, ao ano — ou sejam, mais de 240 mil dólares anuais — sobre 6 milhões 127 mil dólares, valor do preço da compra de

um DC-8, a título de garantia dada pela aludida firma ao pagamento do referido preço de compra, apesar de avião ter sido vendido com reserva de domínio a favor da vendedora.

O Sr. Afonso Arinos — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOÃO AGRIPINO — Com todo o prazer.

O Sr. Afonso Arinos — O discurso de V. Ex.^a me parece da maior importância, porque esclarece e justifica a intervenção do Governo na Panair. Desde logo, gostaria de acentuar o seguinte: V. Ex.^a não chegou ao fim da sua oração, mas não poderia apartar-se depois de terminada, razão por que, solicito o aparte no seu discurso. Parece que a explicação cifra-se a esses pontos. No entanto, duas dúvidas permanecem no meu espírito. A primeira é a seguinte: como se chegou a tal situação, sem que os órgãos responsáveis do Governo estivessem acompanhando essa degradingada escandalosa e gradativa? Está claro que esta censura não se reporta ao Governo atual que, pouco depois de ter a tranquilidade necessária, interveio na empresa, mas, sem dúvida alguma, atinge aos órgãos de fiscalização do Ministério da Aeronáutica, nos períodos anteriores, que não podiam deixar de ter conhecimento dessa situação. O segundo ponto, para o qual chamo especialmente a atenção de V. Ex.^a, é que, se fica perfeitamente elucidada a procedência de intervenção, não está esclarecido o abandono do pessoal. São duas coisas diferentes: quem levou a Panair à situação que exigiu a intervenção foi a diretoria, incompetente e desleal, mas a verdade é que o pessoal — 25 mil pessoas — incluindo, evidentemente, os familiares e dependentes dos servidores — nada tem com isso e o Governo atual precisa tomar uma atitude para protegê-los e assegurar-lhes os seus direitos.

O SR. JOÃO AGRIPINO — A primeira indagação de V. Ex.^a responde dizendo que o Departamento de Aeronáutica Civil tinha todos esses dados. A situação deficitária da Panair e a situação de abandono a que ela deixava o seus aviões, era do conhecimento do D.A.C., em todos os governos. O D.A.C. sabia, há muito, que a situação da Panair era insustentável.

O Sr. Afonso Arinos — Logo, é co-responsável, até certo ponto.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Logo, o Ministério da Aeronáutica, através do D.A.C., no governo anterior, era co-responsável, sobretudo pela omissão, pela falta de providências no sentido de os negócios da Panair não chegarem ao estado de desregramento a que chegaram.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama) — (Fazendo soar as campainhas) — Cabe-me informar ao nobre orador que lhe restam apenas 5 minutos para terminar seu discurso. Já se acham presentes 45 Srs. Senadores pelo que não se pode dar a prorrogação cogitada no art. 163, § 2º do Regimento Interno. V. Ex.^a poderá continuá-lo ao fim do Ordem do Dia.

O SR. DANIEL KRIEGER — Sr. Presidente, peço a palavra para questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama) — Tem a palavra, para questão de ordem, o Sr. Senador Daniel Krieger.

O SR. DANIEL KRIEGER (Para Questão de Ordem) — Sr. Presidente, pergunto a V. Ex.^a se o nobre Senador João Agripino poderá continuar falando por delegação do Líder do Co-

verno e da União Democrática Nacional, que se somam.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama) — O Líder do Governo e o Líder do Partido têm, pelo Regimento, direito a vinte minutos. O nobre Senador João Agripino, como Líder, poderá falar por mais vinte minutos.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Sr. Presidente, não ocuparei todo esse tempo. Creio que não precisarei mais do que de cinco ou dez minutos da paciência dos meus ilustres colegas.

A segunda indagação do Senador Afonso Arinos responderei logo depois de concluir a exposição que vinha fazendo.

O Sr. Afonso Arinos — Obrigado.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Existe neste País uma empresa denominada COMAL, de orientação e controle do Sr. Mário Simonsen. Essa empresa foi objeto de um inquérito parlamentar na Câmara dos Deputados, e não se apurou ter a firma lesado o Brasil em fraude cambial da ordem de 25 milhões de dólares, ou seja, mais de 44 bilhões de cruzeiros. Os diretores dessa empresa, estão respondendo por aquele fato perante a Justiça.

Estava, portanto, o Governo diante de uma situação insustentável para a Panair. Os débitos da Panair eram de tal ordem que o seu patrimônio não valeria coisa da ordem de um décimo ou um vigésimo. O Governo apurava que a empresa tinha sido sugada pelo mesmo grupo que havia comprado as ações, para se tornar proprietário da empresa, enriquecendo outras firmas do mesmo grupo, porque, em relação a Panair, a situação era a de o Governo brasileiro subvencionar sempre que havia de faltar.

Então, o Governo chegava à conclusão de que o grupo Rocha Miranda — Simonsen tinha por objetivo sugar os cofres públicos brasileiros através de subvenções que foram dadas a Panair para se enriquecer noutras empresas. Oferecia-se então como solução, Sr. Presidente, a intervenção. Mas todos vêem que, quando um grupo econômico procede desta forma, ele o faz conscientemente e na disposição de, a qualquer momento, entregar o "abacaxi" ao Governo.

A intervenção, portanto, seria péssimo negócio para o Tesouro Nacional que ia receber um patrimônio insignificante com a responsabilidade de liquidar um débito fabuloso. Ora, depois de o Governo receber o patrimônio, não tinha como se furtar ao pagamento integral dos débitos. Havia ainda a solução da desapropriação, ou, para falar mais claro, de receber em doação, e, ao que creio, o grupo não fazia questão nenhuma de doar.

Mas, Sr. Presidente, seria do interesse do País receber essa massa falida, com o encargo de saldar os compromissos que iam a muitas vezes o valor do Ativo?

Sr. Presidente, no momento em que o Governo procura orientar a sua política econômico-financeira no sentido de reduzir o déficit das operações subvencionadas, não seria possível receber a PANAIR, em doação ou por desapropriação, a não ser para fechá-la. Não tinha, portanto, utilidade para o País a conduta do Governo, em qualquer dos dois sentidos.

O Governo verificou que a PANAIR operava em linhas aéreas, por concessão, a título precário, e que, portanto, bastava-lhe cancelar a concessão dada, a título precário, para que ela não pudesse mais operar. E foi esse o caminho que o Governo adotou.

Eu perguntaria a qualquer dos Senadores presentes: quem que estivesse em condições de Presidente da República ou de Ministro de Estado,

quem de nós teria dúvida em adotar a mesma posição, ou teria dúvida em adotar a mesma solução, para resguardar o prestígio do Brasil no exterior, nas linhas internacionais que já estavam desajustadas, atrasadas, imprecisas e — por que não dizer? — desmoralizadas, para resguardo do prestígio das companhias de navegação aérea no País? Porque todos nós sabemos que, em avião da Panair, não se tinha segurança sequer de viajar.

O Sr. Atilio Fontana — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOÃO AGRIPINO — Com prazer.

O Sr. Atilio Fontana — Desejo apenas dar meu testemunho a respeito do que vem relatando V. Ex.^a, com tanta segurança, com tanta certeza. No meu entender realmente, as providências do Governo foram as mais acertadas possíveis. Não quis fazer uso da palavra para tratar do problema porque poderia ser mal interpretado de vez que faço parte de uma pequena companhia de transportes aéreos, que detém apenas 3% das linhas domésticas do Brasil. Ouço, pois, V. Ex.^a, com muita satisfação, observando que está muito bem informado sobre o que ocorria e ocorria nas companhias de transportes aéreos — não me refiro a todas, evidentemente. Fico assim, satisfeito em ouvir o relato de V. Ex.^a, feito com tanta clareza, a respeito deste assunto. Ainda mais; quero congratular-me com o Governo pela providência que tomou, providência sanadora e que acima de tudo, constituiu uma advertência às outras companhias de transportes aéreos.

O SR. JOÃO AGRIPINO — O aparte do ilustre Senador Atilio Fontana é, sem dúvida, muito honroso para o orador e para o Governo, porque, além de cantido por homem da sua envergadura moral, o é por proprietário, também, de empresa de navegação aérea.

Em verdade, Sr. Ex.^a, focaliza um segundo aspecto da questão, no correlário da pergunta formulada pelo Senador Afonso Arinos.

O Governo não deve ficar de braços cruzados ante a situação das outras empresas de navegação aérea do País.

O Governo sabe, anualmente, a situação de cada uma delas e sabe, também, anualmente, se está sendo bem ou mal administrada. É preciso que o Governo tenha — e tem — instrumentos para intervir, a fim de evitar que se proceda, em relação a outra, o que se permitiu com referência a PANAIR. É necessário evitar que outra empresa possa chegar à mesma situação da PANAIR, por sua omissão.

O Sr. José Ermirio — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOÃO AGRIPINO — Com todo o prazer.

O Sr. José Ermirio — Há um fator que, talvez, V. Ex.^a, desconheça. É o do corretor, distribuidor de seguros que recebe uma comissão, no mínimo de 30% e, em alguns casos 35% ou talvez mais. Vai até a um milhão de dólares nesse setor.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Não desconheço; apenas não quis mencioná-lo no meu discurso. Quando falei na comissão de dois por cento — o que está provado — é porque se a PANAIR concordava em pagar taxa que representava o dobro do que as outras companhias pagavam, pelo mesmo seguro, do mesmo avião, nisto há de convir V. Ex.^a, é porque havia aí qualquer coisa suspeita. Ainda se a intermediária do negócio do seguro fosse a própria empresa do mesmo

grupo! Mas não era só essa empresa que ganhava com o aumento da taxa — a outra também, entrando ainda a comissão que se paga ao intermediário. Assim, a empresa seguradora não recebia mais do que a taxa e recebia a outra empresa, também brasileira, pelo avião do mesmo tipo da mesma categoria.

Sr. Presidente, estando o Governo na alternativa de encampar, desamparar, receber em doação ou fazer intervenção, verificou que nenhuma das soluções conviria ao interesse nacional e qualquer delas seria péssimo negócio para o Tesouro. Só restava considerar cancelada a concessão dada a título precário. PANAIR pediu concordata e o juiz decretou-lhe a falência.

Se uma empresa comercial ou industrial chegar a pedir concordata chegar a falir, porque o Governo não providência de restrição violenta de crédito, digamos — e sabe o nobre Senador José Ermirio, como também o Senador Atilio Fontana, que esta providência governamental pode levar uma empresa à falência, cria-se relação a essa empresa o mesmo problema que se criou em relação à PANAIR quanto aos seus empregados. Mas ninguém há de se lembrar de pedir ao Governo providências sentindo de lhes dar trabalho, amarrando, desse modo, os ex-empregados da empresa industrial ou comercial que houvesse falido.

Sr. Presidente, se uma empresa industrial, do maior porte, neste País viesse a falir em consequências da sua política governamental — e muita coisa falida em São Paulo, deixaria milhares de seus elementos desempregados em consequência disto — ninguém pediria ao Governo que os casasse novamente.

É certo, Sr. Presidente, é dever do Governo, ao traçar a sua política, zelar de tal forma que não provoque desemprego em massa. É certo que tarefa do Governo ter sensibilidade para os desempregados. É certo que o interesse do Governo não é impedir que a sua população seja mísera. Mas não é certo, absolutamente, que deva o Governo ter a obrigação de dar emprego aos servidores PANAIR por cuja falência é responsável a sua diretoria ou o grupo financeiro que a dominava.

Sr. Presidente, os empregados PANAIR que, hoje, queixam-se do Governo pelo desemprego a que chegaram, se se quiserem deter no exato da sua situação, de sua consciência, de chegar à justa conclusão de que responsável por sua situação não outro se não o grupo econômico Rocha Miranda — Mário Simonsen Usaram eles aquela empresa, piloto da navegação aérea do Brasil, proveito próprio, com o sacrifício seus empregados, e estes jamais poderiam ignorar que o grupo levava a empresa à ruína e à falência, lá ou amanhã.

Se o Governo tivesse fechado os olhos, a empresa iria à falência mesmo jeito, quando os credores meçassem a executar os débitos. Algumas dezenas ou centenas de milhares teriam morrido em consequência de desastres aéreos. Sabem Senador Atilio Fontana, como sei Relator da Aeronáutica que fui, essa começa a ter desequilíbrio e o Governo não a supre com subvenções ela passa a se descuidar na reposição de peças essenciais à aeronaveção, muitos acidentes. Muitos dos acidentes aéreos são decorrentes desses descuidos, propositais não.

De modo que, se não fosse tomada providência, daqui a alguns meses a situação seria a mesma, pelo natural desenrolar da insolvência da empresa.

tanto, que uma adaptação ao plano federal desse importante diploma paulista.

normas universais consagradas,
e regem as construções dessas es-

(Noçurnia da Cama) — Está esgo-

(Nozinha da Cama) — Está esgo-

estruturas, tais como: normas suíças, alemãs (Din 19.700); francesas (Electricité de France) e britânicas (promulgadas pelo Parlamento)?

17 — Há exemplo no mundo da construção de uma barragem do tipo e das condições da em execução no Funil (casca delgada, para acumulação de um bilhão de metros cúbicos)?

18 — Em uma região da importância do vale do Paraíba, industrial, militar e demográfica, a sua segurança está garantida com a instalação da barragem em aprêço?

19 — Existem barragens do tipo usado no Funil construídas nos Estados Unidos?

20 — No caso afirmativo, quais os exemplos?

21 — A firma projetista de barragem do Funil tem executado barragens com as características desta última?

22 — No caso afirmativo, onde e quais os comprovantes?

23 — Não foi considerada a nova posição tomada, na construção das grandes barragens, caracterizada pelo abandono, em casos como o do Funil, do tipo abóbada delgada por outros tipos, como se verificou com a introdução do modelo abóbada-múltipla por autoridades em abóbada sin-gela do porte de A. Coyne e J. Gehin?

24 — Levou-se em consideração o fenômeno da gradual meteorização da rocha e da conseqüente queda da segurança?

25 — Em que datas foram feitos estudos geológicos?

26 — Há estudos de geologia subterrânea?

27 — Quais foram esses estudos e como se apresentaram em relatório?

28 — Foram convidadas autoridades mundiais para darem parecer sobre a segurança da importante, barragem do Funil?

29 — Essas autoridades, porventura ra consultadas, fazem parte da empresa construtora ou projetistas, ou foram por elas estipendiadas?

30 — Foram estudadas e previstas as conseqüências de uma rutura das barragens do Funil por ação de agentes naturais e bélicos?

31 — Qual o parecer lavrado sobre a conveniência da construção da barragem abóbada do Funil pela Chefia da Seção de Energia Hidráulica do Ministério das Minas e Energia?

32 — Existe projeto da barragem do Funil? Quais as suas características geométricas e órgãos da instalação hidráulica?

33 — Qual o projeto completo do aproveitamento do Funil?

34 — Foram obedecidas, no projeto, as Normas Brasileiras de Concreto Armado?

Sala das Sessões, 18 de março de 1965. — Vasconcellos Tôrres.

Requerimento nº 51, de 1965

Solicita informações ao Poder Executivo, através da Superintendência Nacional de Abastecimento, sobre os aumentos sucessivos dos preços dos gêneros de primeira necessidade.

(Do Senador Vasconcellos Tôrres)

Sr. Presidente:

Na forma regimental, requeiro ao Poder Executivo, através da Superintendência Nacional de Abastecimento, as seguintes informações:

1 — Qual o critério adotado pela SUNAB, ao conceder o aumento dos gêneros de primeira necessidade?

2 — De que forma são exercidas as pressões para que se verifiquem esses aumentos?

3 — Sendo uma das formas de pressionar, o desaparecimento do mercado de vários produtos e o seu reaparecimento logo após ter sido concedida a medida, por que não adotadas medidas procurando coibir essas transgressões penais?

4 — De que maneira age a Superintendência quando são constatadas sonegações de vários produtos?

5 — Qual o processo utilizado pelos produtores ou comerciantes quando pleiteiam aumento de preço?

6 — De que forma são combatidos os "atravessadores"?

7 — Há, no momento, algum inquérito na Superintendência por corrupção?

8 — Por que a banha de procedência americana, estocada na SUNAB, destinada a impedir altas de preço, sofreu consecutivos aumentos?

9 — Por que, ainda, não foi normalizado o abastecimento de sal de cozinha no mercado consumidor?

10 — Qual a cotação dos seguintes produtos, na fonte de produção e no mercado consumidor: feijão, açúcar, sal, ovos, gorduras, carnes, arroz, batata, durante os anos de 1963, 1964, nos meses de janeiro, fevereiro e março de 1957?

Sala das Sessões, 18 de março de 1965. — Vasconcellos Tôrres.

Requerimento nº 52, de 1965

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais — sobre o Porto de Angra dos Reis.

(Do Senador Vasconcellos Tôrres)

Sr. Presidente:

Na forma regimental, requeiro ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais — as seguintes informações:

1 — O MVOP tem algum estudo visando doar equipamentos para o Porto de Angra dos Reis, para a sua melhor operação?

2 — Por que foram paralisados os trabalhos de dragagem que estavam sendo efetuados nesse porto?

Sala das Sessões, 18 de março de 1965. — Vasconcellos Tôrres.

Requerimento nº 53, de 1965

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Relações Exteriores, sobre a extinção do SEPRO.

(Do Senador Vasconcellos Tôrres)

Sr. Presidente:

Na forma regimental, requeiro ao Poder Executivo, através do Ministério das Relações Exteriores, as seguintes informações:

1 — De que forma serão aproveitados os funcionários dos SEPRO, recentemente dispensados, sabendo-se que o número efetivo de algumas Embaixadas e Consulados, se encontra ultrapassado?

2 — Qual a remuneração dos colaboradores estrangeiros e qual a dos funcionários brasileiros, no referido Serviço?

3 — Onde foram ou serão aplicados os recursos financeiros que eram destinados aos SEPRO?

Sala das Sessões, 18 de março de 1965. — Vasconcellos Tôrres.

Requerimento nº 54, de 1965

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, informações sobre as ocorrências maléficas atribuídas ao uso do leite em pó de procedência americana.

(Do Senador Vasconcellos Tôrres)

Sr. Presidente:

Na forma regimental, requeiro ao Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, as seguintes informações:

1 — Se é do conhecimento deste Ministério os casos de cegueira e de avitaminose atribuídos ao uso do leite em pó de procedência americana?

2 — Se já foram adotadas providências no sentido de constatar a veracidade de tais ocorrências?

3 — Se já foram efetuados estudos a respeito?

4 — Qual a quantidade recebida e distribuída do referido produto?

Sala das Sessões, 18 de março de 1965. — Vasconcellos Tôrres.

Requerimento nº 55, de 1965

Solicita informações ao Poder Executivo, através da Superintendência Nacional de Abastecimento, sobre os preços dos materiais escolares.

(Do Senador Vasconcellos Tôrres)

Sr. Presidente:

Na forma regimental, requeiro ao Poder Executivo, através da Superintendência Nacional de Abastecimento, as seguintes informações:

1 — Quais os estudos efetuados sobre o aumento abusivo dos materiais escolares?

2 — Se é do conhecimento da Superintendência os preços extorsivos dos uniformes colegiais?

3 — Há alguma tabela em vigor?

4 — Se é desconhecido pelo órgão os preços dos materiais escolares?

Em caso negativo, por que não são punidos os responsáveis pela alta vora dos preços em setor de consumo forçado, onde é impossível proceder-se a restrições, sob pena de submeter o estudante a prejuízos didáticos irreparáveis, sabendo-se que a elevação apresenta índices mais elevados que a taxa de incremento da inflação, alta do dólar, reajustes salariais e outros fatores tidos como determinantes da alta dos preços?

5 — Por que não são adotadas medidas visando acabar com a chama "indústria" do livro escolar?

6 — Por que não são tabelados os artigos de papelaria, utilizados pelos estudantes?

Sala das Sessões, em 18-3-65 — Vasconcellos Tôrres.

Requerimento nº 56, de 1965

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e Comércio — Instituto do Açúcar e do Alcool, sobre a crise na agro-indústria açucareira.

(Do Senador Vasconcellos Tôrres)

Sr. Presidente:

Na forma regimental, requeiro ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e Comércio — Instituto do Açúcar e do Alcool — as seguintes informações:

1 — Quais as medidas adotadas por este Instituto, no sentido de solucionar a crise da agro-indústria açucareira em Pernambuco?

2 — Por que o norte perdeu vários mercados consumidores, sabendo-se que o mesmo era composto de inúmeras praças, algumas no Extremo-Norte, outras no litoral paulista, no Rio Grande do Sul e na Guanabara, onde o açúcar pelo menos três partes do ano, era de proveniência nordestina?

Sala das Sessões, em 18 de março de 1965. — Vasconcellos Tôrres.

Requerimento nº 57, de 1965

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Relações Exteriores, sobre o intercâmbio comercial Brasil-Africa.

(Do Senador Vasconcellos Tôrres)

Sr. Presidente:

Na forma regimental, requeiro ao Poder Executivo, através do Ministério das Relações Exteriores, as seguintes informações:

1 — Quais as firmas e seus respectivos produtos, que expressaram o desejo de exportar para o Continente Africano?

2 — Quais as reais possibilidades estudadas e concluídas, pela comissão encarregada de estabelecer o intercâmbio comercial, com o referido Continente?

3 — Como será feita a seleção dos produtos apresentados?

4 — Quais as garantias dadas aos importadores africanos, em caso de crise no mercado interno, dos produtos exportados?

Sala das Sessões, em 18 de março de 1965. — Vasconcellos Tôrres.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e, a seguir, serão despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa outro requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 58, de 1965

Nos termos do art. 211, letra "n", do Regimento Interno, requeiro dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Projeto de Lei da Câmara nº 303, de 1964, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1965. — Eurico Rezende.

O SR. PRESIDENTE:

O projeto a que se refere o requerimento, figurará na Ordem do Dia da próxima sessão (Pausa).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 1963 (nº 3.204-C-61 na Casa de origem), que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e em Agronomia, tendo pareceres (ns. 859 a 862, de 1964 e 20 a 22, de 1965) das Comissões: I — Sobre o projeto — de Legislação Social: 1º pronunciamento — pela audiência da Comissão de Constituição e Justiça; 2º pronunciamento — favorável; de Constituição e Justiça, favorável com a emenda que oferece, sob nº 1-CCJ: de Serviço Público Civil favorável II — Sobre as emendas números 1-CCJ e 2, de Plenário) de Constituição e Justiça, favorável

à emenda de Plenário; de Legislação Social, favorável às emendas, com a subemenda que oferece; e de Serviço Público Civil, favorável às emendas e à subemenda.

A votação o projeto, sem prejuízo das emendas, será feita em escrutínio secreto, pelo processo eletrônico.

Em votação o projeto (Pausa).
Vai-se proceder à apuração. (Pausa).

Votaram apenas 18 Srs. Senadores. Não há quorum para votação. Vai-se proceder à chamada, que será feita de norte para sul.

(Procede-se à chamada).

RESPODEM A CHAMADA OS SRS. SENADORES:

Adalberto Senna
Oscar Passos
Vitaldo Lima
Edmundo Levi
Artur Virgílio
Zacarias de Assumpção
Cafete Pinheiro
Sebastião Archer
Joaquim Parente
Siegfredo Pacheco
Menezes Pimentel
Dinarte Maria
Waldredo Gurgel
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
João Agripino
Pessoa de Queiroz
José Ermirio
Rui Palmira
José Leite
Aloyzio de Carvalho
Josaphat Marinho
Jefferson de Aguiar
Raul Giubertti
Vasconcelos Torres
Afonso Arinos
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Benedito Valladares
Nogueira da Gama
Pedro Ludovico
Bozer a Neto
Neilson Maculan
Adolpho Franco
Melo Braga
Artílio Fontana
Danie. Krieger (37)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Responderam à chamada 37 Srs. Senadores. Há número, portanto, para a votação.

Vai-se repetir a votação do projeto já anunciado, sem prejuízo das emendas (Pausa).

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa).

Vai-se passar à apuração. (Pausa).

Votaram "sim" 20 Senadores; votaram "não" 13 Srs. Senadores; houve 3 abstenções.

O projeto foi aprovado.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 127, DE 1963

Disposição sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e em Agronomia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º — O salário-mínimo dos diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária é o fixado pela presente lei.

Art. 2º — O salário-mínimo fixado pela presente lei é a remuneração mínima, obrigatória por serviços prestados pelos profissionais definidos no art. 1º, com relação de emprego ou função, qualquer que seja a fonte pagadora.

Art. 3º — Para os efeitos desta lei, as atividades ou tarefas desempenhadas pelos profissionais enumerados no art. 1º, são classificadas em:

a) atividades ou tarefas com exigências de 6 (seis) horas diárias de serviço;

b) atividades ou tarefas com exigências de mais de 6 (seis) horas diárias de serviço.

Parágrafo único. — A jornada de trabalho é a fixada no contrato de trabalho ou determinação legal vigente.

Art. 4º — Para os efeitos desta lei, os profissionais citados no art. 1º são classificados em:

a) diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária com curso universitário de 4 (quatro) anos ou mais;

b) diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária com curso universitário de menos de 4 (quatro) anos.

Art. 5º — Para a execução das atividades e tarefas classificadas na alínea a, do art. 3º, fica fixado o salário-base mínimo de 6 (seis) vezes o maior salário-mínimo comum vigente no País para os profissionais relacionados na alínea a, do art. 4º, e de 5 (cinco) vezes o maior salário-mínimo comum vigente no País para os profissionais da alínea b, do art. 4º.

Art. 6º — Para a execução das atividades e tarefas classificadas na alínea b, do art. 3º, a fixação do salário-base mínimo será feita tomando-se por base o custo da hora fixado no art. 5º desta lei, acrescidas de 25% as horas excedentes das 6 (seis) diárias de serviço.

Art. 7º — A remuneração do trabalho noturno será feita na base do trabalho diurno, acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 8º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se à votação da emenda nº 1, também em escrutínio secreto.

A emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, é a seguinte:

"no art. 2º, onde se lê "com relação de emprego", retifique-se, para "com contrato de trabalho", suprimindo-se "ou função, qualquer que seja a fonte pagadora".

Em votação a Emenda nº 1. (Pausa).

Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação).

Vai ser feita a apuração. (Pausa).
Votaram "sim" 32 Srs. Senadores e votou "não" 1 Sr. Senador; houve 3 abstenções.

A emenda foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se à votação da Emenda nº 2, de autoria do nobre Senador João Agripino, e que teve subemenda modificativa, da Comissão de Legislação Social.

A Emenda nº 2, está assim redigida:

Ao art. 7º acrescenta-se depois da palavra "veterinário" a expressão "e de assistência veterinária".

Em votação a Emenda nº 2, também em escrutínio secreto, pelo processo eletrônico. (Pausa).

Vai-se proceder à apuração. (Pausa).

Votaram "sim", 25 Srs. Senadores; "não", 7 Srs. Senadores e houve 3 abstenções.

A Emenda nº 2, foi aprovada.

A Emenda nº 2, foi apresentada submença pela Comissão de Legislação Social, a qual tem a seguinte redação:

Onde se lê: "Ao art. 4º letra a, leia-se: "Ao art. 1º letra b. A votação, no caso, é ostensiva.

Os Senhores Senadores que aprovam a subemenda à Emenda nº 2, queiram permanecer sentados. (Pausa).

A subemenda foi aprovada.

A matéria vai à Comissão de Redação para redação do texto.

Passa-se ao item 2:

Votação em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1962, que dispõe sobre servidores do Departamento Nacional de Endemias Rurais, tendo Pareceres

Ns. 1.247, 1.248 e 1.249, de 1964

das Comissões — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; — de Serviço Público Civil, pela rejeição; e — de Finanças, pela rejeição.

A discussão do projeto foi encerrada no dia 17 do corrente.

Em votação o projeto, em escrutínio secreto, pelo processo eletrônico.

Os Senhores Senadores já podem votar. (Pausa).

Vai-se proceder à apuração. (Pausa).

Votaram "Sim" 4 Senhores Senadores; votaram "Não", 13 Senhores Senadores. Houve 2 abstenções.

O projeto foi rejeitado. Será arquivado.

E o seguinte o projeto rejeitado.

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 26, DE 1960

Dispõe sobre servidores do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

Art. 1º Não se inclui na exceção prevista no parágrafo único, letra c, do art. 1º da Lei nº 3.483, de 8 de dezembro de 1952, o pessoal admitido até então no Departamento Nacional de Endemias Rurais.

Art. 2º São, igualmente, equiparados aos extranumerários-mensalistas da União desde que contem ou venham a contar 5 (cinco) anos de exercício, os servidores do Departamento Nacional de Endemias Rurais, remunerados à conta e dotações constantes da Verba 3.0 00 (Dispositivos Constitucionais), admitidos até a data da Lei nº 3.483 de 8 de dezembro de 1952, para o desempenho de atividades que não sejam de natureza caracteristicamente temporária.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se ao item 3:

Votação em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1962, que autoriza o Poder

Executivo a doar um terreno ao Humaitá Atlético Clube de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, e de outras providências, tendo Pareceres

Ns. 1.244, 1.245 e 1.246, de 1964 das Comissões: de Constituição e Justiça 1º pronunciamento: pela aprovação, com a emenda que oferece, sob número 1-CCJ; 2º pronunciamento: pela rejeição; de Finanças 1º pronunciamento: solicitando pronunciamento do Ministério da Fazenda.

2º pronunciamento: (depois do pronunciamento do Ministério da Fazenda), propondo audiência da Comissão de Constituição e Justiça, opina pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se ao item 3:

Votação em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1962, que autoriza o Poder

Executivo a doar um terreno ao Humaitá Atlético Clube de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, e de outras providências, tendo Pareceres

Ns. 1.244, 1.245 e 1.246, de 1964 das Comissões: de Constituição e Justiça 1º pronunciamento: pela aprovação, com a emenda que oferece, sob número 1-CCJ; 2º pronunciamento: pela rejeição; de Finanças 1º pronunciamento: solicitando pronunciamento do Ministério da Fazenda.

2º pronunciamento: (depois do pronunciamento do Ministério da Fazenda), propondo audiência da Comissão de Constituição e Justiça, opina pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se ao item 3:

Votação em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1962, que autoriza o Poder

Executivo a doar um terreno ao Humaitá Atlético Clube de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, e de outras providências, tendo Pareceres

Ns. 1.244, 1.245 e 1.246, de 1964 das Comissões: de Constituição e Justiça 1º pronunciamento: pela aprovação, com a emenda que oferece, sob número 1-CCJ; 2º pronunciamento: pela rejeição; de Finanças 1º pronunciamento: solicitando pronunciamento do Ministério da Fazenda.

2º pronunciamento: (depois do pronunciamento do Ministério da Fazenda), propondo audiência da Comissão de Constituição e Justiça, opina pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se ao item 3:

Votação em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1962, que autoriza o Poder

Executivo a doar um terreno ao Humaitá Atlético Clube de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, e de outras providências, tendo Pareceres

Ns. 1.244, 1.245 e 1.246, de 1964 das Comissões: de Constituição e Justiça 1º pronunciamento: pela aprovação, com a emenda que oferece, sob número 1-CCJ; 2º pronunciamento: pela rejeição; de Finanças 1º pronunciamento: solicitando pronunciamento do Ministério da Fazenda.

2º pronunciamento: (depois do pronunciamento do Ministério da Fazenda), propondo audiência da Comissão de Constituição e Justiça, opina pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se ao item 3:

A discussão do Projeto, com a emenda oferecida pela Comissão de Constituição e Justiça, foi encerrada em 17 do corrente.

Em votação o projeto, em escrutínio secreto.

Os Senhores Senadores já podem votar. (Pausa).

Vai-se proceder à apuração. (Pausa).

Votaram "Não" 29 Senhores Senadores e "Sim", 6; houve 2 abstenções.

O projeto está rejeitado.

Em consequência, está prejudicada a emenda e, assim, o projeto é arquivado.

E o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 61, DE 1953

Autoriza o Poder Executivo a doar um terreno ao Humaitá Atlético Clube de Niterói, Estado do Rio de Janeiro e de outras providências.

(Do Sr. Senador Vasconcelos Torres).

O Congresso Nacional decreta:

Art. I. Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Humaitá Atlético Clube, o terreno situado no lote número 676 do local denominado Marui pequeno, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, medindo 14.263,00m² e confrontando com o Cemitério de Marui.

Art. II. Uma vez aprovada a presente lei, fica o Humaitá Atlético Clube, sendo do pagamento de quaisquer quantias atrasadas, que, porventura esteja a dever à União Federal ou organização pertencente ao seu patrimônio por efeito do arrendamento ou aluguel do terreno a que se refere o artigo I desta lei.

Art. III. Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se ao item 4:

Votação em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1962, que autoriza o Sr. Senador Ary Vianna, que proíbe a remuneração do servidor público civil ou autárquico, da União. (Projeto aprovado com emendas, em 16 de setembro último), tendo Pareceres

Ns. 1.073, 1.691 e 1.692, de 1964 das Comissões: de Redação, oferecendo a redação do vencido em 1º turno; de Constituição e Justiça (sobre a emenda de Plenário) favorável, com a emenda que oferece; e de Serviço Público Civil, pela rejeição das emendas de Plenário e da Comissão de Constituição e Justiça.

A discussão do projeto foi encerrada na sessão anterior.

Sobre a mesa requerimento de destaque, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido o seguinte

Requerimento nº 59, de 1965

Nos termos do arts. 212, letra t e 310, letra c, do Regimento Interno, requiro destaque para rejeição da seguinte parte do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1962:

Art. 2º.

Gala das Sessões, 18 de março de 1965. — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em votação o pedido de destaque que acaba de ser lido, para rejeição do art. 2º

do projeto. A votação, nos termos do Regimento, se fará por escrutínio secreto.

Os Senhores Senadores já podem votar. (Pausa.)
Vai-se proceder à apuração. (Pausa.)

Votaram *Sim* 23 Senhores Senadores; votaram *Não*, 5 Senhores Senadores. Houve 4 abstenções.

Não há número regimental para votação. Vai-se proceder à chamada para verificação de presença.

Procede à chamada de Sul para Norte.

RESPONDEM À CHAMADA OS SRS. SENADORES:

Adalberto Senna
Vivaldo Lima
Edmundo Levi
Cattete Pinheiro
Sebastião Archer
Sigefredo Pacheco
Menezes Pimentel
Dinarte Mariz
Walfredo Gurgel
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
João Agripino
Pessoa de Queiroz
José Ermirio
Rui Palmeira
Dylton Costa
José Leite
Aloysio de Carvalho
Josaphat Marinho
Jefferson de Aguiar
Raul Giuberti
Vasconcelos Tôres
Afonso Arinos
Aurélio Vianna
Benedito Valladares
Nogueira da Gama
Pedro Ludovico
Lopes da Costa
Bezerra Neto
Nelson Maculan
Adolpho Franco
Melo Braga
Atílio Fontana
Daniel Krieger
Faria Tavares (35)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) Responderam à chamada 35 Srs. Senadores. Vai-se repetir a votação.

O SR. DANIEL KRIEGER:

(Pela ordem.) Sr. Presidente, a votação se refere ao destaque da emenda?

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se votar o destaque requerido por V. Ex.^a para o art. 2º do projeto que está assim redigido:

"As disposições desta lei vigorarão a partir de 1º de abril de 1960".

Vai-se proceder à votação, por escrutínio secreto, pelo processo eletrônico.

Os Srs. Senadores já podem votar. Vai-se proceder à contagem. (Pausa.)

Votaram "Sim" 29 Srs. Senadores; votaram "Não" 7 Srs. Senadores. Houve 3 abstenções.

O destaque foi aprovado.

Como anunciarei previamente, o destaque é para rejeição. Em tais condições o art. 2º é expurgado do projeto.

Vai-se passar à votação do projeto, também em escrutínio secreto.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

Vai-se proceder à contagem. (Pausa.)

Votaram "Sim", 21 Senhores Senadores e 12 "Não".

Houve uma abstenção.
O projeto foi aprovado.

E o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 1962

Proíbe a remoção do Servidor Público civil ou autárquico, da União.

Art. 1º Nenhum servidor público civil ou autárquico, da União, casado com servidor público ou autárquico poderá ser removido de uma localidade para outra sem que ambos os cônjuges o sejam ao mesmo tempo, salvo vontade expressa manifestada pelo servidor, por escrito, à autoridade competente.

Art. 2º Os efeitos desta lei se contam a partir da mudança da Capital Federal para Brasília.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) passa-se à votação da emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, assim redigida:

Emenda ao art. 1º:

Nenhum servidor público civil ou autárquico, da União, casado com servidor público ou autárquico, poderá ser removido para Brasília, Distrito Federal, sem que ambos o sejam, salvo manifestação em contrário de um deles, por escrito à autoridade competente, por justo impedimento a critério.

Esta emenda, como se vê, é substitutiva do art. 1º do projeto.

Em votação a emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

(Procede-se à votação.)

Vai-se proceder à contagem. (Pausa.)

Votaram 33 senhores Senadores. Não se verificou quorum.

Vai-se proceder à chamada, para verificação de presença.

Vai-se proceder à chamada, para verificação de presença.

A chamada será feita de Norte para o Sul.

RESPONDEM À CHAMADA OS SRS. SENADORES:

Adalberto Senna.
José Guimard.
Vivaldo Lima.
Edmundo Levi.
Cattete Pinheiro.
Sebastião Archer.
Sigefredo Pacheco.
Menezes Pimentel.
Dinarte Mariz.
Walfredo Gurgel.
Ruy Carneiro.
Argemiro de Figueiredo.
Pessoa de Queiroz.
José Ermirio.
Rui Palmeira.
Dylton Costa.
José Leite.
Aloysio de Carvalho.
Josaphat Marinho.
Jefferson de Aguiar.
Eurico Rezende.
Raul Giuberti.
Afonso Arinos.
Aurélio Vianna.
Gilberto Marinho.
Faria Tavares.
Benedito Valladares.
Nogueira da Gama.
Pedro Ludovico.
Lopes da Costa.
Bezerra Neto.
Nelson Maculan.
Adolpho Franco.
Melo Braga.
Atílio Fontana.
Daniel Krieger (36).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Responderam à chamada 36 Srs. Senadores. Há, portanto, número para a votação. Em votação a Emenda da Comissão de Constituição e Justiça, já do conhecimento do Plenário. (Pausa.)

Procede-se à votação

Vai-se passar à apuração. (Pausa.)

Votaram "Sim" 30 Senadores e 3 "Não".

Houve 4 abstenções.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em virtude da aprovação da emenda ficou prejudicada a emenda de Plenário, de autoria do nobre Senador Aloysio de Carvalho, que mandava substituir a expressão "de uma localidade para outra", pela expressão "para Brasília", visto que a emenda de S. Exa. está atendida na emenda da Comissão de Constituição e Justiça, que declara explicitamente que a remoção poderá ser feita *ex officio* para Brasília.

O projeto irá à Comissão de Redação, para redigir o vencido.

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 1962, nº 2.450-C de 1960, na Casa de origem, que concede estabilidade aos Capelães Militares que contarem mais de dez anos consecutivos de serviço e de outras providências, tendo Pareceres sob ns.: 1.537, 1.538, 1.539 e 1.540, de 1964, das Comissões: — da Comissão de Segurança Nacionais 1ª, pela audiência da Comissão de Justiça; dos Ministérios da Marinha, Guerra e Aeronáutica; 2ª, pelo arquivamento. — de Constituição e Justiça, pela rejeição; — de Finanças, pela rejeição.

Em discussão o Projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores pedir a palavra, para discussão, dá-lhe como encerrada. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o Projeto, em escrutínio secreto.

(Procede-se à votação)

Vai-se proceder à apuração. (Pausa.)

Votaram "Sim" 11 Srs. Senadores e "Não" 27.

O Projeto foi rejeitado e, assim, será arquivado e feita a devolução comunicada à Câmara dos Deputados.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, DE 1962

(Nº 2.450-C DE 1960, NA CÂMARA)
Concede estabilidade aos Capelães Militares que contarem mais de dez anos consecutivos de serviço e de outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os Capelães militares serão efetivados em seus postos quando contarem mais de dez anos de ser vigo consecutivos.

Parágrafo único. Os Capelães militares que pertencerem à Força Expedicionária Brasileira e os que serviram em zona de guerra durante o conflito mundial em estabelecimentos militares podem ser nomeados, convocados ou reconduzidos sem limite de idade, a não ser o de compulsória.

Art. 2º Os Capelães efetivados em seus postos gozarão de todos os direitos, vantagens e garantias a eles inerentes salvo o de promoção que só poderá atingir o posto de major nos casos de reforma, que obedecerá às leis em vigor.

Art. 3º Os Capelães Militares que contarem mais de dez anos de serviço nos termos desta lei e que a

juízo do Ministério respectivo ou da Autoridade Eclesiástica competente, devam ser afastados de suas funções, serão reformados com as vantagens proporcionais ao tempo de serviço.

Art. 4º Os Capelães, mesmo não efetivados, invalidados por acidente ou moléstia incurável ou contagiosa, adquirida em serviço, terão direito à reforma nos termos das leis militares em vigor.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama).

Item 6

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1965, (nº 122-B, de 1963, na Casa de origem), que estende o direito a prisão especial, aos guardas-civis dos Estados e Territórios, tendo Parecer nº 120, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça favorável, nos termos do substitutivo que oferece.

Em discussão o projeto, com o substitutivo. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, dou a discussão como encerrada.

Está encerrada.

Em votação o substitutivo, que tem preferência sobre o projeto.

A votação será feita em escrutínio secreto, e pelo processo eletrônico.

O SR. AFONSO ARINOS:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, poucas palavras apenas dirigirei ao Plenário para encaminhar a votação do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, no intuito de justificá-lo para aqueles, colegas que não tiveram oportunidade de ler o projeto.

É o que o projeto, na versão original, concedia o privilégio da prisão especial à classe dos Guardas-Civis, quer na atividade, quer depois de aposentados, também depois do julgamento definitivo, o que vinha se contrapor a todos os dispositivos do Código do Processo Penal, relativo à matéria, porque a prisão privativa é aquela concedida a determinadas classes de funcionários ou a determinadas categorias de cidadãos, mas sempre no propósito de ficar vigindo durante o período em que não se processa a condenação ou o julgamento definitivo. Mas a figura da "prisão especial" depois da condenação iria servir como privilégio completamente injustificável para uma determinada classe.

De maneira que o substitutivo da Comissão não foi, contra o projeto; visou, apenas, acomodá-lo à regra do Código de Processos.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) Em votação o substitutivo.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR (Sem revisto do orador) Sr. Presidente, Srs. Senadores, Relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, tive ensejo de demonstrar a impropriedade do texto do projeto de lei da Câmara.

Autorizei a exclusão dos Guardas-Civis das regalias previstas no artigo 295 do Código de Processo Penal, mas excluí a última parte da determinação porque, efetivamente, como bem assinalou o nobre Senador Afonso

Arinos não haveria possibilidade de se dar prisão especial na execução da pena.

O Sr. Afonso Arinos — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Com prazer.

O Sr. Afonso Arinos — Pego desculpas por não ter mencionado Vossa Excelência autor do brilhante parecer adotado pela Comissão. Mas, ao me referir ao parecer da Comissão fí-lo em conjunto, porque ela esposou o seu ponto de vista.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Não tenho a menor preocupação em invocar essa omissão de Vossa Excelência. Sei, perfeitamente, que Vossa Excelência está atento à tramitação do projeto na Comissão de Constituição e Justiça, onde ilustra a Comissão, e é o Presidente que nos orienta e nos estimula nos trabalhos daquele órgão. Apresentei trabalho modelo, na reunião de ontem, demonstrando, justamente, essa circunstância: o projeto da Câmara assegurava maior privilégio aos Guardas-Civis do que o Código de Processo Penal assegurava aos Ministros de Estado, Governadores, membros do Parlamento Nacional e dos Assembleias Legislativas e todas as outras autoridades indicadas nos vários incisos do art. 295 do Código de Processo Penal. O art. 175, parágrafo 2º da Lei Ativa Penal, também repele o elastério previsto no projeto oriundo da Câmara dos Deputados. Por conseguinte, a emenda é adequada e procedente, merecendo e beneplácito do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) Em votação o substitutivo, em escrutínio secreto, pelo processo eletrônico.

Os senhores Senadores já podem votar. (Pausa.)

Vai-se proceder à apuração. (Pausa.)

Votaram "Sim", 30 senhores Senadores; votaram "Não", 7 senhores Senadores.

O Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça foi aprovado. O projeto fica prejudicado. A matéria vai à Comissão de Redação, a fim de redigir o vencido para a discussão suplementar.

E' o seguinte o substitutivo aprovado:

SUBSTITUTIVO

Art. 1º O art. 295 do Código do Processo Penal (Decreto-lei nº 3.639, de 3 de outubro de 1941) passa a vigorar com o seguinte número:

XI) as guardas civis dos Estados e Territórios, advogados nativos.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama).

Discussão em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 1964, de autoria do Sr. Senador Antônio Carlos, que dispõe sobre a acumulação de cargos, pelos Dentistas, nas autarquias, tendo pareceres (ns. 1.685 a 1.687, de 1964) das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; — de Legislação Social, pela rejeição; e — de Serviço Público Civil, pela aprovação.

Em votação o Projeto, em escrutínio secreto. Os Srs. Senadores já podem votar.

Se todos os Srs. Senadores já votaram, encerrarei a votação. (Pausa.) Está encerrada.

Vai-se proceder à contagem. Pausa).

Votaram, não, 20 Srs. Senadores; sim, 14 e houve uma abstenção. Está aprovado. O Projeto em consequência, será arquivado.

E' o seguinte o Projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, DE 1964

Dispõe sobre a acumulação de cargos pelos Dentistas, nas autarquias.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam sentos da proibição preceituada no art. 189 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, os dentistas que exerçam, com perfeita compatibilidade de horário, dois cargos em diversa autarquia, o cargo público federal, estadual ou municipal com outro em entidade autarquia ou sociedade de economia mista.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama).

Discussão, em turno suplementar, art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 1964, de autoria do Sr. Senador Antônio Carlos, que dispõe sobre a acumulação de cargos, pelos Dentistas, nas autarquias, tendo pareceres (ns. 1.685 a 1.687, de 1964) das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; — de Legislação Social, pela rejeição; e — de Serviço Público Civil, pela aprovação.

Foi enviado à Mesa o parecer da Comissão de Redação, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

Parecer nº 123, de 1965

Redação do vencido substitutivo de Plenário, ao Projeto de Lei da Câmara nº 324, de 1964 (nº 2.435-B/64, na Casa de origem), para discussão Suplementar.

Relator: Sr. Walfredo Gurgel.

A Comissão apresenta a redação do vencido substitutivo de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara nº 324, de 1964 (nº 2.435-B-64, na Casa de origem), que dispõe sobre a organização do Conselho Nacional de Serviço Social, fixa as respectivas atribuições, e dá outras providências, para sua discussão suplementar.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1965. — Djalma Rêgo, Presidente. — Walfredo Gurgel, Relator. — Eurico Rezende.

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 324, DE 1964, (Nº 2.435-B-64, NA CASA DE ORIGEM)

Dispõe sobre a organização do Conselho Nacional de Serviço Social, fixa as respectivas atribuições, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Conselho Nacional de Serviço Social, com sede na Capital Federal, criado pelo Decreto nº 5.5, de 1º de julho de 1954, subordinado ao Ministério da Educação e Cultura, terá, além de suas atuais atribuições, a de disciplinar e coordenar a atuação dos Auxílios e Subvenções consignados no Orçamento Geral da União, com fundamento na Lei números 1.493, de 13 de dezembro de 1951 e 2.266, de 12 de julho de 1951,

bem como fiscalizar a sua aplicação e a eficiência dos serviços prestados pelas instituições beneficiadas.

Parágrafo único. São transferidas ao Ministério da Educação e Cultura e ao Conselho Nacional de Serviço Social as atribuições conferidas, pelas Leis nºs. 1.493, de 1951, e 2.266, de 1954, aos Ministérios da Agricultura, Justiça e Negócios Interiores e Saúde.

Art. 2º O Conselho Nacional de Serviço Social será constituído de 7 (sete) membros na forma seguinte:

- um Presidente, de livre nomeação do Presidente da República, símbolo 1-C;
- um representante do Ministério da Educação e Cultura;
- um representante do Ministério da Agricultura;
- um representante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores;
- um representante do Ministério da Saúde;
- um representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social;
- um representante do Ministério Extraordinário do Planejamento.

§ 1º O Vice-Presidente do Conselho Nacional de Serviço Social, eleito pelos seus membros entre seus componentes, terá mandato de 2 (dois) anos.

§ 2º Os membros do Conselho, exceto o Presidente, terão mandato de 4 (quatro) anos e a renovação será sistematicamente de um terço.

§ 3º O Presidente só terá direito a voto no caso de empate.

§ 4º Os membros do Conselho Nacional de Serviço Social farão jus a uma gratificação por sessão a que comparecerem, a ser fixada na forma da legislação em vigor.

Art. 3º Para cumprimento do disposto no § 2º do artigo anterior, os mandatos dos membros inicialmente designados serão de 4 (quatro) anos para os representantes do Ministério da Educação e Cultura e do Ministério da Saúde; de 3 (três) anos para os representantes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e do Ministério do Trabalho e Previdência Social, e de 2 (dois) anos para os representantes do Ministério da Agricultura e do Ministério Extraordinário do Planejamento.

Art. 4º O Conselho Nacional de Serviço Social terá um Secretário-Executivo, dirigida por um Secretário-Executivo, servidor público federal, designado pelo seu Presidente após a aprovação do Conselho, e que fará jus a uma gratificação correspondente ao símbolo 1-F.

Art. 5º São atribuições do Secretário-Executivo, além das regimentais:

- a) julgar os pedidos de registro de entidades, atende o Conselho;
- b) aprovar os planos de aplicação de recursos orçamentários;
- c) movimentar os recursos orçamentários de auxílios e subvenções;
- d) examinar e emitir parecer conclusivo sobre as prestações de contas, para julgamento do Conselho.

Art. 6º Dentro do prazo de 60 (sessenta) dias o Ministério da Educação e Cultura encaminhará a aprovação do Presidente da República Projeto de Regimento Interno do Conselho Nacional de Serviço Social.

Art. 7º Os recursos locais orçamentários consignados ao Conselho Nacional de Serviço Social serão distribuídos às entidades particulares, por Estado, obedecido o critério de proporcionalidade na razão direta da população e inversa da renda per capita.

Art. 8º O Ministério da Educação e Cultura por proposta do Conselho Nacional de Serviço Social, de acor-

do com as necessidades do serviço, poderá delegar suas atribuições para outras entidades ou órgãos da administração pública.

Art. 9º Mantidos os atuais registros das entidades que podem ser beneficiadas com auxílios e subvenções, previstas nos Capítulos III e IV da Lei nº 1.493, serão mantidos pelo Conselho, e a documentação apresentada, cabendo, no caso de indeferimento, recurso ao Ministro da Educação e Cultura.

Art. 10 Para atender a demanda com pagamento de subvenções, auxílios e extraordinárias, a prestação de consultoria técnica, no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, quantia numérica constante do Orçamento em curso.

Art. 11 As despesas decorrentes desta Lei, no presente exercício correrão a conta dos recursos consignados no Orçamento da União — Anexo da Educação e Cultura — consignadas ao Conselho Nacional de Serviço Social.

Parágrafo único. A fim de complementar os recursos previstos no artigo e o Poder Executivo autorizará a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, com vigência em dois exercícios financeiros, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros).

Art. 12 Os pagamentos de auxílios e subvenções liberados pelo Conselho Nacional de Serviço Social serão efetuados pelas agências do Banco do Brasil ou Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional, na conformidade do que for estabelecido no Regulamento desta Lei.

Art. 13. A prestação de contas dos auxílios e subvenções de que trata esta Lei, concedidos até o exercício de 1964, continuará a ser feita perante os respectivos Ministérios, na forma da legislação vigente.

Parágrafo único. Os órgãos ministeriais, incumbidos do exame das prestações de contas, fornecerão ao Conselho Nacional de Serviço Social as quitações e demais elementos necessários à concessão dos auxílios e subvenções consignados no Orçamento da União a partir do exercício de 1965, inclusive.

Art. 14. Sem prejuízo das demais penalidades legais, a instituição que receber dotações, cuja documentação não expresse a verdade, ficará privada dos favores desta Lei, enquanto não a regularizar.

Art. 15. E' mantido o disposto nas Leis nºs. 1.493, de 1951 e 2.266, de 1954, que não contrariem as disposições desta Lei.

Art. 16. O Poder Executivo regulamentará esta Lei dentro do prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 17. Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, março de 1965.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa, emenda que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

E' lida a seguinte:

EMENDA Nº 1

Substitua-se pela seguinte a redação do Art. 9º do substitutivo:

Art. 9º. Serão revisitos os atuais registros de entidades no C.N.S.S. Os novos registros das instituições que podem ser beneficiadas com auxílios e subvenções, previstas nos Capítulos III e IV da Lei nº 1.493, serão concedidos pelo Conselho, à vista da documentação apresentada, cabendo, após decisão do Conselho recurso ao Ministro da Educação e Cultura no caso de indeferimento.

Justificativa

A presente emenda tem o objetivo de permitir sejam normalizados os registros eventualmente processados irregularmente ou mediante documentação insuficiente.

Brasília, 18 de março de 1965. — **Adalberto Sena.**

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em discussão suplementar o substitutivo com a emenda apresentada.

Não havendo quem peça a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

O projeto sai da Ordem do Dia, para pronunciamento das Comissões sobre a emenda apresentada.

Votação em turno único (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 265-A, do Regimento Interno) do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1962, nº 1.077-B de 1959, na Casa de origem) que dá o nome de Leoberto Leal ao Aeroporto da cidade de Cricúma, no Estado de Santa Catarina, tendo Parecer sob número 1.224, de 1964, da Comissão de Constituição e Justiça, pela rejeição por injuridicidade.

Pareceres (nrs. 1.247, 1.248 e 1.249, de 1964) das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade — de Serviço Público Civil, pela rejeição, e — de Finanças pela rejeição.

A discussão foi encerrada a 17 do corrente quanto à juridicidade.

Em votação o projeto quanto à preliminar. (Pausa)

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está rejeitado, será arquivado, sendo feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

E' o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 82, DE 1962

(Nº 1.077-B, DE 1959, NA CÂMARA)

Dá o nome de Leoberto Leal ao Aeroporto da cidade de Cricúma, no Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O aeroporto da cidade de Cricúma, Estado de Santa Catarina, denominar-se-á "Aeroporto Leoberto Leal".

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Votação em 1º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1962, de autoria do Sr. Senador Nogueira da Gama, que dispõe sobre a revisão das concessões de privilégios de intencões e registros de marcas estabelecidas normas para a remessa de "royalties" e dá outras providências, tendo Pareceres (sob nrs. 1.324 a 1.326 de 1964) das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, e — de Economia, 1º pronunciamento, pela audiência do Departamento Nacional de Propriedade Industrial através do Ministério da Indústria e Comércio. — 2º pronunciamento (após exposição de motivos feita pelo Sr. Ministro da Indústria e Comércio, sobre a matéria contrária.

Sobre a mesa requerimento, que se lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte**Requerimento nº 60, de 1965**

Nos termos dos arts. 212, letra i e 274, letra b, do Regimento Interno requereu adiamento da votação do Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1962, a fim de ser feita na sessão de 28 do corrente.

Sala das Sessões em 18 de março de 1965. — **Adalberto Sena.**

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em consequência da aprovação do requerimento, fica adiada a votação da matéria, para o dia 28 do corrente.

Votação em primeiro turno do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1964 de autoria do Sr. Senador Antônio Carlos que autoriza a Carteira de Colonização do Banco do Brasil S.A. a efetivar operações de financiamento às Prefeituras Municipais para aquisição de veículos rodoviários, tendo Pareceres (nrs. 851, 852 e 853 de 1964) das Comissões: — de Constituição e Justiça — 1º pronunciamento: pela inconstitucionalidade 2º pronunciamento: favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Finanças — de Finanças, favorável nos termos do substitutivo que oferece com voto vencido quanto ao art. 3º do Sr. Senador Mem de Sá. — Em 2.8.64 foi lida e apoiada a emenda nº 1. Em seguida, nos termos do Requerimento nº 340-64, o projeto foi retirado da Ordem do Dia para audiência por intermédio do Sr. Ministro da Fazenda, das Carteiras Agrícola e Industrial do Banco do Brasil e em especial de seus Departamentos Jurídicos. A diligência foi cumprida pelo aviso GB-283, de 20-10-64 o Sr. Ministro da Fazenda transmitiu cópia dos Pareceres emitidos pelo Departamento Jurídico e pelas aludidas Carteiras que concluem pelo não enquadramento das operações objetivadas no projeto.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A discussão do projeto, com a emenda, foi encerrada em 17 do corrente.

Em votação o projeto sem prejuízo da emenda. (Pausa)

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitado.

A rejeição do projeto implica no prejuízo da emenda que lhe foi apresentada. Assim a matéria será arquivada.

E' o seguinte o projeto rejeitado e arquivado:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 4, DE 1964

Autoriza a Carteira de Colonização do Banco do Brasil S.A. a efetivar operações de financiamento às Prefeituras Municipais, para aquisição de veículos rodoviários.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' a Carteira de Colonização do Banco do Brasil S.A. autorizada a efetivar operações de financiamento às Prefeituras Municipais, para aquisição de máquinas rodoviárias.

Parágrafo único. O financiamento de que trata este artigo, que será amortizado no prazo de 10 (dez) anos, contados da data de lavratura do respectivo contrato, terá como garantia a quota do imposto de consumo devida ao Município contratante.

Art. 2º Somente as Prefeituras de Arrecadação municipal não superior a Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de

cruzeiros) poderão beneficiar-se do disposto nesta lei.

Art. 3º O Banco do Brasil S.A. reservará, pelo menos, Cr\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros), dos recursos anuais destinados às suas Carteiras de Crédito Geral para atendimento do precetivado nesta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item XII:

Votação em turno único (com apreciação preliminar de constitucionalidade nos termos do artigo 265 do Regimento Interno) do Projeto de Lei da Câmara número 39, de 1961 (nº 3.968-B de 1958, na Casa de origem) que concede pensão vitalícia, no valor mensal de Cr\$ 5.000,00 a Alexandre Sartori, ex-servidor do DNER, tendo Parecer sob nº 31, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça, contrário, por inconstitucional.

Em votação o projeto quanto à preliminar. (Pausa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
(Nº 3.968-B, DE 1958, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Concede pensão vitalícia, no valor mensal de Cr\$ 5.000,00 a Alexandre Sartori, ex-servidor do DNER.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' concedida a pensão vitalícia no valor mensal de Cr\$ 5.000,00 a Alexandre Sartori, ex-servidor do DNER.

Art. 2º A despesa decorrente da execução desta lei correrá a conta da Verba Orçamentária destinada ao pagamento dos pensionistas da União a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1963 (nº 1.205-B, de 1959, na Casa de origem) que proíbe o uso da expressão "Brasília", pelas sociedades mercantis de natureza imobiliária e dá outras providências, tendo Pareceres (nrs. 1.231 e 1.232, de 1964) das Comissões: de Constituição e Justiça, declarando escapar o assunto à sua alçada, de Distrito Federal, pela rejeição.

Em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está rejeitado.

O projeto será arquivado e feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

E' o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 88, DE 1963

(Nº 1.205-B-59, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Proíbe o uso da expressão "Brasília", pelas sociedades mercantis de natureza imobiliária, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os proprietários ou co-proprietários de terras rurais, ou de terrenos urbanos, situados no Brasil Central, nas proximidades do território da Nova Capital, e que pretendam

vendê-los, divididos em lotes, e por oferta pública ou vendas particulares, mediante pagamento de preço a prazo, em prestações sucessivas e periódicas, invocando, como argumento de venda, ou de propaganda, a aproximação de Brasília, são obrigados antes de anunciar a venda, a depositar na Companhia Urbanizadora da Nova Capital, o memorial de loteamento, devidamente inscrito no registro de imóveis a circunscrição respectiva, nos termos do Decreto-lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937.

Art. 2º De posse do memorial o plano de loteamento a Companhia Urbanizadora da Nova Capital verificará a localização do mesmo, em face do plano piloto da cidade, determinando a distância, em que se situa o centro do loteamento, em relação ao ponto central da Praça dos Três Poderes em Brasília, entregando certidão dessa verificação aos proprietários ou co-proprietários de loteamento.

Art. 3º Nenhum oferta ou anúncio do loteamento poderá ser feito e nenhum documento de compromisso de compra e venda, ou de compra e venda definitiva, firmado pelos interessados, sem expressa referência à certidão, a que se reporta o art. 2º, com a transcrição da distância verificada e certificada pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital, e especificada em relação a cada lote vendido ou prometido vender.

Art. 4º Qualquer infração do regime estabelecido na presente lei, e das obrigações que ela contém, será passível das seguintes penalidades:

a) cancelamento do loteamento, promovido junto à circunscrição em que o mesmo houver sido inscrito, resguardados os interesses e direitos das promessas ou das vendas já realizadas;

b) perda do direito dos proprietários ou co-proprietários do loteamento às prestações vencidas com a rescisão do contrato, sempre que assim o desejar o comprador ou promitente comprador do lote;

c) multas de Cr\$ 5.000,00 a Cr\$ 50.000,00 por lote constante do loteamento;

d) sujeição dos proprietários, ou co-proprietários do loteamento, às penas estabelecidas no art. 177 do Código Penal.

Art. 5º Quanto aos loteamentos já aprovados, nenhum contrato de compromisso de venda, ou de venda definitiva, poderá ser firmado, a partir da data da presente lei, sem a indicação da distância em que o lote vendido ou prometido vender, se encontra em relação ao centro da Praça dos Três Poderes, em Brasília.

Parágrafo único. A infração do presente artigo incorrerá nas sanções estabelecidas no art. 4º, letras b, c e d, da presente lei.

Art. 6º A partir da data da presente lei, a propaganda dos loteamentos já aprovados deverá também indicar a distância em que os mesmos se encontram do centro da Praça dos Três Poderes, em Brasília, sob pena de incorrer nas sanções estabelecidas no art. 4º, letras b, c e d.

Art. 7º A Companhia Urbanizadora da Nova Capital poderá denunciar qualquer infração da presente lei, cabendo ao Ministério Público tomar as medidas necessárias à proposição da ação penal, sem prejuízo das denúncias ou ações promovidas pelos próprios interessados.

Art. 8º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 1963 (nº 253-B de 1959, na Casa de origem) que altera o De-

Decreto-Lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944, que reforma a Lei de Acidentes do Trabalho, tendo Pareceres (ns. 24 e 25, de 1965) da Comissão de Legislação Social; 1º pronunciamento, solicitando audiência do Ministério do Trabalho; 2º pronunciamento (a diligência não foi cumprida) — pela aprovação.

Em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. Vai à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 94, DE 1963

Nº 251-B, DE 1959, NA CAMARA

Altera o Decreto-Lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944, que reforma a Lei de Acidentes do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ao artigo 27 do Decreto-Lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944, mantido seu parágrafo único, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27. Nos casos de incapacidade temporária, a indenização é devida a partir do dia que se segue ao do acidente."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 318, de 1964 (nº 4.881-B, de 1963, na Casa de origem) que concede isenção de licenças, impostos e taxas de importação e consumo para materiais hospitalares doados pela Evangelische Zentralstelle für Entwicklungshilfe E. V., da República Federal da Alemanha, ao Hospital Evangélico da Bahia, tendo Parecer favorável sob o nº 60, de 1965, da Comissão de Finanças.

Sobre a mesa emenda que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

E lida a seguinte:

EMENDA Nº 1

Dá-se a redação seguinte ao artigo 1º:

Art. 1º É concedida isenção de licença de importação e dos impostos de importação e de consumo, das taxas de renovação da Marinha Mercante, dos melhoramentos dos Portos, dos emolumentos consulares, bem assim das taxas de armazenagem e capatazias para os materiais hospitalares doados pela Evangelische Zentralstelle für Entwicklungshilfe E. V. e pela Misericórdia Bisschavellisches Hilfswerk E. V., da República Federal da Alemanha, às entidades assistenciais brasileiras.

Justificação

A presente emenda amplia o contexto do projeto, dentro do mesmo objetivo dele. Estende a isenção concedida aos materiais hospitalares doados por outra organização alemã, além da que o projeto menciona e beneficia às entidades assistenciais brasileiras, que forem contempladas, ao invés de as individualizar ou nomear.

A modificação, proposta resulta de sugestões e apêlos de instituições que se encontram em situação semelhante à do projeto, e que foram contempladas por outra organização, que a emenda indica, — a Misericórdia Bisschavellisches Hilfswerk E. V. — também da República Federal Alemã.

Não se altera a finalidade da proposição.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1965. — Senador Josapha Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em discussão o projeto e a emenda. (Pausa.)

Como nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-lo, encerro a discussão. O projeto e a emenda saíram da Ordem do Dia, para receber o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça, assim como da Comissão de Finanças, sobre a emenda.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 319, de 1964 (nº 4.867-B, de 1962, na Casa de origem) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros) para a construção do Quartel dos Fuzileiros Navais em Brasília, tendo Parecer favorável sob o número 49, de 1965, da Comissão de Finanças.

Como nenhum dos Senhores Senadores deseja discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto irá à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 319 DE 1964

(Nº 4.867-B-62, NA CAMARA)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros) para a construção do Quartel dos Fuzileiros Navais de Brasília.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), para atender às despesas com a construção do Quartel dos Fuzileiros Navais de Brasília.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Votação, em 1º turno (apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do art. 265 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 1964, de autoria do Senhor Senador Cateete Pinheiro, que altera o artigo 1º da Lei nº 1.573, de 13 de março de 1952, tendo Parecer (sob nº 1.392, de 1964) da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

A discussão do projeto, quanto à sua juridicidade, foi encerrada na sessão de 17 do corrente.

Em votação o projeto, quanto à preliminar de juridicidade.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Foi rejeitado.

Será arquivado.

E' o seguinte projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 1964

Altera o art. 1º da Lei número 1.573, de 13 de março de 1952.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 1.573, de 13 de março de 1952, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Computar-se-á integralmente para efeito de aposentadoria, disponibilidade, gratificação adicional e licença especial, no serviço público federal, o tempo de serviço regularmente prestado no Serviço Especial de Saúde Pública.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36 DE 1963

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 36, de 1963, de autoria do Senhor Senador Raul Giuberti, que inclui no Plano Rodoviário Nacional a pavimentação das estradas: Colônia Barra de São Francisco, Ecopiranga, Itapemirim, Cachoeira, Alegre e Guacuí, tendo Pareceres sob ns. 1.172, 1.173, 1.174 e 1.175, de 1964, das Comissões de Constituição e Justiça; 1º — favorável, oferecendo substitutivo; 2º — pela constitucionalidade — de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, favorável, nos termos do substitutivo que oferece o contrário à emenda substitutiva da Comissão de Constituição e Justiça número 1-CCJ — de Finanças, favorável à emenda substitutiva nº 1-CCJ, da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o projeto, com substitutivo. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, dou por encerrada a discussão.

Há sobre a mesa requerimento de preferência para o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido o seguinte

Requerimento nº 61, de 1965

Requerio preferência para o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1965. — Jefferson de Aguiar.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em votação o requerimento do nobre Senador Jefferson de Aguiar.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Foi aprovado o requerimento e assim concedida a preferência.

Em votação o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está rejeitado.
Ficam, assim, prejudicados o projeto e o Substitutivo da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

A matéria vai à Comissão de Redação para redigir o vencido.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 21, de 1965, que suspende a execução do art. 2º da Lei nº 4.702, de 23 de outubro de 1963, do Estatuto de Goiás, no que concerne à fixação das divisas do Município de Mosarlandia, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 61, de 1965).

Em discussão o projeto. (Pausa).
Não havendo quem peça a palavra, dou por encerrada a discussão.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Vai à Comissão de Redação. Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende (Pausa)

S. Exa. não está presente.

Dou a palavra ao nobre Senador Edmundo Levi.

O SR. EDMUNDO LEVI:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:
O nobre Senador Edmundo Levi desiste da palavra.

O orador seguinte é o nobre Senador Jefferson de Aguiar, a quem dou a palavra.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

Sr. Presidente, declino da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

O nobre Senador Jefferson de Aguiar desiste da palavra.

O orador seguinte é o nobre Senador Vivaldo Lima (Pausa)

S. Exa. não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho.

O SENHOR SENADOR GILBERTO MARINHA PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Nada mais havendo que tratar vou encerrar a sessão, convocando outra, extraordinária, para às 21 horas e 30 minutos de hoje, com a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1965 (nº 212-A/65, na Casa de origem), que autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País, tendo Parecer Favorável, sob nº 124, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça.

2

Votação, em turno suplementar (art. 275-A do Regimento Interno), do substitutivo, aprovado na sessão de 17 do mês em curso, ao Projeto de Lei da Câmara nº 324, de 1963 (nº 2.465-B/64, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que regula o pagamento de dotações orçamentárias a entidades privadas, e dá outras providências, tendo Parecer sob nº 123, de 1965, da Comissão de Redação, com a redação do vencido e dependendo de pronunciamento das Comissões de Constituição e Justiça, de Projetos do Executivo e de Finanças, sobre a emenda de Plenário.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 303, de 1964 (nº 2.033-B/64, na Casa de origem), que dispõe sobre as comemorações do centenário de Epitácio Pessoa (incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão anterior, a requerimento do Senhor Senador Eurico Rezende), tendo Pareceres Favoráveis (nºs 121 e 122, de 1965), das Comissões de Educação e Cultura e de Finanças.

4

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Finanças sobre a Mensagem nº 7 (nº de origem 3-65), pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Nelson de Almeida Brum para o cargo de Diretor-Executivo da Casa da Moeda e dos Srs. Alcyr Costa Fernandes, Wilberto Luiz Lima, Lourenço Guimarães Monteiro, Henrique Alves de Minas e Jesuino de Freitas Ramos para integrarem o Conselho Deliberativo daquele órgão.

5

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 14, de 1965 nº de origem 11, de 1965), pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Diplomata Lauro Escorel Rodrigues de Moraes para a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República da Bolívia.

Está encerrada a sessão.
Levanta-se a sessão às 17 horas e 30 minutos.

ATA DA 11ª SESSÃO, EM 18 MARÇO DE 1965

(Extraordinária)

PRESIDÊNCIA DO SR. NOGUEIRA DA GAMA

As 21 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Adalberto Sena.
Oscar Passos.
Vivaldo Lima.
Edmundo Levi.
Arthur Virgílio.
Zacharias de Assumpção.
Cattete Pinheiro.
Lobão da Silveira.
Sebastião Archer.
Joaquim Parente.
Sicofredo Pacheco.
Menezes Pimentel.
Dix-Huit Rosado.
Dinarte Mariz.
Walfredo Gurgel.
Ruy Carneiro.
Artemio de Figueiredo.
João Agripino.
Pessoa de Queiroz.
Dylton Costa.
José Leite.
Aloysio de Carvalho.
Josephat Marinho.
Eurico Rezende.
Afonso Arinos.
Fábio Tavares.
Benedicto Valladares.
Nogueira da Gama.
Pedro Ludovico.
Lopes da Costa.
Bezerra Neto.
Adolpho Franco.
Mello Braga.
Atílio Fontana.
Daniel Krieger.
Eusébio Barros.
Jefferson de Aguiar.
Paul Giuberti.
Vasconcelos Torres.
Amélio Viana.
Gilberto Marinho.
Jana de Matos.
Cildo Mondim.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 43 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

PARECERES

Parecer nº 124, de 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 2-65, que autoriza o Sr. Presidente da República a ausentar-se do País.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

Em cumprimento ao que preceitua a Constituição Federal, art. 66, inciso VII, foi solicitada ao Congresso Nacional licença para que o Senhor Presidente da República se ausente do País, no corrente mês de março em visita à República do Paraguai e a convite do Chefe do Governo da nação vizinha e amiga.

Neste sentido, mensagem do Poder Executivo, de 15 de março corrente, enviada à Câmara dos Deputados, solicitou a licença, havendo a referida Casa do Poder Legislativo elaborado e aprovado o presente Projeto de Decreto Legislativo.

Do ponto de vista constitucional, nada temos a objetar, levando em conta, outrossim, a alta significação do convite, pois que a presença do Chefe da Nação brasileira realçará o ato inaugural da ponte que liga os dois países, sobre o Rio Paraná, a simbolizar uma amizade muito sólida e indestrutível que une os dois povos.

A Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Comissões, em 18 de março de 1965. — Afonso Arinos, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Aloysio de Carvalho. — Josephat Marinho. — Ruy Carneiro. — Edmundo Levi. — Argemiro de Figueiredo. — Jefferson de Aguiar.

Parecer nº 125, de 1965

Redação para discussão suplementar do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 1965 (nº 122-B-63, na Casa de origem).

Relator: Sr. Walfredo Gurgel.

A Comissão apresenta a redação para discussão suplementar do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1965 (nº 122-B de 1963, na Casa de origem), que estende o direito à prisão especial aos guardas-civis dos Estados e Territórios.

Sala das Sessões, 19 de março de 1965. — Dix-Huit Rosado, Presidente. — Walfredo Gurgel, Relator. — Josephat Marinho. — Sebastião Archer.

ANEXO AO PARECER Nº 125, DE 1965

Redação para discussão suplementar do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 11, de 1965 (nº 122-B-63, na Casa de origem), estende aos guardas-civis dos Estados e Territórios o benefício previsto no art. 295 do Código do Processo Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 295 do Código do Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689,

de 3 de outubro de 1941) passa a vigorar com o seguinte número:

“.....
XI — os guardas-civis dos Estados e Territórios, ativos ou inativos.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O expediente lido vai à publicação.

Não há oradores inscritos para esta oportunidade.

Estão presentes 43 Srs. Senadores. Passa-se à.

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo número 2, de 1965 (nº 212-A-65, na Casa de origem), que autoriza o Sr. Presidente da República a ausentar-se do País, tendo Parecer favorável, sob nº 124, de 1965, da Comissão — de Constituição e Justiça.

Em discussão o projeto.

(Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar usar da palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

O projeto foi aprovado. Irá à Comissão de Redação.

Votação, em turno suplementar (art. 215-A do Regimento Interno), do substitutivo, aprovado na sessão de 17 do mês em curso, ao Projeto de Lei da Câmara número 124, de 1965 (nº 2.465-B-64, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que regula o pagamento de dotações orçamentárias a entidades privadas e as outras providências, tendo Parecer, sob nº 123, de 1965, da Comissão

— De Redação, com a redação do vencido e dependendo de pronunciamento das Comissões;
— De Constituição e Justiça;
— De Projetos do Executivo e
— De Finanças, sobre a emenda de Plenário.

Solicito o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Dou a palavra ao Relator desse órgão, o nobre Senador Jefferson de Aguiar.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Para emitir parecer — Não foi revisado pelo orador) — Senhor Presidente, o nobre Senador Adalberto Sena apresentou ao art. 9º, a seguinte emenda:

“Serão revistos os atuais registros de entidades no C.N.S.S. Os novos registros das instituições que podem ser beneficiadas com auxílios e subvenções, previstos nos Capítulos III e IV da Lei número 1.493, serão concedidos pelo Conselho à vista da documentação apresentada, cabendo, após decisão do Conselho, recurso ao Ministro da Educação e Cultura no caso de indeferimento.”

Sob o ponto-de-vista jurídico-constitucional, nada há que se possa arguir contra a emenda. No entanto, a Comissão de Constituição e Justiça sugere uma ligeira modificação da redação, no momento oportuno, para que mais clara se torne a disposição imperante à sua determinação. Tam-

bém me parece que o início, o caput do artigo, e sua segunda parte, deveriam constituir um parágrafo único.

A Comissão de Redação, oportunamente, apreciará a matéria, caso a Comissão de Projetos do Executivo não aprecie a questão, apresentando proposição subsidiária adequada. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Solicito parecer da Comissão de Projetos do Executivo, para o que tem a palavra o seu Relator, o nobre Senador João Agripino.

O SR. JOÃO AGRIPINO:

(Para emitir parecer — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, a Comissão de Projetos do Executivo opina favoravelmente à emenda do nobre Senador Adalberto Sena. Entretanto, verifica que a redação proposta, na segunda parte, idêntica do projeto, pode ensejar interpretação controversa.

E que no art. 5º do Projeto se de-clara:

Art. 5º São atribuições do Secretário-Executivo, além das regulamentais:

a) julgar os pedidos de registro de entidades, “ad referendum” do Conselho.

Na emenda se diz:

Art. 9º Serão revistos os atuais registros de entidades no C.N.S.S. Os novos registros das instituições que podem ser beneficiadas com auxílios e subvenções, previstos nos Capítulos III e IV da Lei nº 1.493, serão concedidos pelo Conselho à vista da documentação apresentada, cabendo, após decisão do Conselho, recurso ao Ministro da Educação e Cultura no caso de indeferimento.

Tem-se, portanto, a impressão de que, no art. 9º, dispõe-se de maneira diferente do que já se dispôs, no art. 5º.

Para evitar esta dificuldade de interpretação, a Comissão de Projeto do Executivo, por meu intermédio ofereceu a seguinte subemenda:

Onde se diz na emenda:

“Serão concedidos pelo Conselho, à vista da documentação apresentada...”

Diga-se:

“Serão julgadas, na forma do art. 5º, letra “a”, à vista da documentação apresentada...”

Desta forma, o pedido de registro julgado pelo Secretário “ad referendum” do Conselho. Na hipótese de o Conselho indeferir, caberá recurso para o Ministro de Educação, conforme prevê o final da emenda.

Com este pronunciamento, encaminho à Mesa a subemenda.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Solicito o parecer da Comissão de Finanças. Para isso, dou a palavra ao seu Relator, o nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

(Para emitir parecer — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, a emenda de autoria do ilustre Senador Adalberto Sena vem aperfeiçoar o projeto e corrigir uma situação de irregularidade, e até de abuso, verificada em matéria de auxílios e subvenções.

Pela sugestão do ilustre representante nesta Casa, os registros de entidades no Conselho Nacional de Serviço Social serão reexaminados, vale

dizer, a emenda tem um sentido de esforço revolucionário, visando a liquidar com a chocadeira de escândalos do passado, no carnaval dos auxílios e subvenções que eram concedidos até a entidades fantasmas.

Foi, por isso, em vez no Senado, Adalberto Sena um revolucionário autêntico.

Sr. Presidente, a subemenda oferecida pela Comissão de Projetos do Executivo concilia os propósitos corretivos e punitivos da emenda com a competência dada ao Secretário Executivo para decidir os pedidos de registro. Achaas chamaria a atenção de eminente Senador João Agripino, porque o propósito de S. Exa. foi o de eleger o Conselho julgue o Sr. Secretário deira, de modo que, com bases e esclarecimentos os dois dispositivos se possam harmonizar.

Na emenda do Senador Adalberto Sena, porém, nota-se, data venia, uma demasia. Os novos registros das instituições que podem ser beneficiadas com auxílios e subvenções previstos no Capítulos III e IV da Lei nº 1.493, serão julgados pelo Conselho e a vista da documentação apresentada, cabendo recurso ao Ministro da Educação e Cultura, no caso de indeferimento. Obviamente, todo recurso só se pode verificar após uma decisão.

A subemenda suprime essa expressão, que me parece absolutamente desnecessária. Mas desejo ressaltar que, acatados o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e a subemenda, a Comissão de Projetos do Executivo embora ficando a proposição subsidiária com outra redação, respeitamos e acatamos integralmente os nobres propósitos que inspiraram a Emenda do Senador Adalberto Sena.

Assim, Sr. Presidente a Comissão de Finanças aprova a emenda do Sr. Senador Adalberto Sena, nos termos da subemenda proposta pela Comissão de Projetos do Executivo. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Estão proferidos os Pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, de Projetos do Executivo e de Finanças, favoráveis à Emenda de autoria do nobre Senador Adalberto Sena, sendo que a Comissão de Projetos do Executivo apresentou subemenda que se acha sobre a mesa e vai ser lida pelo Sr. Secretário.

E' lida a seguinte

SUBEMENDA

Onde se diz na emenda:

... "Serão concedidos pelo Conselho a vista da documentação apresentada..."

Diga-se:

"Serão julgadas na forma do Art. 5º, letra a, à vista da documentação apresentada..."

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em votação, substituído, em turno suplementar, sem prejuízo da emenda.

O SR. AURELIO VIANA:

(Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, esta é uma das proposições de grande repercussão nacional. Houve mesmo quem discutisse sobre a conveniência de ficar o Conselho Nacional de Serviço Social naquele âmbito da Presidência da República e, como falha improrrogável, subordinado ao Ministério da Educação e Cultura. Não entrando muito bem. Não consegui harmonizar o Art. 2º com o § 1º do mesmo artigo.

"Art. 2º O Conselho Nacional de Serviço Social será constituído

do de 7 (sete) membros na forma seguinte:

— um Presidente, de livre nomeação do Presidente da República símbolo I-C."

dando-se a entender que esse Presidente receberá vencimentos como se fora um funcionário que tivesse o símbolo a que se refere o Art. 2º.

No § 4º, porém, lemos:

"Os membros...

E' um determinativo. Logo, todos eles.

... do Conselho Nacional do Serviço Social farão jus a uma gratificação por se não a que comparecerem, a ser fixada na forma da legislação em vigor."

Ora — ou não entendo o que seja um adjetivo determinativo — o de que o § 4º fala taxativamente, é em "membros do Conselho Nacional do Serviço Social..." todos eles; não faz, portanto, exceção alguma.

Gostaria que tivesse sido eliminada, para que a emenda do Senador Adalberto Sena fosse aceita por inteiro, a letra a do Art. 5º, porque se dá a esse Secretário Executivo — que é um "servidor público federal, designado pelo Presidente do Conselho" — atribuições transcendentes que, de alguma maneira, ferem as atribuições do Conselho, criado justamente para examinar aqueles fatos determinados.

Todos sabemos que esse *ad referendum* é de amplitude extraordinária. Geralmente, a análise não é feita como deveria; habitua-se os membros de qualquer Conselho a aprovar aquilo que passa a ter de atribuição específica de certos e determinados indivíduos.

Além de tudo, vamos à redação do Art. 4º:

"O Conselho Nacional do Serviço Social terá uma secretaria executiva, dirigida por um secretário executivo, servidor público federal designado pelo Presidente do Conselho, após a aprovação do Conselho."

Não entendo! Ele é designado pelo Presidente do Conselho, após a aprovação do Conselho!

Confesso que não estou entendendo a redação. Que se quer dizer com isto? O Presidente do Conselho designa um indivíduo para exercer as funções de secretário executivo, após a aprovação do Conselho?

Essa designação é uma indicação. Então, o Presidente, indica, designa após a aprovação do Conselho, um nome para secretário executivo? Tem sentido isto? Ou ele indica e se aprovado o nome pelo Conselho, irá a quem de direito, para a nomeação? Será isto o que se quer dizer?

O Sr. Vivaldo Lima — V. Exa. permite um aparte?

O SR. AURELIO VIANA — Se for possível...

O Sr. Vivaldo Lima — O Secretário Executivo é designado pelo Presidente, após aprovação pelo Conselho.

O SR. AURELIO VIANA — E' isso o que eu desejava saber. Como se processará isto? ... é designado pelo Presidente, após a aprovação do Conselho!"

O Sr. Vivaldo Lima — Quero ler para V. Exa. as atribuições do Secretário Executivo, além das regimentais.

O SR. AURELIO VIANA — E' outra questão.

O Sr. Vivaldo Lima — Leio para V. Exa.: "a) julgar os pedidos de registro das entidades *ad referendum* b) aprovar os planos de aplicação de recursos orçamentários". Veja V. Exa. a extensão. A atribuição é ampla, aprovar os planos de aplicação de recursos orçamentários.

O SR. AURELIO VIANA — Al já não é mais *ad referendum* do Conselho. E' ele quem aprova.

O Sr. Vivaldo Lima — Exatamente, lendo "c) movimentar os recursos orçamentários de auxílios e subvenções. d) examinar e emitir parecer conclusivo sobre as prestações de contas para julgamento do Conselho."

O SR. AURELIO VIANA — Logo, não há motivo para a existência desse Conselho.

O Sr. Vivaldo Lima — Se o parecer é conclusivo, como vai o Conselho comportar-se diante dele e parecer do Secretário?

O SR. AURELIO VIANA — E' isso!

O Sr. Vivaldo Lima — Nesse caso, bastavam o Presidente e o Secretário Executivo.

O SR. AURELIO VIANA — E' o que estou dizendo. Esse Conselho é inútil. Não tem atribuições. Eu dizia, antes que o Secretário Executivo, esse "funcionário federal", realmente vai ser a peça mestra da organização: tem poderes muito maiores do que os do Presidente.

Inclusive é confusa a redação. Confessemos que é "servidor público federal, designado pelo Presidente do Conselho, após a aprovação do Conselho"! Da-se a entender que alguém leva o nome do Secretário Executivo ao Conselho e o Conselho aprova esse nome depois do que é designado pelo Presidente.

O Sr. Vivaldo Lima — Está até parecido aquele Primeiro-Ministro do Conselho de Ministros do Parlamento a-rismo de 1963. Exatamente! E apenas uma figura decorativa aqui.

O SR. AURELIO VIANA — E' verdade que o substitutivo foi apresentado e corresponde a entendimento havido entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Eu também não entendo isso. Está na justificativa:

"O Substituto que oferece esboço o projeto dos direitos apontados pelos relatores, nas Comissões, e corresponde a entendimento havido entre o Poder Executivo e o Legislativo para solução do problema relativo aos auxílios e subvenções orçamentários."

Não sabia que o Executivo se entende com o Legislativo para aprovação de determinada matéria.

O Sr. Vivaldo Lima — O de que precisa o projeto é de um arquivo de uma boa prateleira.

O SR. AURELIO VIANA — Não estou entendendo muito bem. Parece-me novo sistema. Estou muito fora dessa realidade. Confesso que não cheguei a entender. Quero dizer que há um entendimento entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo para que certa matéria seja aprovada pelo Legislativo. Mas quem tem autoridade para fazer esse entendimento entre o Poder Executivo e o Legislativo? — Neste caso, nossas funções se constituem letra morta.

Peco, desculpas aos nobres colegas por importuná-los, fazendo esta análise ligeira do Substituto que, o meu ver, deveria ser reexaminado.

Eu peço, Sr. Presidente adiamento da votação, para que se faça uma reanálise da matéria. Não acredito seja propósito do Sr. Presidente da República criar um Conselho que não tem autoridade a não ser para referendar atos de um Secretário Executivo, que tem o poder de registro de entidade, e mais nada.

O Sr. Bezerra Neto — O mais interessante são os poderes deste Conselho. Em muitos casos se conflitam com os poderes do Secretário Executivo, conforme reza o Art. 5º. Co-

mo se conciliariam esses poderes? Os poderes do Conselho contidos no Artigo 1º, coincidem com os poderes do Secretário-Executivo, conforme preceitua o Art. 5º.

O SR. AURELIO VIANA — O projeto é paradoxal há choques trematados — os artigos brigam entre si. É uma luta, é uma revolução. Este projeto é revolucionário.

O Sr. Vivaldo Lima — As atribuições são excessivas. E' impossível que o Congresso aprove essa legislação, atribuindo ao funcionário designado os poderes que aqui se encontram.

A SR. AURELIO VIANA — Senhor Presidente, tenho a impressão de que a pressa foi a causa de certa imprecisão no projeto. Declaro, abertamente, que estou, hoje mais do que ontem e ontem mais do que anteontem, colaborando. Todos nós sabemos que há verbas federais, despejadas por aí, que nunca foram aplicadas. Quando Deputado Federal, denunciei, na tribuna daquela Câmara, um fato que testemunhei num dos municípios de certo Estado do País. Levaram-me para ver uma academia de comércio que funcionava num dos imensos municípios do Brasil. Aberta a porta principal do prédio, deparei com um galinheiro que ali havia. Esqueram uma fachada bonita onde se via escrito: "Academia de Comércio". A fotografia de um ginásio que funcionava naquele município, com alunos e professores à frente, — servia de atestado para a concessão de verbas que se destinavam a uma academia que nunca havia existido. Quem recebia as verbas era o irmão de um Deputado, que as incluía no Orçamento, anualmente. Foi um dos muitos escândalos de dinheiros públicos jogados fora, perdidos.

Este projeto é importante porque, penso eu, principalmente depois do movimento armado, houve uma preocupação para que se moralizasse a distribuição de verbas federais para as operações que trouxeram repercussões positivas na vida do País, eliminando-se os muitos escândalos de verbas para instituições fantasmas. Digo e reafirmo: há um sentido de colaboração, mesmo porque ninguém deixa de reconhecer que é muita a autoridade moral do autor da proposição que ora estamos analisando.

Ouvimos tantas manifestações que faço um apelo no sentido de obtermos mais um pequeno prazo para o reexame, embora ligeiro, de uma matéria de tão grande importância, que terá repercussão enorme na vida deste País.

Era só Senhor Presidente. (Muito bem.)

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra V. Exa.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo, em boa parte, corroborar as ponderações do nobre Senador Aurélio Viana.

Quero referir-me, particularmente, à Emenda nº 1, do nobre Senador Adalberto Sena.

Pode ser que esteja em equívoco. Tenho, porém, a impressão de que, se votarmos a emenda de S. Exa. o Governo ficará com o poder de tornar insubsistentes todos os registros das entidades atualmente existentes.

A subemenda oferecida pelo nobre Senador João Agripino, como relator não atinge a primeira parte da emenda que diz:

Serão revistos os atuais registros de entidades no Conselho Nacional do Serviço Social. Os novos registros das instituições que podem ser beneficiadas com auxílios e subvenções, etc.

Quais são os novos registros? São instituições novas? Não. São todos os registros, inclusive os que decorrem das revisões feitas.

Mas como está a primeira parte da emenda a impressão que me fica é de que o Governo poderá declarar insubstituíveis todos os atuais registros.

O Sr. Eurico Rezende — Permite-me V. Ex.^a. Poderíamos, então, destacar a expressão "novos", e estaria resolvida a questão.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Já é um subsídio que V. Ex.^a traz ao debate. Acredito, entretanto — e lamento que já não possa oferecer emenda — que a primeira parte do texto sugerido pelo Senador Adalberto Sena deveria ser: "Serão revistos os atuais registros de entidades do Conselho Nacional do Serviço Social, para exclusão ou supressão dos irregularmente feitos".

Essa redação daria o poder de revisão, mas fixaria o alcance, que é o que o legislador pretende. Como tal, o Governo pode a título de rever, declarar insubstituíveis os atuais registros e submeter todas as instituições existentes à obrigação de novos registros, o que é um absurdo.

Os casos de irregularidades precisam e devem ser sanados, mas não é possível generalizar ou permitir a generalização como, ainda que, sem este propósito, a emenda autoriza.

Tudo indica, assim, que conveniente seria aceitasse o Senado as ponderações do nobre Senador Aurélio Vianna e encontrasse a fórmula de, adando a decisão da matéria, rever o projeto para corrigir as falhas ou os equívocos que a aplicação dele, convertido em lei, pode permitir. (Muito bem!)

O SR. EURICO REZENDE:

Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama). — Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende, para encaminhar a votação do substitutivo.

O SR. EURICO REZENDE:

(Para encaminhar a votação. Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, desejo, principalmente nos poucos minutos deste encaminhamento de votação, tecer algumas considerações em torno das ressalvas e das críticas formuladas ao substitutivo pelo eminente Senador Aurélio Vianna.

A primeira vista impressionaram-me, e muito, os argumentos aduzidos por S. Ex.^a, através dos quais se poderia ter a impressão de que o Secretário-Executivo teria poderes absolutos e, por via de consequência, o Conselho ficaria inteiramente inócuo.

As observações de S. Ex.^a me conduziram a um exame mais detido do substitutivo, e verifiquei que o Secretário-Executivo ficará na subordinação hierárquica ao Conselho. Neste sentido, peço principalmente a atenção de S. Ex.^a.

Diz o art. 1.º:

Art. 1.º O Conselho Nacional do Serviço Social, com sede na Capital Federal, criado pelo Decreto nº 525, de 1.º de julho de 1938, continuará subordinado ao Minis-

tério da Educação e Cultura e terá, além de suas atuais atribuições, a de disciplinar e coordenar a distribuição dos Auxílios e Subvenções concedidos no Orçamento Geral da União com fundamento nas Leis ns. 1.493, de 13 de dezembro de 1951 e 2.266, de 12 de julho de 1954, bem como fiscalizar a sua aplicação e a eficiência dos serviços prestados pelas instituições beneficiadas.

Portanto, o art. 1.º substitutivo estabelece que a política de disciplina, coordenação, distribuição, fiscalização e eficiência dos auxílios e subvenções concedidas pelo Orçamento da União será da competência do Conselho Nacional dos Serviços Sociais.

O Sr. Aurélio Vianna — Ai é que está a grande questão. O art. 5.º limita os poderes...

O SR. EURICO REZENDE — Irei lá.

O Sr. Aurélio Vianna — Eu sei, mas teremos que comparar o art. 1.º com o art. 5.º...

O SR. EURICO REZENDE — Mas V. Ex.^a vai-me permitir a iniciativa de comparar.

O Sr. Aurélio Vianna — Não apartarei V. Ex.^a.

O SR. EURICO REZENDE — Ficarei muito constrangido se V. Ex.^a não me apartear.

V. Ex.^a vai-me apartear. Foi um instante de mal-humor de V. Ex.^a, que, com a rapidez de uma semífusa, passou.

Vimos que o substitutivo dá ao Conselho todos esses poderes. Mas o Conselho por si só, não vai executar. O Conselho tem um caráter obviamente normativo, não executivo.

O substitutivo cria a figura da Secretaria-Executiva e dá ao Secretário-Executivo as seguintes atribuições:

(Lendo):

a) julgar os pedidos de registro de entidades, ad referendum do Conselho;

b) aprovar os planos de aplicação de recursos orçamentários;

c) movimentar os recursos orçamentários de auxílios e subvenções; d) examinar e emitir parecer conclusivo sobre as prestações de contas para julgamento do Conselho.

O Secretário-Executivo, ao praticar esses atos, o fará dentro das limitações estabelecidas e baixadas pelo Conselho Nacional de Serviço Social. Ele não poderá de modo absoluto, ao seu livre arbítrio, estabelecer a política dos auxílios e das subvenções. Terá que executar — isto é óbvio — as decisões do Conselho Nacional de Serviço Social, pois, repito, o artigo 4.º diz:

"O Conselho Nacional de Serviço Social terá uma Secretaria-Executiva..."

Se terá uma Secretaria-Executiva é, obviamente executiva de quem? De quê? Das atribuições, das decisões do Conselho.

O Sr. Vivaldo Lima — Isto é o que o projeto estabelece.

O SR. EURICO REZENDE — Vamos estabelecer aqui uma analogia, já que o eminente Senador Aurélio Vianna não quer um confronto.

O Sr. Aurélio Vianna — Eu não quero?

O SR. EURICO REZENDE — Estou provocando V. Ex.^a, que disse não me apartearia. Quero provar que V. Ex.^a me vai apartear.

Ora, os partidos políticos, por enquanto, têm os seus diretórios, mas têm também sua secretaria-geral. Isto deve ocorrer no honrado Par-

tido Socialista Brasileiro, que tem o seu secretário, mas este, naturalmente, não decidirá por conta própria, porque a Secretaria-Geral, neste caso, é uma instrumentalização, é uma execução de órgãos hierarquicamente superiores.

Eu ficaria receoso, é a até um caráter ditatorial ao Secretário-Executivo, se o artigo 1.º não dispusesse, não definisse que o Conselho

"... terá, além de suas atuais atribuições, a de disciplinar e coordenar a distribuição dos auxílios e subvenções..."

O Secretário-Geral não poderá fugir, no exercício de suas funções, das decisões tomadas pelo Conselho Nacional de Serviço Social, que é um órgão colegiado.

De modo que, Sr. Presidente, eu tenho para mim que, nos termos em que está redigido o Substitutivo do eminente Senador Daniel Krieger, o Secretário-Executivo só poderá agir em consonância, em decorrência, na execução da política de distribuição de auxílios e de subvenções da sua execução, da sua coordenação e da sua fiscalização, política essa estabelecida privativamente pelo Conselho Nacional de Serviço Social.

Nestas condições, Sr. Presidente, como Relator que fui da matéria, em duas etapas, na Comissão de Finanças, não me arrependo dos pareceres perfunctórios que proferi e, com absoluta tranquilidade, voto a favor da Emenda Substitutiva nº 1, com a Emenda do Senador Adalberto Sena, respeitada e acolhida à Subemenda formulada pela Comissão de Projetos do Executivo. (Muito bem!)

O SR. JOÃO AGRIPINO:

Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador João Agripino.

O SR. JOÃO AGRIPINO:

(Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o projeto, nesse encaminhamento de votação, motivou divergências que precisam ser esclarecidas.

Em primeiro lugar, precisamos verificar o que é a legislação atual sobre auxílios e subvenções, justamente aquela que possibilitou os fatos irregulares que todos nós conhecemos.

Poder-se-á dizer que este substitutivo ou este projeto não é perfeito. É exato que assim se diga. Mas o projeto do Governo era pior do que o substitutivo, e o substitutivo da Câmara era pior do que o projeto do Governo. É fora de dúvida que este é melhor do que as outras duas proposições e é melhor do que a legislação atual.

Então, vejamos as objeções e prestemos os esclarecimentos que todos os companheiros merecem.

A primeira é a de que o artigo que se refere à gratificação por sessão a que comparecerem, pode ensejar que o Presidente, além do vencimento do cargo em comissão, tenha a gratificação. Tal não pode ocorrer, porque a gratificação por sessão é precisamente dada a quem não tem remuneração por aquele trabalho, e o Presidente já tem o jeton. De modo que desaparece inteiramente o motivo, muito razoável aliás, do argumento.

A segunda é o conflito que existe entre a competência do Secretário e a do Conselho. É preciso que o Senado saiba que qualquer que seja um Conselho, ele é deliberativo, nunca executivo. Um Conselho não pode ter funções executivas porque sete membros não podem executar nada, só podem decidir, traçar política, orientação, normas gerais, tudo enfim que contém o Art. 1.º Resta,

porém, alguém que execute isto — por essa razão criou-se como já existe hoje — a figura do Secretário.

Portanto, não há inovação no projeto. Apenas se deu ao Secretário uma atribuição a mais, que é de julgar os pedidos de registro ad referendum do Conselho. E por que inovação? Porque a instituição requeria o registro, passavam-se meses, o Conselho não se reunia. A lei atual exige, para haver inclusão no Orçamento, que a instituição haja obtido o registro no ano anterior. Ocorre que a instituição encaminhava ao Conselho um pedido de registro e não o obtinha no ano anterior, porque o Conselho só se reunia para julgá-lo no ano seguinte.

Por isso é que se criou a figura do Secretário, com a finalidade justamente de desburocratizar o Conselho. O Secretário é quem examina em face da lei, e defere ou não o pedido de registro, sujeito ser despachado ao julgamento do Conselho.

Desse modo, quando um Conselho recebe o pedido, já o tem inteiramente instruído, estudado e arrolado, verifica se o secretário extrapolou ou não suas funções em face da lei, se tem ou não animosidade à instituição, se teve benevolência ou não, se pretendeu, enfim, beneficiar ou prejudicar, sem fundamento legal.

O Sr. Vivaldo Lima — V. Ex.^a, poderia, então, esclarecer quanto à alínea b do Art. 5.º? Esta alínea dá atribuição ao Secretário-Executivo de aprovar os planos de aplicação, e não apenas de fiscalizar a aplicação. Logo, o Conselho não será ouvido, por que não está escrito ad referendum.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Exato. A lei deu ao Conselho o poder de coordenar de traçar normas gerais, de disciplinar e coordenar a distribuição dos auxílios e subvenções. Uma vez estabelecidas essas normas, e tendo sido beneficiada com uma dotação no Orçamento, deve a instituição, dentro dessas normas e no prazo da lei, oferecer o plano de aplicação. Se vai aplicar a dotação em obras, junta as plantas, o orçamento; se em manutenção, junta o orçamento da despesa e os recursos de que dispõe.

Sr. Presidente, submeter ao Conselho milhares e milhares de planos de aplicação, seria o mesmo que pedir ao Conselho para não decidir coisa alguma ou desejar que nenhuma instituição recebesse coisa alguma, em ano algum, porque são aos milhares as instituições que figuram no Orçamento.

Este trabalho de verificação compete aos funcionários do Conselho. Para ver se os planos atendem às normas e aos requisitos da lei: em seguida, informam ao Secretário, e é então que o Secretário aprova. Mesmo porque não tem o Secretário os meios, nem atribuição de estudar processos por processo.

Exatamente essa disposição da lei visa a desburocratizar, a possibilitar a aprovação do plano num menor prazo para que as instituições possam receber, no exercício, os recursos que lhe forem consignados no Orçamento.

O Sr. Vivaldo Lima — Então, V. Ex.^a há de concordar que esse Secretário Executivo deverá ser homem de uma capacidade de trabalho fenomenal, porque vai ter atribuições que atualmente competem a vários Ministérios. São milhares de instituições, espalhadas pelo Brasil. Ele com seus auxílios, terá que estudar todos os processos, um a um.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Pel lei atual, a sistemática é diferente, mas pior. Pelo sistema atual, as instituições oferecem seus planos de aplicação, que são encaminhados às Diretorias de Orçamento e lá estudados. Essas Diretorias os dão como

feitos e os remetem para a Divisão Administrativa. O Diretor da Divisão Administrativa diz: "De acordo. A consideração do Sr. Ministro." E o Ministro simplesmente rova.

Mas V. Ex.^a não vai imaginar que mais houve, neste país, um só Ministro que abrisse alguma página do processo, porque não tem tempo material para isso. Não tem. Os ministros simplesmente se louvam nos pareceres dos seus auxiliares.

No caso simplificou-se tudo, para deixar a atribuição ao Secretário-Executivo, que é nomeado dentre pessoas da confiança do Conselho, que por sua vez é constituído de pessoas da confiança dos Ministros de Estado e do Presidente da República. O Sr. quisermos, portanto, foi descentralizar, acabar com essa preocupação de obrigar o Ministro de Estado e o Presidente da República a praticar atos de rotina, atos dessa natureza, e ao mesmo tempo, dar responsabilidade a funcionários de menor categoria, para que as coisas andem mais depressa e melhor.

A excessiva centralização é que está atrapalhando com a administração destes dias. Não há por que um Ministro de Estado deva aprovar planos de aplicação de verbas de auxílios no interior deste país. Não há porque!

O Sr. Vivaldo Lima — O que haverá, justamente, será a centralização.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Absolutamente. Ocorrerá, isto sim, a centralização.

Pelo sistema atual, esse Secretário do Conselho dá alguns pareceres para Divisão de Orçamento, dizendo que plano está correto, e a Divisão de Orçamento nada faz sem o referendo da Divisão de Administração. E, por sua vez, acrescenta "De acordo" — à consideração do Sr. Ministro. O Ministro escreve "Aprovo". E o novo projeto, suprime-se tudo o deixando-se toda a responsabilidade da decisão ao homem que estudou o processo a fim de dar a devida informação.

O Sr. Aurélio Viana — Vai-se centralizar de maneira terrível!

O SR. JOÃO AGRIPINO — Não se centraliza. Pelo contrário, descentraliza-se, porque se retira de um Ministro de Estado, porque se retira da Divisão de Orçamento, etc., etc., atribuições de que se pode incumbir aquele funcionário que já não operando. Ao invés de quatro órgãos darem o mesmo parecer, a mesma opinião, a mesma aprovação, ca a decisão atribuída a aquele funcionário que estudava o processo e se opinava, o princípio que era sempre provado.

Até aí, nada de mais, porque a irregularidade, no caso, não é no plano de aplicação. A irregularidade sempre consistiu na confecção de documentos que não expressavam a verdade e que motivam o registro, e só isso. Depois de registrada a instituição, consignada a verba, no orçamento, a coisa mais fácil de se obter é o plano de aplicação. Nunca houve dificuldade de se obter o plano de aplicação. O difícil é obter documentos que atestem a verdade — o atestado de um juiz, de um Promotor, de um Delegado — no sentido de que a instituição existe, realmente.

Outra objeção, Sr. Presidente, é quanto ao fato de que o Secretário deva ser designado pelo Presidente, após a aprovação do Conselho. Compreenda-se o mecanismo. O Conselho se constitui de seis representantes e Ministros de Estado e de um presidente, nomeado pelo Presidente da República.

O Presidente, que não tem voto se não de desempate ficaria sem função alguma, sem autoridade, no Conselho, se não tivesse o Secretário

como pessoa da sua confiança. Mas também seria profundamente nocivo ao mecanismo e à boa administração do Conselho se o Secretário fosse da exclusiva confiança do Presidente contra o Conselho digamos, para desrespeitar ou para não submeter as suas decisões ao Conselho. Por isso é que se fez, em relação ao Conselho, o que o Presidente da República faz em relação ao Senado. Antes de designar, o Presidente da República consulta o Senado sobre o nome do Embaixador que pretende designar ou do Ministro para o Tribunal Federal de Recursos, para o Supremo Tribunal Federal ou para o Tribunal de Contas.

O Sr. Aurélio Viana — Não é o que está aqui, absolutamente.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Tanto é que V. Ex.^a entendeu.

O Sr. Aurélio Viana — Não entendi nada.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Simplesmente, o Presidente pede ao Conselho a aprovação para o nome que ele quer designar. Se o Conselho aprovar, ele pode designar.

O Sr. Aurélio Viana — Não é o que está aqui!

"O Conselho Nacional de Serviço Social terá uma Secretaria-Executiva dirigida por um Secretário-Executivo, servidor público federal, designado pelo Presidente do Conselho, após a aprovação do Conselho."

O SR. JOÃO AGRIPINO — Que é isso?

O Sr. Aurélio Viana — É o inverso do que V. Ex.^a está dizendo.

O SR. JOÃO AGRIPINO — O representante só é designado pelo Presidente da República depois de o Conselho o aprovar.

O Sr. Aurélio Viana — Não é o que está escrito aqui!

O SR. JOÃO AGRIPINO — Meu caro colega! É V. Ex.^a é homem muito inteligente, de fácil raciocínio e facilmente também se convence, quando labora em erro. O que significa um secretário designado pelo Presidente, depois de aprovação do Conselho? O Conselho aprova o nome e o Presidente designa. O Presidente, que pode designar submete o nome ao Conselho. Se este não aprovar, ele não pode designar, tem que escolher outro representante. É o mesmo que ocorre em relação ao Presidente da República quando tem que submeter um nome ao Senado. Nomeado pelo Presidente da República após aprovação do Senado. Que significa isto?

O Sr. Aloysio de Carvalho — O caso é um pouco diferente. A posição do Senado em relação ao Presidente da República é outra.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Digo apenas quanto ao mecanismo.

O Sr. Vivaldo Lima — V. Ex.^a poderia esclarecer-me a respeito, porque, não consigo orientar meu voto favoravelmente ao projeto. Pretendo votar contra, mas quero ver se, até o final da discussão, modifico minha intenção. Esses representantes serão afastados das suas funções normais para se dedicarem exclusivamente às tarefas do Conselho?

O SR. JOÃO AGRIPINO — Não. O representante do Ministério continua nas suas funções. Ele é representante do Ministério no Conselho e só trabalha para o Conselho nos dias de reunião e nunca em detrimento do cargo no Ministério.

O Sr. Vivaldo Lima — Então esse Conselho não vai resolver coisa alguma, porque os representantes não terão tempo de estudar os milhares de

processos que lhes chegarão às mãos. Isso é habitual. Uma vez que os funcionários ficam vinculados às suas funções, não comparecem às reuniões do Conselho. Nesses dias, por coincidência, eles estão atarefados, sobrecarregados de trabalho. É o que a experiência nos tem demonstrado, até hoje.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Não devemos, para esse Conselho, no momento, diferente das que existem para outros Conselhos. A lei que estabeleceu o Conselho Nacional do Petróleo não manda que se afaste o representante de Ministério a que pertence, e também é composto de representantes de Ministérios. A lei que criou o Conselho Nacional de Minas também não mandava que o funcionário fosse afastado de suas funções. A lei que criou o Conselho Nacional de Reservas também é assim. Assim, é possível que, se um desses servidores manifestar a impossibilidade de permanecer no cargo, ou o Ministro o substitui — se achar que não representa a verdade dos fatos — ou lhe dará liberdade tempo para estudar os processos do Conselho. Mas o princípio de lei não se modifica com relação aos outros Conselhos. E sempre a mesma coisa. V. Ex.^a não pode dizer que o Conselho Nacional do Petróleo não funciona; funciona muito bem e se compõe de representantes de Ministérios. Não seria esta lei que determinaria que, enquanto servir ao Conselho — não sabemos quantas reuniões vai fazer o Conselho — devesse afastar-se obrigatoriamente, do cargo.

Veja V. Ex.^a que o Conselho tem apenas que disciplinar, que traçar normas gerais de política, de assistência às entidades e julgar os pedidos de registros, devidamente julgados pelo Secretário, bem como as prestações de contas.

Reclama V. Ex.^a quanto à prestação de contas, porque a lei estabelece que o Secretário deve emitir parecer conclusivo sobre a mesma. O que a lei estabelece é que o parecer conclua por alguma coisa, se estão perfeitas ou não as prestações de contas, se devem ser aprovadas ou não. Não se compreendia que o parecer não fosse conclusivo, que fosse um parecer expositivo, um relatório como sobre veto.

O Sr. Vivaldo Lima — Permita-me V. Ex.^a Temos, no Senado, Comissões que não dão parecer conclusivo, como as de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores, nos casos de indicação, por exemplo.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Certo. Há algumas que dão parecer conclusivo. Outras, não. São pela rejeição ou aprovação do projeto. Mas a Comissão de Relações Exteriores termina pela aprovação ou rejeição do nome, embora não diga se os atributos dos indicados são excelentes ou não para a nomeação. Mas a votação se conclui em escrutínio secreto. Assim, não pode haver reparo algum em que o parecer do Secretário deva ser conclusivo. Então, como é que se julgaria uma prestação de contas, se não houvesse um parecer que o orientasse?

O Sr. Vivaldo Lima — Receio, apenas, por que nós brasileiros — vou generalizar — somos homens cheios de melindres e quando resolvemos opinar, achamos que ser contrariados é uma desconsideração. Daí porque receio que o Secretário Executivo, homem que detém essa soma de poder, vendo, a três por dois, seu trabalho ser reconsiderado pelo Conselho, acaba criando um caso.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Se o Secretário criar um caso com o Conselho, admito, não será a primeira vez. Isto tem acontecido em outros órgãos, o Presidente deve ter o bom senso de substituí-lo. Precisamente para isto

é que ele é um funcionário designado pelo Presidente, depois de aprovação pelo Conselho.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Num caso desses o Conselho sempre cai e o Secretário esse fica.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Em verdade, a lei não dá ao Presidente do Conselho o poder de destituir, mas o Presidente de qualquer Conselho sempre teve a preocupação sensata de ter a maioria, senão a unanimidade do Conselho. Nenhum Presidente pretendeu ou pretende chocar-se com todo o Conselho, porque, do contrário, não preside coisa alguma. De modo que, em última análise, é o reflexo da opinião do Conselho.

Se verifica que o Secretário não se entrosou com o Conselho deve ter o bom senso de substituí-lo ou de ele próprio deixar o Conselho. Há remédio para todos esses males...

O Sr. Aloysio de Carvalho — Esse Secretário será tão forte que derrubará qualquer Conselho.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Será um homem forte, sem dúvida alguma mas o Presidente do Conselho é mais forte que o Secretário.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Pre-me-se.

O SR. JOÃO AGRIPINO — A preocupação do projeto foi esta. O Conselho, representando os Ministros ou os Ministérios, poderia envolver por uma política que não conviesse — digamos — à política governamental, ou com ela não se harmonizasse, seja qual for o Governo. Então, o Presidente da República não tinha como impedir isso depois de designados com mandatos determinados. Daí a necessidade de o Presidente do Conselho ser uma pessoa de confiança do Presidente da República. E, através dessa autoridade de sua confiança, pode o Presidente da República parlamentar com os membros do Conselho e levá-los a seguir essa política.

Por outro lado, se o Presidente do Conselho não tivesse força nas suas mãos, por vias indiretas, não teria nenhum sentido sua presença no Conselho, como autoridade de livre nomeação do Presidente da República. Por isso é que se deu ao Presidente do Conselho autoridade de ter o Secretário como pessoa de sua confiança.

O Sr. Jefferson de Aguiar — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOÃO AGRIPINO — Em última análise, o Secretário e o Presidente do Conselho são pessoas da confiança do Presidente da República. Concede o aparte ao nobre Senador Jefferson de Aguiar.

O Sr. Jefferson de Aguiar — Numa emenda da Comissão de Constituição e Justiça ficou determinado que o Secretário perceberia gratificação 1-F, portanto exerce uma função gratificada.

O SR. JOÃO AGRIPINO — E designação significa gratificação.

O Sr. Vivaldo Lima — Senador João Agripino, permite V. Ex.^a mais uma ponderação?

O SR. JOÃO AGRIPINO — Com muito prazer.

O Sr. Vivaldo Lima — Apenas como subsídio à discussão em torno da matéria.

O Sr. Eurico Rezende — O nobre Senador Vivaldo Lima já está quase confencido.

O Sr. Vivaldo Lima — Ainda não estou convencido e meu voto continua contrário ao projeto. Veja V. Ex.^a o Ministério da Viação, sempre

atropelado com as emissões de selos comemorativos, resolveu, um dia, criar uma Comissão Filatélica. O Presidente da República atendeu e ele então resolveu deferir a essa Comissão o exame das postulações, dos requerimentos, dos pedidos, até políticos, em torno de emissão comemorativa desta ou daquela natureza. Pois bem, talvez V. Exa. não ignore que essa Comissão Filatélica começou a agir ditatorialmente — isto para ser cortês com a própria Comissão. De nove membros, três começaram a ociosar a respeito da comissão, de presença e ausência dos seus membros. Esses membros passaram a deliberar a tal ponto que o Ministro da Viação não tinha mais mesmo sua autoridade respeitada. Quando em grau de recurso, o Ministro determinava que o Conselho considerasse um assunto não de uma menor importância ao Ministro da Viação no seu despacho. Digo isto porque conheço o caso dessa Comissão Filatélica, que, era minorada por três argemalhões.

O SR. JOÃO AGRIPIÑO — V. Exa. cita um caso para mim desconhecido; mas isso se deu por falta de autoridade do Ministro. Na hora em que o Ministro verificou que a Comissão de Filatélica se transformou em um órgão ditatorial e lhe quebrou a autoridade, ele simplesmente propôs a extinção da Comissão. O mais lúcido foi da Comissão, decorreu da falta de autoridade do Ministro.

Por último vem o argumento de Senador Josephat Marinho que, a meu ver, é o mais presidente.

S. Exa. pondera que o dispositivo da emenda poderia dar margem a que o Poder Executivo entendesse que o legislativo lhe deu poderes para, digamos, anular todos os registros feitos, para que a conversa começasse de novo.

Eu entendo de modo diferente. Quando a lei estabelece a possibilidade de fazer revisão, está implícito que a revisão tem que ser caso por caso. Além disso, a revisão não se refere à documentação oferecida, porque está perfeita. Não houve nenhum registro deferido sem documentação perfeita. Mas houve registros deferidos com documentação falsa, falsidades que não exprimem a verdade relativos a entidades que não existem.

O Sr. Ruy Carneiro — O Conselho tem poder de fiscalização.

O SR. JOÃO AGRIPIÑO — O Conselho passou agora a ter o poder de fiscalização, que não tinha. Por isso digo que este projeto é melhor que o existente.

A fiscalização poderá fazer revisão de determinadas instituições. Mas essa interpretação pode não ser a do Executivo. Nisto é que acho que o Senador Josephat Marinho tem razão. Pode não ser essa a interpretação do Executivo, e depois de anular, não há remédio.

Por isso pedi a V. Exa. me permitisse modificar a própria sugestão que apresentei, para tornar expresso que são mantidos os atuais registros encontrados, regulares e para tornar expresso que o Poder Executivo não tem a faculdade de anular os registros de um modo geral. Com isso creio que elimino inteiramente a dúvida do Senador Josephat Marinho, até porque a parte primeira do artigo fala em atuais registros e a parte segunda em novos. Logo, os novos não são os atuais. Os novos são os encontrados posteriormente a esta lei, ou pedidos novos que tenham registros anulados por revisões.

O Sr. Jefferson de Aguiar — Por isso sugeri o desdobramento do artigo.

O SR. JOÃO AGRIPIÑO — O desdobramento do artigo, teria sido

uma forma. Com um pequeno acréscimo, o assunto fica resolvido a contento, quanto a objeção feita pelo Senador Josephat Marinho que me pareceu de boa de melhor exame e atenção no dia.

Sr. Presidente, ouvi também a resumo quando a atribuição que se dá ao Conselho para disciplinar e coordenar a distribuição de auxílios.

Já em 1953, a atual lei e o auxílio para instituições organizadas em 1953, porque o auxílio, pela legislação, não é — as leis atuais não o são — e conferiam a entidades públicas e privadas e não podiam lesar as entidades privadas. A distribuição de lei fez entre subvenções, entidades públicas e auxílio a entidades privadas, distinção na distribuição e a lei do Ministério do Trabalho e Conselhos a função de disciplinar e coordenar, não de fiscalização, mas na prática, o que se verificou é que a forma de auxílio a entidades públicas e a pior forma de auxílio, de uma União contribuir para a Prefeitura, para o Estado, e por isso mesmo, hoje em que quer orçamento — já não se encontra praticamente a palavra "auxílios" a não ser para aquelas instituições às quais a lei determina que a União conceda auxílio. São aqui instituições como o Abrigo Cristo Redentor e uma outra de Aeronáutica, de que não recordo o nome praticamente paraestatais. Fora daí, o Orçamento criou a consignação de "Acordos e Convênios". Este tipo de Auxílio está na rubrica "Acordos" com a Prefeitura, com o Estado, porque no Acordo, a União estabelece condições e cláusulas, inclusive de fiscalização e aceitação.

Então, é este esclarecimento que desejava trazer ao Senado que, sem dúvida nenhuma, irá aprovar o substitutivo, porque é melhor do que o que está na legislação atual e melhor do que o substitutivo da Câmara e o Projeto do Governo. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gaba) — Tem a palavra o nobre Senador Faria Tavares.

O SR. FARIA TAVARES:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) **Sr. Presidente**, verifica-se que o presente projeto foi relativamente feliz em sua inspiração inicial, mas lastimavelmente infeliz na sua concepção e estrutura. Pelas próprias observações formuladas pelo eminente senador João Agripino nota-se que a apresentação do conteúdo do Projeto vem sendo melhorada da Câmara para o Senado em relação à Câmara. As próprias dúvidas aqui levantadas comprovam que o projeto não é de fácil entendimento: suscita dúvidas no seu entendimento e na sua interpretação.

Ninguém nega que a legislação atual oferece flanco a censuras e uma legislação que não atende às exigências da complexa realidade da administração pública do País neste momento. Mas também o substitutivo a este projeto, como está elaborado, a nosso ver, padece de falhas que demandam identificação e devidamente outros trabalhos.

Se o projeto e o substitutivo o substitutivo também, sem embargo da melhoria, não é a melhor solução. O substitutivo poderia perfeitamente ter caminhado para, talvez, uma estrutura mais clara, para normas que não deixassem nenhuma dúvida a respeito dos objetivos saneadores do próprio projeto e que se verificam nele próprio substitutivo.

O Senador João Agripino acaba de fazer a distinção, nos seus comentários, entre auxílio e subvenção, dizendo que a rubrica "auxílios" se refere àquelas verbas destinadas a entidades públicas, à administração pública.

Mas sabemos que isso não é totalmente a verdade; é parcialmente a verdade, porque são dezenas e dezenas de milhões de cruzeiros que são destinados todos os anos, nos orçamentos, em caráter de auxílios, a várias entidades, inclusive a prefeituras, inclusive a determinados órgãos públicos e que não se aplicam através de acordos. Acordos, sim, existem; mas os acordos não são nem sempre acordos abrangendo todos os auxílios no caso de uma Prefeitura, por exemplo, porque verificamos que a maioria do Conselho Nacional de Serviço Social.

Ora, serviço social, pela sua própria natureza, pela sua própria destinação, atende aquelas entidades de caráter assistencial, aquelas que se referem a serviços de assistência social, e não propriamente a obras, e são realizadas pela própria administração pública. De modo que aqui já haveria, a finalidade social, nunca é auxílio, no orçamento. É sempre acordo.

O Sr. João Agripino — É possível que V. Exa. encontre no Orçamento auxílios a prefeituras. Mas posso assegurar a V. Exa. que nessa hipótese será para assistência social. Se o auxílio é concedido a prefeitura, o é para obra social, isto é quando a prefeitura mantém uma obra social. Fora daí é acordo. Para qualquer obra sem finalidade social, nunca é auxílio, no orçamento.

O SR. FARIA TAVARES — De qualquer maneira, quero dizer a Vossa Excelência que aqui, na expressão usada no substitutivo no art. 1º, se diz que terá o Conselho, além das suas atuais atribuições, a de disciplinar e coordenar a distribuição dos auxílios e subvenções.

Levantamos a V. Exa. uma dúvida que foi a de que o Conselho pudesse disciplinar — que significa reger, ordenar e coordenar, vale dizer: orientar harmonizar, conduzir — a distribuição dos auxílios e subvenções. Então o Conselho acabaria previamente os critérios de distribuição, de acordo com o texto do substitutivo, ou então, realmente, há certo arbítrio, certa liberdade na outorga dessas subvenções e auxílios, na discriminação das verbas orçamentares.

O Sr. João Agripino — Respondo a V. Exa.: se a Câmara discrimina as dotações por Estado quer seja para subvenção, o Conselho não tem e que fazer, porque o Orçamento discrimina. Se o Congresso, no entanto, destina ao Conselho uma verba global para subvenção a entidades então cabe ao Conselho coordenar, disciplinar.

O SR. FARIA TAVARES — Mas percebe V. Exa. que não há esta distinção no art. 1º; no 7º sim.

O Sr. João Agripino — Vossa Excelência não de entender o art. 1º em conjugação com o 7º.

O SR. FARIA TAVARES — O artigo 1º dá a entender que o Conselho fica com a atribuição previa de disciplinar e coordenar a distribuição dos auxílios e subvenções — como está escrito — conferidas no Orçamento Geral da União com fundamento nas leis tais e tais.

O Sr. João Agripino — Pretender-se, com esse dispositivo, que no Conselho tenha uma função de planejamento. O Conselho poderia — e estaria no projeto da Câmara — em cada Estado, fazer levantamento de todas as instituições, para indicar as que prestavam serviços mais relevantes e mais amplos do que outros, a fim de informar aos Deputados da conveniência ou não de destinar maior ou menor subvenção, conforme essa assistência prestada.

Essa é sentença do Art. 1º.

O SR. FARIA TAVARES — estaria de acordo com V. Exa.

O Sr. João Agripino — Não se ao Conselho o poder de distribuir verbas, de vez que tal poder é do Congresso.

O SR. FARIA TAVARES — Então, se ao invés do que está escrito dissesse que o Conselho teria a função — e nesse caso, seria a função ampla, previamente conferida nesta lei — de fixar normas de distribuição dos auxílios e subvenções, estabelecendo no mais precisa própria lei, no seu respectivo em decreto; então teríamos o acordo, porque previamente teríamos determinado critérios pelos quais orientásemos para a aplicação dos auxílios e subvenções. Mas que se fixem previamente essas regras que devem constituir normas fixas a que estejam vinculadas a distribuição das subvenções, então nos que há conflito entre as atribuições do Conselho e a liberdade do Congresso na discriminação das subvenções.

O Sr. João Agripino — Compreendo perfeitamente seu pensamento. Então que isso seria o ideal. Mas V. Exa. há de compreender, também que a Câmara dos Deputados, de 1948, estabeleceu critérios para distribuir as verbas por Estados, segundo as representações daquela Casa. Importaria em dizer: segundo as indicações. De modo que, se o Conselho traçar normas diferentes de, dificilmente a Câmara as respeitará. Por isso, o projeto procura dar forma. Cabe à Câmara distribuir verbas por Estados, segundo seus critérios. E, uma vez distribuindo, dá por entidades. Poderá o Conselho, dentro das suas atribuições, funcionar como órgão de assessoramento da Câmara, indicando as instituições que mereçam mais ou menos. Mas estará sempre a critério do Deputado atender ou não.

O Sr. Afonso Arinos — Perante V. Exa. um aparte?

O SR. FARIA TAVARES — Com muita honra.

O Sr. Afonso Arinos — Meu aparte dirigido a V. Exa. e também ao Senador João Agripino. Não conheço esse projeto, mas, a medida que vai sendo discutido, vou-me perguntando a mim mesmo sobre a possibilidade de aplicação de alguns dos seus preceitos.

V. Exa. declarou, há pouco, que existe um tipo de auxílio conferido às administrações municipais e o Senador João Agripino não protestou ao contrário, confirmou a declaração de V. Exa., apenas com as ressalvas que esses auxílios não são para assistência social. Mas a minha dúvida é a seguinte: o Art. 28 do Constituição declarou (Lê):

1ª autonomia dos Municípios será assegurada:

II — pela administração pública municipal que concorre a seu peculiar interesse e, especialmente,

a) à arrecadação e aplicação das tributos de sua competência e aplicação das suas receitas.

Evidentemente entre as receitas municipais devem ser computadas as receitas recebidas por empresas municipais e por empresas do Orçamento Federal é exemplo disso, quando comparemos entre as receitas municipais as receitas industriais, etc. De maneira que os auxílios devam ser aplicados entre as rendas municipais. Se está dentro da medida da autonomia municipal a aplicação dessas rendas, me pergunto: como é que um organismo administrativo pode reger a aplicação e determinar as suas distribuições? Mas é a dúvida que me ocorre em virtude do discurso de V. Exa.

O SR. FÁRIA TAVARES — De acordo com V. Exa. Talvez o Sr. Senador João Agripino esteja interpretando de outra maneira.

O Sr. João Agripino — Perdão. Gostaria de pedir a atenção do Sr. Senador Afonso Arinos que, a meu ver, levantou uma dúvida muito apressada. Não estou por aceitar a sua tese de que auxílio é renda do Estado ou do Município, mas aceito-a para discussão. Onde proibiu o projeto que o Estado ou o Município aplicasse o auxílio?

O Sr. Afonso Arinos — Naquela parte do art. 7º, se não me engano. Estou assim me expressando porque conheço mal o projeto.

O Sr. João Agripino — Por esta razão achei que V. Exa. estava apressado. Diz o art. 7º: (Lê:)

"Os recursos globais orçamentários consignados ao Conselho Nacional de Serviço Social serão distribuídos às entidades particulares por Estado, obedecido o critério de proporcionalidade na razão direta da população e inversa da renda per capita."

Não se falou uma só vez que o Conselho fosse aplicar em parte alguma, apenas se deu ao Conselho o poder de fiscalizar. Não se pode negar à União o poder de fiscalizar as dotações concedidas a título de auxílio ou subvenção.

O SR. FÁRIA TAVARES — Sr. Presidente, para terminar, desejaria fazer uma ponderação a respeito do que me parece realmente quase inaplicável ou impraticável: a competência ou atribuição que se estabelece na letra b) do art. 5º (Lê:)

"Art. 5º — São atribuições do Secretário-Executivo, além das regimentais:

b) aprovar os planos de aplicação de recursos orçamentários."

Se compararmos as dezenas e dezenas de milhares de entidades que se beneficiam de auxílios e subvenções e que possam vir a ser disciplinados por esse Conselho, veremos que não há hipótese de que esse plano seja elaborado apenas para recebimento no curso do exercício financeiro de cada ano como também aprovados pelo Diretor-Executivo. No caso estaríamos proibindo o recebimento dessas verbas para o segundo semestre ou para o ano seguinte.

O Sr. João Agripino — Qual seria a melhor forma? Não haver aprovação de planos?

O SR. FÁRIA TAVARES — Acho que a aprovação prévia de planos é impraticável.

O Sr. João Agripino — V. Exa. está levantando uma objeção inteiramente improcedente. A aprovação prévia já se fez.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama fazendo soar os timpanos) — Solicito aos Srs. Senadores que não apartem o orador. Não são permitidos apartes no encaminhamento de votação.

O SR. FÁRIA TAVARES — São estas, Sr. Presidente, as considerações que desejava formular a respeito do projeto, para demonstrar que não vem ele, realmente, resolver o problema. Ao contrário, vem criar dúvidas que, na legislação atual, não mais existem, porque é legislação que vem tendo larga aplicação, há longo tempo. O projeto, ao invés de melhorar, sem embargo de sua boa intenção, cria dificuldades à matéria. (Muito bem.)

O SR. AFONSO ARINOS:

Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Afonso Arinos.

O SR. AFONSO ARINOS:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, apenas para uma explicação ao nobre amigo Senador João Agripino, por não me parecer tenha suscitado dúvida apressada. As vezes, as respostas são mais apressadas que as dúvidas. Refiro-me a um fato que existe, de auxílios prestados a entidades municipais. S. Exa. concordou com isto e me responde, acusando-me de apressado. Lamento que essa acusação me prenda por mais tempo que eu desejava no microfone, utilizando um artigo que não se refere ao que argui.

Diz o art. 7º: (Lê)

"Os recursos globais orçamentários consignados ao Conselho Nacional de Serviço Social serão distribuídos às entidades particulares, por Estado, obedecido o critério de proporcionalidade na razão direta da população e inversa da renda per capita."

E' disto que cogita o artigo. Referia-me a uma situação diversa, isto é, a auxílios prestados não a entidades particulares, mas a entidades de direito público, a pessoas de direito público como autarquias, cuja existência S. Exa. confirmou.

Portanto, minha dúvida persiste. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Devo esclarecer aos Senhores Senadores, que o nobre Senador João Agripino alterou sua subemenda, ficando a mesma assim redigida: (Lê)

1º — Redija-se o caput do art. 9º da seguinte maneira:

1º) Serão revistos os atuais registros de entidades do Conselho Nacional de Serviço Social, mantidos os encontrados em forma regular.

2º — Onde se diz na emenda

"Serão concedidos pelo Conselho à vista da documentação apresentada..."

Diga-se:

"São julgados na forma do Art. 5º, letra a, à vista da documentação apresentada..."

Em votação o substitutivo, sem prejuízo da emenda.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

O substitutivo obteve 20 votos contrários e 12 a favor. Não há número.

O Sr. 1º Secretário irá proceder à chamada, de norte para sul.

Os que aprovarem o substitutivo, dirão "Sim"; os que o rejeitarem dirão "Não".

Procede-se à chamada.

RESPONDEM A CHAMADA "SIM",

OS SRS. SENADORES:

Zacharias de Assumpção.
Joaquim Parente.
Sigefredo Pacheco.
Dinarte Mariz.
Ruy Carneiro.
João Agripino.
Jefferson de Aguiar.
Eurico Rezende.
Pedro Ludovico.
Lopes da Costa.
Atílio Fontana.
Daniel Krieger. (12).

RESPONDEM A CHAMADA E VOTAM "NAO" OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena.
José Guimard.

Vivaldo Lima.
Edmundo Levi.
Arthur Virgílio.
Catteté Pinheiro.
Lobão da Silveira.
Sebastião Archer.
Menezes Pimentel.
Walfredo Gurgel.
Argemiro de Figueiredo.
Pessoa de Queiroz.
Dylton Costa.
José Leite.
Aloysio de Carvalho.
Josaphat Marinho.
Vasconcellos Torres.
Afonso Arinos.
Aurêlio Vianna.
Faria Tavares.
Benedicto Valladares.
Bezerra Neto.
Melo Braga (23).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Votaram "Não" 23 Srs. Senadores e "Sim" 12 Srs. Senadores.

O Substitutivo foi rejeitado. Em consequência estão prejudicadas a emenda e a subemenda apresentadas. O projeto já havia sido declarado prejudicado em votação anterior.

E o seguinte o Substitutivo rejeitado:

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 324, DE 1964 (Nº 2.465-13-64, NA CASA DE ORIGEM).

Dispõe sobre a organização do Conselho Nacional de Serviço Social, fixa as respectivas atribuições, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Conselho Nacional de Serviço Social, com sede na Capital Federal, criado pelo Decreto número 525, de 1º de julho de 1938, subordinado ao Ministério da Educação e Cultura, terá, além de suas atuais atribuições, a de disciplinar e coordenar a distribuição dos Auxílios e Subvenções consignados no Orçamento Geral da União, com fundamento nas Leis ns. 1.493, de 13 de dezembro de 1951, e 2.266, de 12 de julho de 1954, bem como fiscalizar a sua aplicação e a eficiência dos serviços prestados pelas instituições beneficiadas.

Parágrafo único. São transferidas ao Ministério da Educação e Cultura e ao Conselho Nacional de Serviço Social as atribuições conferidas, pelas Leis ns. 1.493, de 1951, e 2.266, de 1954, aos Ministérios da Agricultura, Justiça e Negócios Interiores e Saúde.

Art. 2º O Conselho Nacional de Serviço Social será constituído de 7 (sete) membros, na forma seguinte:

1 Presidente, de livre nomeação do Presidente da República, símbolo 1-C;
1 Representante do Ministério da Educação e Cultura;
1 Representante do Ministério da Agricultura;
1 Representante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores;
1 Representante do Ministério da Saúde;

1 Representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social;
1 Representante do Ministério Extraordinário do Planejamento.

§ 1º O Vice-Presidente do Conselho Nacional de Serviço Social, eleito pelos seus membros entre seus componentes, terá mandato de 2 (dois) anos.

§ 2º Os membros do Conselho, exceto o Presidente, terão mandato de 4 (quatro) anos e a renovação será sistematicamente de um terço.

§ 3º O Presidente só terá direito a voto no caso de empate.

§ 4º Os membros do Conselho Nacional de Serviço Social farão jus a uma gratificação por sessão a que comparecerem, a ser fixada na forma da legislação em vigor.

Art. 3º Para cumprimento do disposto no § 2º do artigo anterior, os mandatos dos membros inicialmente designados serão de 4 (quatro) anos para os representantes do Ministério da Educação e Cultura e do Ministério da Saúde; de 3 (três) anos para os representantes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e do Ministério do Trabalho e Previdência Social, e de 2 (dois) anos para os representantes do Ministério da Agricultura e do Ministério Extraordinário do Planejamento.

Art. 4º O Conselho Nacional de Serviço Social terá uma Secretaria-Executiva, dirigida por um Secretário-Executivo, servidor público federal, designado pelo seu Presidente, após a aprovação do Conselho, e que fará jus a uma gratificação correspondente ao símbolo 1-F.

Art. 5º São atribuições do Secretário-Executivo, além das regimentais:

a) julgar os pedidos de registro de entidades, "ad referendum" do Conselho;

b) aprovar os planos de aplicação de recursos orçamentários;

c) movimentar os recursos orçamentários de auxílios e subvenções;

d) examinar e emitir parecer conclusivo sobre as prestações de contas, para julgamento do Conselho.

Art. 6º Dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, o Ministério da Educação e Cultura encaminhará à aprovação do Presidente da República Projeto de Regimento Interno do Conselho Nacional de Serviço Social.

Art. 7º Os recursos globais orçamentários consignados ao Conselho Nacional de Serviço Social serão distribuídos às entidades particulares, por Estado, obedecido o critério de proporcionalidade na razão direta da população e inversa da renda "per capita".

Art. 8º O Ministério da Educação e Cultura, por proposta do Conselho Nacional de Serviço Social, de acordo com as necessidades do serviço, poderá delegar suas atribuições fiscalizadoras a outros órgãos da administração pública.

Art. 9º Mantidos os atuais, os novos registros das entidades que podem ser beneficiadas com auxílios e subvenções, previstos nos Capítulos II, e IV da Lei nº 1.493, serão encaminhados pelo Conselho, à vista da documentação apresentada, cabendo, no caso de inexistência, recurso ao Ministério da Educação e Cultura.

Art. 10. Para atender à despesa com pagamento de subvenção, custas e extraordinárias, a proposta orçamentária destinará anualmente, no subanexo do Ministério da Educação e Cultura, quantia nunca inferior ao total constante do orçamento em curso.

Art. 11. As despesas decorrentes desta Lei, no presente exercício, correrão à conta dos recursos constantes do Orçamento da União — Ministério da Educação e Cultura — consignadas ao Conselho Nacional de Serviço Social.

Parágrafo único. A fim de complementar os recursos previstos neste artigo, é o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, com vigência em dois exercícios financeiros, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros).

Art. 12. Os pagamentos de auxílios e subvenções liberados pelo Conselho Nacional de Serviço Social serão efetuados pelas agências do Banco do Brasil ou Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional, na conformidade do que for estabelecido no Regulamento desta Lei.

Art. 13. A prestação de conta dos auxílios e subvenções de que trata esta Lei, concedidos até o exercício de 1964, continuará a ser feita por

os respectivos Ministérios, na forma da legislação vigente.

Parágrafo único. Os órgãos ministeriais, incumbidos do exame dessas prestações de contas, fornecerão ao Conselho Nacional de Serviço Social as quitações e demais elementos necessários à concessão dos auxílios e subvenções consignados no Orçamento da União a partir do exercício de 1965, inclusive.

Art. 14. Sem prejuízo das demais penalidades legais, a instituição que receber dotações cuja documentação não expresse a verdade, ficará privada dos favores desta Lei, enquanto não a regularizar.

Art. 15. É mantido o disposto nas Leis ns. 1.943, de 1951, e 2.266, de 1954, que não contrariem as disposições desta Lei.

Art. 16. O Poder Executivo regulamentará esta Lei dentro do prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 17. Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, março de 1965.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama):

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 303, de 1964 (nº 2.033-B-64, na Casa de origem), que dispõe sobre as comemorações do centenário de Epitácio Pessoa (incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão anterior, a requerimento do Sr. Senador Eurico Rezende), tendo Pareceres Favoráveis (números 121 e 122, de 1965), das Comissões de Educação e Cultura e de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa). Não havendo quem peça a palavra, dou-a por encerrada.

Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa).

O projeto foi aprovado. Irá à sanção.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 303, DE 1964

(Nº 2.033-B-64, na Casa de Origem).
Dispõe sobre as comemorações de centenário de Epitácio Pessoa.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º A União fará comemorar festivamente, em todo o território nacional, o centenário do nascimento de Epitácio Pessoa, a transcorrer no dia 23 de maio de 1965.

Art. 2º As comemorações serão orientadas pelo Ministério da Educação e Cultura, que coordenará as solenidades, palestras e conferências, destinadas a exaltar a figura do insigne brasileiro.

Art. 3º Fica autorizado o Poder Executivo a mandar imprimir o selo comemorativo do centenário de Epitácio Pessoa.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — As matérias constantes dos itens 4 e 5 da Ordem do Dia deverão ser decididas em sessão secreta, na qual se transformará a presente sessão.

Solicito aos Srs. funcionários da Mesa tomem as providências de direito.

(A sessão transforma-se em secreta às 23 horas e 38 minutos e volta a ser pública a zero hora).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está reaberta a sessão. Acaba de chegar à

mesa a Redação-Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1965, a qual vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte Redação-Final:

Parecer nº 126, de 1965

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1965 (nº 212-A-65, na Casa de Origem)

Relator: Sr. Josephat Marinho.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1965 (nº 212-A-65, na Casa de origem), que concede autorização ao Presidente da República para se ausentar do Território Nacional, a fim de atender ao convite do Governo da República do Paraguai. Sala das Sessões, em 18 de março de 1965. — Welfredo Gurgel, Presidente. — Josephat Marinho, Relator. — Eurico Rezende.

ANEXO AO PARECER Nº 123-65

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1965 (nº 212-A-65, na Casa de origem)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do nº VII, do art. 66 da Constituição Federal e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte Decreto Legislativo Nº DE 1965

Concede autorização ao Presidente da República para se ausentar do Território Nacional, a fim de atender ao convite do Governo da República do Paraguai.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º É concedida autorização ao Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, para se ausentar do Território Nacional durante o mês de março corrente, a fim de atender ao convite do Governo da República do Paraguai, para a inauguração da ponte internacional entre o Brasil e aquele país.

Art. 2º Este Decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em discussão a redação final. (Pausa).

Se nenhum dos Srs. Senadores pedir a palavra, darei a discussão por encerrada. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação a redação final.

Os Srs. Senadores que a aprovam, ouçam permanecer sentados. — (Pausa).

Está aprovada. Vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDRE DO DIA

SESSÃO DE 15 DE MARÇO
DE 1965

(Sexta-feira)

1
Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer número 13, de 1965), do Projeto de Resolução nº 11, de 1965, que suspende a execução da Lei nº 3.334, de 31 de dezembro de 1958, do Estado de Pernambuco.

2
Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer número 94, de 1965), do Projeto de Resolução nº 13, de 1965, que suspende a execução da Lei nº 568, de 10 de outubro de 1951, do Estado da Paraíba.

3
Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer número 15, de 1965), do Projeto de Resolução nº 14, de 1965, que suspende, em parte, a execução da Resolução nº 166, de 20 de outubro de 1955, da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

4
Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer número 96, de 1965), do Projeto de Resolução nº 15, de 1965, que suspende a execução da Lei nº 2.478, de 5 de novembro de 1962, do Estado de Alagoas.

5
Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer número 97, de 1965), do Projeto de Resolução nº 16, de 1965, que suspende a execução do art. 14 da Lei nº 49-A, de 6 de dezembro de 1947, do Estado do Rio de Janeiro.

6
Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer número 98, de 1965), do Projeto de Resolução nº 17, de 1965, que suspende a execução do art. 9º do Decreto-lei nº 2.063, de 7 de março de 1940.

7
Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer número 99, de 1965), do Projeto de Resolução nº 19, de 1965, que suspende a execução do art. 20 do Decreto-lei nº 544, de 22 de julho de 1945, do Estado da Bahia.

8
Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 1965, que suspende a execução do art. 1º da Lei nº 154, de 25-11-47, julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão definitiva, prolatada no Recurso Extraordinário número 10.499-62, do Distrito Federal. (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça em seu Parecer nº 83, de 1965).

9
Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer número 91, de 1965), do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1964, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Itajaí, no Estado de Santa Catarina, a área de terra de 1.249,68 m², situada naquela cidade junto ao prédio dos Correos e Telégrafos.

10
Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer número 92, de 1965), do Projeto de Lei do Senado nº 64, de 1964, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos postais comemorativos do 1º centenário da morte de Gonçalves Dias.

11
Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer número 109, de 1965), do Projeto de Resolução nº 71, de 1964, que suspende a execução da Lei nº 514, de 12 de dezembro de 1952, do Estado da Bahia.

Está encerrada a sessão.
(Levanta-se a sessão a 0 horas e 10 minutos).

ATAS DAS COMISSÕES

Atos do Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 9 DE 1965

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra j, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1933, resolve dispensar a pedido das funções que vinha exercendo no Gabinete do Presidente da Comissão de Saúde, Airton Travassos de Moura, Motorista, PL-9 mandando constar dos assentamentos do servidor os agradecimentos daquela Presidência pelos bons e leais serviços que lhe foram prestados.

Secretaria do Senado Federal, em 11 de março de 1965. — Dinarte Mariz, 1º Secretário.

PORTARIA Nº 10, DE 1965

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra j, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1933, resolve dispensar a pedido das funções que vinha exercendo no Gabinete do Presidente da Comissão de Economia — Julista Ribeiro dos Santos — Oficial Legislativo, PL-3, mandando consignar nos assentamentos da funcionária o reconhecimento daquela Presidência pela dedicação e eficiência com que se houve no desempenho das suas funções.

Secretaria do Senado Federal, em 16 de março de 1965. — Dinarte Mariz, 1º Secretário.

PORTARIA Nº 11, DE 1965

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra j, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8 de 1933 resolve designar Jorge de Oliveira Nunes, Oficial Legislativo,

PL-5, das funções que vinha exercendo no Gabinete do 3º Suplente.

Secretaria do Senado Federal, em 17 de março de 1965. — Dinarte Mariz, 1º Secretário.

PORTARIA Nº 12, DE 1965

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra j, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1933 resolve designar Fernando de Fozes, Auxiliar Legislativo, PL-10, para ter exercício no Gabinete do 3º Suplente nas funções de Auxiliar de Gabinete.

Secretaria do Senado Federal, em 17 de março de 1965. — Dinarte Mariz, 1º Secretário.

PORTARIA Nº 13, DE 1965

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra j, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1933, resolve designar para o Gabinete do Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, como Secretário do Vices-Líder, Senador Bezerra Netto, o Oficial Legislativo, PL-3 — Julista Ribeiro dos Santos.

Secretaria do Senado Federal em 17 de março de 1965. — Dinarte Mariz, 1º Secretário.

PORTARIA Nº 14, DE 1965

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra j, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1933, resolve designar para o Gabinete do Presidente da Comissão de Saúde como Motorista Antônio Américo Vieira, Motorista, PL-10.

Secretaria do Senado Federal, em 17 de março de 1965. — Dinarte Mariz, 1º Secretário.

COMISSÕES PERMANENTES

MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD)
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB)
 1º Secretário — Dinarte Maris (UDN)
 2º Secretário — Gilberto Marinho (PSD)
 3º Secretário — Adalberto Sena (PTB)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (PTN)
 1º Suplente — Joaquim Parente (UDN)
 2º Suplente — Guido Mondin (PSD)
 3º Suplente — Vasconcellos Torres (PTB)
 4º Suplente — Raul Gluberti (PSP-ES)

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD) — 22 representantes

- | | |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1. José Gornard — Acre | 12. Antônio Balbino — Bahia |
| 2. Lobbo da Silveira — Pará | 13. Jefferson de Aguiar — E. Santo |
| 3. Eugênio Barros — Maranhão | 14. Gilberto Marinho — Guanabara |
| 4. Sebastião Archer — Maranhão | 15. Moura Andrade — São Paulo |
| 5. Victorino Freire — Maranhão | 16. Atilio Fontana — Santa Catarina |
| 6. Sigefredo Pacheco — Piauí | 17. Guido Monodin — R. G. Sul |
| 7. Menezes Pimentel — Ceará | 18. Benedito Valladares — M. Gerais |
| 8. Wilson Gurgel — R. G. Norte | 19. Filinto Müller — Mato Grosso |
| 9. Walfredo Gurgel — R. G. Norte | 20. José Feliciano — Goiás |
| 10. Ruy Carneiro — Paraíba | 21. Juscelino Kubitschek — Goiás |
| 11. José Leite — Sergipe | 22. Pedro Ludovico — Goiás |

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

- | | |
|-------------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Adalberto Sena — Acre | 10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco |
| 2. Oscar Passos — Acre | 11. José Ermirio — Pernambuco |
| 3. Vivaldo Lima — Amazonas | 12. Silvestre Péricles — Alagoas |
| 4. Edmundo Levi — Amazonas | 13. Vasconcelos Torres — R. Janeiro |
| 5. Arthur Virgílio — Amazonas | 14. Nelson Maculan — Paraná |
| 6. Antônio Jucá — Ceará | 15. Mello Braga — Paraná |
| 7. Dix-Huit Rosado — R. G. Norte | 16. Nogueira da Gama — M. Gerais |
| 8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba | 17. Bezerra Neto — Mato Grosso |
| 9. Barros Carvalho — Pernambuco | |

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN) — 16 representantes

- | | |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Zacharias de Assumpção — Pará | 9. Afonso Arinos — Guanabara |
| 2. Joaquim Parente — Piauí | 10. Padre Calazans — São Paulo |
| 3. José Cândido — Piauí | 11. Adolpho Franco — Paraná |
| 4. Dinarte Mariz — R. G. Norte | 12. Irineu Bornhausen — S. Catarina |
| 5. João Agripino — Paraíba | 13. Antônio Carlos — S. Catarina |
| 6. Rul Palmeira — Alagoas | 14. Daniel Krieger — R. G. Sul |
| 7. Heribaldo Vieira — Sergipe | 15. Milton Campos — Minas Gerais |
| 8. Eurico Rezende — E. Santo | 16. Lopes da Costa — Mato Grosso |

PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

1. Aloysio de Carvalho — Bahia
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

1. Cattete Pinheiro — Pará
2. Lino de Mattos — São Paulo

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

1. Raul Gluberti — Espírito Santo
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Vianna — Guanabara

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Mello — Alagoas

SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia
2. Heribaldo Vieira — Sergipe

RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	16
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2
Partido Social Progressista (PSP)	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
	85
Sem legenda	1
	66

BLOCOS PARTIDÁRIOS

Bloco Parlamentar Independente

PSP	2	Senadores
PTN	2	Senadores
PSB	1	Senador
PR	1	Senador
MTR	1	Senador
PDC	1	Senador
Sem legenda	2	Senadores

LIDERANÇAS

Líder do Governo:

Daniel Krieger (UDN)

Vice-Líder:

Mem de Sá

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Líder:

Lino de Mattos (PTN)

Vice-Líderes:

Aurélio Vianna (PSB)

Júlio Leite (PR)

Josaphat Marinho (sem legenda)

Aarão Steinbruch (MTR)

Miguel Couto (PSP)

Arnon de Mello (PDC)

Dilton Costa (PR)

II PARTIDOS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD)

Líder: Filinto Müller

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves

Sigefredo Pacheco

Walfredo Gurgel

Victorino Freire

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Líder: Barros Carvalho

Vice-Líderes:

Bezerra Neto

Oscar Passos

Antônio Jucá

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

Líder: Daniel Krieger

Vice-Líderes:

Eurico Rezende

Adolpho Franco

Padre Calazans

Lopes da Costa

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Líder: Mem de Sá

Vice-Líder: Aloysio de Carvalho

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Miguel Couto

Vice-Líder: Raul Gluberti

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Líder: Lino de Mattos

Vice-Líder: Cattete Pinheiro

III — PARTIDOS DE UM \$6 REPRESENTANTE

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

Representante: Aarão Steinbruch

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

Representante: Arnon de Mello

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

Representante: Júlio Leite

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

Representante: Aurélio Vianna

AGRICULTURA

PSD

TITULARES

1. Eugênio Barros
2. José Leite

SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Atilio Fontana

PTB

1. José Ermirio
2. Nelson Maculan

1. Dix-Huit Rosado
2. Antônio Jucá

UDN

1. Lopes da Costa
2. Antônio Carlos

1. Daniel Krieger
2. João Agripino

BPI

1. Dylton Costa

1. Aurélio Vianna

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PSD

TITULARES

1. Jefferson de Aguiar
2. Antônio Balbino
3. Wilson Gonçalves
4. Ruy Carneiro

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel
2. José Feliciano
3. Filinto Müller
4. Benedito Valladares

PTB

1. Edmundo Levi
2. Bezerra Neto
3. Arthur Virgílio

1. Argemiro Figueiredo
2. Mello Braga
3. Oscar Passos

UDN

1. Afonso Arinos
2. Heribaldo Vieira
3. Aloysio de Carvalho

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
3. João Agripino

BPI

1. Josaphat Marinho

1. Aarão Steinbruch

DISTRITO FEDERAL

PSD

TITULARES

1. Pedro Ludovico
2. Walfredo Gurgel

SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Benedito Valladares

PTB

1. Arthur Virgílio
2. Mello Braga

1. Bezerra Neto
2. Antônio Jucá

UDN

1. Eurico Rezende
2. Heribaldo Vieira

1. Zacarias de Assunção
2. Lopes da Costa

BPI

1. Aurélio Vianna

1. Lino de Mattos

ECONOMIA

PSD

TITULARES

1. Atílio Fontana
2. José Feliciano
3. José Leite

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer

PTB

1. José Ermírio
2. Nelson Maculan

1. Bezerra Neto
2. Mello Braga

UDN

1. Adolpho Franco
2. Lopes da Costa
3. Irineu Bornhausen

1. Zacarias de Assunção
2. José Cândido
3. Mem de Sá

BPI

1. Miguel Couto

1. Aurélio Vianna

EDUCAÇÃO E CULTURA

PSD

TITULARES

1. Menezes Pimentel
2. Walfredo Gurgel

SUPLENTE

1. Benedito Valladares
2. Sigefredo Pacheco

PTB

1. Antônio Jucá
2. Arthur Virgílio

1. Edmundo Levi
2. Mello Braga

UDN

1. Padre Calazans
2. Mem de Sá

1. Afonso Arinos
2. Faria Tavares

BPI

1. Arnon de Mello

1. Josaphat Marinho

FINANÇAS

PSD

TITULARES

1. Victorino Freire
2. Lobão da Silveira
1. Sigefredo Pacheco
1. Wilson Gonçalves
5. Walfredo Gurgel

SUPLENTE

1. Atílio Fontana
2. José Guimard
3. Eugênio Barros
4. Menezes Pimentel
5. Pedro Ludovico

PTB

1. Argemiro Figueiredo
2. Bezerra Neto
3. Pessoa de Queiroz
4. Antônio Jucá

1. José Ermírio
2. Edmundo Levi
3. Mello Braga
4. Oscar Passos

UDN

1. Faria Tavares
2. Irineu Bornhausen
3. Eurico Rezende

1. João Agripino
2. Adolpho Franco
3. Daniel Krieger

PL

1. Mem de Sá

1. Aloysio de Carvalho

BR

2. Lino de Mattos
1. Aurélio Vianna

1. Josaphat Marinho
2. Miguel Couto

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PSD

TITULARES

1. José Feliciano
2. Atílio Fontana

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
2. Sebastião Archer

PTB

1. Nelson Maculan
2. Barros Carvalho

1. Vivaldo Lima
2. Oscar Passos

UDN

1. Adolpho Franco
2. Irineu Bornhausen

1. Lopes da Costa
2. Eurico Rezende

BPI

1. Dilton Costa

1. Aarão Steinbruch

LEGISLAÇÃO SOCIAL

PSD

TITULARES

1. Ruy Carneiro
2. Walfredo Gurgel
3. Atílio Fontana
4. Eugênio Barros

SUPLENTE

1. José Guimard
2. Sigefredo Pacheco
3. José Leite
4. Lobão da Silveira

PTB

1. Vivaldo Lima
2. Edmundo Levi

1. Antônio Jucá
2. Pessoa de Queiroz

UDN

1. Eurico Rezende
2. Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Zacarias de Assunção

BPI

1. Aarão Steinbruch

1. Dilton Costa

MINAS E ENERGIA

PSD

TITULARES

1. Benedito Valladares
2. Jefferson de Aguiar

SUPLENTE

1. Pedro Ludovico
2. Filinto Müller

PTB

1. José Ermírio
2. Argemiro Figueiredo

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá

UDN

1. João Agripino
2. Faria Tavares

1. José Cândido
2. Afonso Arinos

BPI

1. Josaphat Marinho

1. Arnon de Mello

POLÍCIDO DAS SECAS

PSD

TITULARES

1. Ruy Carneiro
2. Sebastião Archer

SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco
2. José Leite

PTB

1. Argemiro Figueiredo
2. Dix-Huit Rosado

1. José Ermírio
2. Antônio Jucá

UDN

1. João Agripino
2. Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Antônio Carlos

BPI

1. Aurélio Vianna

1. Dilton Costa

PROJETOS DO EXECUTIVO

PSD

TITULARES

1. Wilson Gonçalves
2. José Guimard
3. Jefferson de Aguiar

SUPLENTE

1. Walfredo Gurgel
2. José Feliciano
3. Ruy Carneiro

PTB

1. José Ermírio
2. Bezerra Neto

1. Mello Braga
2. Edmundo Levi

UDN

1. João Agripino
2. Antônio Carlos

1. Daniel Krieger
2. Adolfo Franco

BPI

1. Lino de Mattos

1. Aurélio Vianna

PL

1. Mem de Sá

1. Aloysio de Carvalho

REDAÇÃO

CSA

TITULARES
1. Walfredo Gurgel
2. Sebastião Archer

SUPLENTE
1. Lobão da Silveira
2. José Feliciano

PTB

1. Edmundo Levi

UDN

1. Eurico Rezende

BPI

1. Dilton Costa

RELAÇÕES EXTERIORES

PSD

TITULARES
1. Benedito Valladares
2. Filinto Müller
3. Menezes Pimentel
4. José Guilomard

SUPLENTE
1. Ruy Carneiro
2. Victorino Freire
3. Wilson Gonçalves
4. José Leite

PTB

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá
3. Mello Braga

UDN

1. Padre Calazans
2. João Agripino
3. Mem de Sá

BPI

1. Arnon de Mello

SAÚDE

PSD

TITULARES
1. Sigefredo Pacheco
2. Pedro Ludovico

SUPLENTE
1. Walfredo Gurgel
2. Eugênio Barros

PTB

1. Antônio Jucá

UDN

1. Lopes da Costa

BPI

1. Lino de Mattos

SEGURANÇA NACIONAL

PSD

TITULARES
1. José Guilomard
2. Victorino Freire

SUPLENTE
1. Ruy Carneiro
2. Atílio Fontana

PTB

1. Dix-Huit Rosado
2. José Ermírio

UDN

1. Adolpho Franco
2. Eurico Rezende

BPI

1. Josaphat Marinho

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

PSD

TITULARES
1. Sigefredo Pacheco
2. Victorino Freire

SUPLENTE
1. José Feliciano
2. Filinto Müller

PTB

1. Antônio Jucá
2. Dix-Huit Rosado

UDN

1. Antônio Carlos
2. Mem de Sá

BPI

1. Miguel Couto

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

PSD

TITULARES
1. Eugênio Barros
2. José Leite

SUPLENTE
1. Jefferson de Aguiar
2. José Guilomard

PTB

1. Bezerra Neto

UDN

1. Irineu Bornhausen

BPI

1. Josaphat Marinho

COMISSÕES ESPECIAIS

A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Oriada em virtude do Requerimento nº 480-62 do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1962.
Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 793-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completa em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63 do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 16 de dezembro de 1963.

Membros (7) -- Partidos

Gilberto Marinho -- PSD.
Menezes Pimentel -- PSD.
Haribaldo Vieira -- UDN.
Milton Campos -- UDN.
Vasconcelos Torres -- PTB.
Edmundo Levi -- PTB.
Aloyso de Carvalho -- PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Oriada em virtude do Requerimento nº 551-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) -- Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) -- PSD.
Wilson Gonçalves -- PSD.
Arthur Virgílio -- PTB.
Edmundo Levi -- PTB.
Adolpho Franco -- UDN.
Eurico Rezende (Vice-Presidente) -- UDN.
Josaphat Marinho -- B/legenda.
Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Oriada em virtude do Requerimento nº 531-63 do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161 de 1963 do Senador Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) -- Partidos

Atílio Fontana -- Presidente -- PSD.
José Feliciano -- (Vice-Pr.) -- PSD.
José Ermírio -- Relator -- PTB.
Adolpho Franco -- UDN.
Aurélio Vianna -- PSD.
PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGRO PECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Oriada em virtude do Requerimento nº 669-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963.

Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Senador Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (5) -- Partidos

José Feliciano -- PSD.
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) -- PSD.
José Ermírio (Presidente) -- PTB.
Lopes da Costa -- UDN.
Aurélio Vianna (Relator) -- PSD.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
Reuniões: 2ª e 4ª feiras às 14 horas

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Oriada em virtude do Requerimento nº 668-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 18 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) -- Partidos

José Feliciano -- PSD.
Atílio Fontana -- PSD.
Eugênio Barros -- PSD.
José Ermírio (Relator) -- PTB.
Bezerra Neto -- PTB.
Melo Braga -- PTB.
Lopes da Costa -- UDN.
Milton Campos (Presidente) -- UDN.
Júlio Leite (Vice-Pr.) -- PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
Reuniões: 5as feiras às 16 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Oriada em virtude do Requerimento nº 752-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63 do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1962.

Membros (5) -- Partido

Atílio Fontana -- PSD.
Sigefredo Pacheco -- PSD.
José Ermírio -- PTB.
Irineu Bornhausen -- UDN.
Júlio Leite -- PR.
Secretário: Oficial Legislativo, PL-10, Alexandre M. de A. Mello.

G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA, DE S. JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 768-63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.158-63 do Sr. Senador Antônio Jucá aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

José Beltrano — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Antônio Jucá — PTB.
Padre Calazans — UDN.

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

Membros (18) Partidos

Senadores:
Wilson Gonçalves — PSD.
Léite Neto — PSD.
Bigeiro Pacheco — PSD.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
João Agripino — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.
Josaphat Marinho — Sem legenda.
Deputados:
Gustavo Capanema (Presidente) — PSD.
Aderbal Jurema — PSD.
Laerte Vieira — UDN (Substituído pelo deputado Arnaldo Nogueira).
Etelor Dias — UDN.
Doutor de Andrade — PTB.
Arnaldo Cerdas — PSP.
Juarez Fávora — PDS.
Eivaldo Pinto — MTR.

I) Para, no prazo de três (3) meses, proceder ao estudo das proposições que digam respeito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

MEMBROS

Senadores:
Bezerra Neto — Presidente.
Afonso Arinos — Vice-Presidente.
Jefferson de Aguiar — Relator.
Léite Neto.
Nelson Maculan.
Eurico Rezende.
Aurélio Vianna.
Secretaria: Aracy O'Reilly de Souza.

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

J) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

(QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961.

Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 609-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-62 apr. em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63, apr. em 18 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 16 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (10) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) — PSD.

Ruy Carneiro — PSD.
Benedicto Valadarez — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.

Daniel Krieger — UDN.
Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) — UDN.

Milton Campos (Vice-Presidente).
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.

Afonso Celso — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.

Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho (Presidente) — PL.

Mem de Sá — PL.

Josaphat Marinho — S.legenda.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

(QUE DISPÕE SOBRE AS MATERIAS DA COMPETENCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMATICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961.

Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 807-61 apr. em 14 de dezembro de 1961;

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.139-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1962.

Membros (10) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.

Lobão da Silveira — PSD.

Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

Daniel Krieger — UDN.

Milton Campos (Vice-Presidente) — UDN.

Heribaldo Vieira — UDN.

Lopes da Costa — UDN.

Silvestre Péricles (.....) — PTB.

Vivaldo Lima — PTB.

Amaury Silva (24 de abril de 1963) — PTB.

Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) — Relator — PTB.

Aloysio de Carvalho — PL.

Lino de Matos — PTN.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO, POR POSTO DO SENADO, DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMATICA DE CARATER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 693-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961;

— até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 721-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.142-63 aprovado em 19 de dezembro de 1963.

Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.

Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.

Lobão da Silveira — PSD.

Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.

Daniel Krieger — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

Milton Campos — UDN.

Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.

Lopes da Costa — UDN.

Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) — Relator — PTB.

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.

Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB.

Vivaldo Lima — PTB.

Aloysio de Carvalho — PL.

Lino de Matos — PTN.

M) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS EENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 605-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961;

— até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 782-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.

Menezes Pimentel — PSD.

Filinto Muller — PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.

Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.

Daniel Krieger (Relator) — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

Milton Campos — UDN.

Heribaldo Vieira — UDN.

Rui Palmeira — UDN.

Amaury Silva — 23 de abril de 1963) — PTB.

Barros Carvalho — PTB.

Argemiro de Figueiredo — PTB.

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.

Aloysio de Carvalho — PL.

Lino de Matos — PN.

N) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS, DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 28 de dezembro de 1962.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 783-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63 aprovado em 10 de outubro de 1963.

Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.

Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.

Ruy Carneiro — PSD.

Lobão da Silveira — PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.

Milton Campos — UDN.

Heribaldo Vieira — UDN.

Lopes da Costa — UDN.

João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.

Barros Carvalho — PTB.

Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — S. leg.

Aloysio de Carvalho — PL.

Lino de Matos — PTN.

O) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 792-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 23 de junho de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.

Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.

Ruy Carneiro — PSD.

Lobão da Silveira — PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.

Milton Campos — UDN.

Heribaldo Vieira — UDN.

Lopes da Costa — UDN.

João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.

Barros Carvalho — PTB.

Aloysio de Carvalho — PL.

Miguel Couto — PSP.

Catete Pinheiro (23 de abril de 1963) — PTN.